

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO AGRICULTURA E SOCIEDADE – CPDA**

DISSERTAÇÃO

**A natureza na Representação Social de produtores de Soja
no Mato Grosso**

**Maryanne Rizzo Correa da Costa Galvão
2008**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**A natureza na Representação Social de produtores de Soja
no Mato Grosso**

Maryanne Rizzo Correa da Costa Galvão

Sob a Orientação do Professor
Maria Verónica Sécreto

Dissertação submetida ao curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre, de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade.**

Rio de Janeiro, RJ
Setembro de 2008

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE**

MARYANNE RIZZO CORREA da COSTA GALVÃO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais Desenvolvimento Agricultura e Sociedade** – área de concentração Natureza, ciência e saberes – no Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM / /

Maria Verónica Secreto (Dr^a.) UFRRJ
(Orientador)

Gian Mario Giuliani (Dr.) IFCS/UFRRJ

Hector Alimonda (Dr.) UFRRJ

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos funcionários da Secretaria do Programa de Pós – graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, sem a ajuda dos quais essa dissertação não teria sido possível.

Agradeço aos meus colegas Klenio, Silvinha, Janaína, Maíra, Olavo, Mariza, Daniel, Juliana, e todos os demais colegas da turma de 2006, pelo prazeroso tempo compartilhado.

À Ana e João pelo carinho e amizade construída. Ao João, agradeço por trazer meus pés para o chão e “focar”, e à Ana, por delicadamente me censurar nos momentos de insegurança. E também por compartilharem comigo suas inquietações.

Agradeço à Maria pelas respostas amáveis nos momentos de tensão.

À Joana e Alexandre por me receberem carinhosamente em sua casa num domingo à noite, pela leitura minuciosa e pelas ricas sugestões.

Ao Zé, agradeço pela paciência no convívio diário e por estar sempre disposto a ajudar.

Aos professores Regina Bruno, John Comerford, Hector Alimonda e demais professores do CPDA agradeço por tudo o que aprendi.

Ao professor José Marta do Departamento de Economia da UFMT pela gentileza em me receber e pela grande ajuda com meus primeiros contatos.

À Gian Mario Giuliani e Paola Cappelin agradeço pelo carinho e por me fazerem querer fazer da sociologia um instrumento de defesa da natureza e dos humanos.

À minha orientadora, Verónica, agradeço imensamente por tudo o que aprendi. Agradeço também pelo carinho, pela compreensão, e acima de tudo, por me incentivar ao acreditar em mim.

À minha família agradeço pelo suporte e estímulo. E, acima de tudo, agradeço, à minha mãe, por resistir sempre sem perder a ternura, e a quem dedico essa dissertação.

RESUMO

GALVÃO, Maryanne Rizzo C. da C. **A natureza nas representações sociais de produtores de soja no Mato Grosso.** 2008. 116 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

A soja é considerada atualmente a grande fronteira agrícola do estado do Mato Grosso e tem impulsionado os atores sociais, envolvidos na sua cultura, a ampliar cada vez mais a área cultivada e promover o crescente desmatamento na região. A presente dissertação buscou compreender, através de pesquisa de campo e bibliográfica, como a natureza é percebida e representada socialmente pelos produtores de soja do estado de Mato Grosso, principais atores sociais envolvidos no processo de produção da soja e também os principais responsáveis pelo desmatamento no estado.

Palavras-chave: representação social de natureza, agricultura moderna, soja.

ABSTRACT

GALVAO, Maryanne Rizzo C. da C. The nature in the social representations of the soybean producers in the state of Mato Grosso. 2008. 116 p. Dissertation (Master os Sciences in Development, Agriculture and Society) Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

The soybean is considered at the present the great agricultural frontier of the Brazilian state of Mato Grosso and has been driving the social actors, wrapped in its culture, to enlarge further more the cultivated area, being thought, in this form, as the main responsible for the growing deforestation in the region. The present dissertation intended to understand, through field work and bibliographical research how nature is viewed and represented socially by the soybean producers of the state of Mato Grosso, the main social actors involved in the process of production of the soy bean and also the main responsible for the deforestation in the state.

Key words: social representation of nature, modern agriculture, soybean.

SUMÁRIO

SUMÁRIO	7
INTRODUÇÃO	9
O TRABALHO DE CAMPO: UMA BREVE ETNOGRAFIA	14
1.1- DO PRIMEIRO CONTATO AO CAMPO	14
1.2- A BIENAL DOS NEGÓCIOS DA AGRICULTURA	18
1.3 – O ENCERRAMENTO DA BIENAL	21
1.4- AS CIDADES PESQUISADAS EM NÚMEROS	21
ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS SOBRE A FRONTEIRA E A CRÍTICA DA AGRICULTURA CAPITALISTA	25
1.1 – A FRONTEIRA AGRÍCOLA: UMA EXPERIÊNCIA RECORRENTE DE DEGRADAÇÃO	25
1.2 – MARX, A NATUREZA E A CRÍTICA DA AGRICULTURA CAPITALISTA	37
OS PRODUTORES DE SOJA	43
3.1 – PERFIL DO PRODUTOR	43
3.2- A PRODUÇÃO	46
3.3 – AS REPRESENTAÇÕES DA NATUREZA	53
CAPÍTULO IV - UM ECOLOGISMO DOS RICOS?	66
4.1 - INSTITUTO AÇÃO VERDE	66
4.2 – O AMBIENTALISMO COMO UM COLONIALISMO: UMA IDEOLOGIA ANTICIVILIZATÓRIA E ANTINATURAL?	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
ANEXOS	91
ANEXO I - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS	91
ANEXO II	93
ANEXO III - ENTREVISTA COM O SENHOR PAULO BORGES, ENGENHEIRO FLORESTAL, RESPONSÁVEL PELO INSTITUTO AÇÃO VERDE. REALIZADA DIA 11/01/2008 NA SEDE DO INSTITUTO NA FIEMT (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE MATO GROSSO)	106

“O agricultor é ambientalista nato” (senhor Marcos da Rosa, de Canarana, em entrevista a revista DBO Agrotecnologia, de maio/junho de 2007).

“Sou tataraneto de agricultor. Vim aqui (Mato Grosso) por causa da agricultura não por causa da natureza” (Governador Blairo Maggi, em entrevista a revista Carta Capital de 4 de junho de 2008).

“A agricultura é a salvação da natureza, porque tá tudo verde... tá tudo verde, bonito...ajuda a natureza. Quanto oxigênio vai produzir? Agride coisa nenhuma, acho que é a salvação da natureza. A gente tira esse cerrado velho todo seco, né? e, tá tudo verde, bonito. Aí, daqui dezembro, janeiro fica todo verde, bonito... É uma natureza beleza... (seu Ricardo, de Sapezal).

Introdução

A modernização conservadora do setor agrícola brasileiro ocasionou a formação de duas lógicas distintas e desiguais de organização da produção: de um lado, o modelo químico-mecanizado, em geral formado por agricultores empresariais – médios e grandes proprietários - que utilizam alta tecnologia e buscam uma simplificação do meio natural (monocultura), contando com mão de obra assalariada e voltando sua produção especializada para o mercado externo; e de outro lado, os agricultores familiares – pequenos proprietários¹ – que, em geral, utilizam poucos insumos externos à propriedade rural e constroem estratégias para conviver com as limitações ambientais no processo produtivo.

Ainda que haja hoje um crescimento da percepção da necessidade da sustentabilidade² agrícola, podem ser indicados, na agricultura brasileira, alguns fatores tradicionais que demonstram sua insustentabilidade³. A concentração fundiária⁴ é um dos indicadores que mais se destacam. Além disso, outro fator causador de desequilíbrios na agricultura brasileira é o contínuo desgaste ecológico das áreas sob exploração, especialmente no que se refere à perda de solos, ao desperdício da água, e à contaminação por agrotóxicos.

A degradação ecológica do território se expressa pela conversão de biomas nativos. De acordo com Pádua

¹Pode-se verificar que pequenos produtores inseridos na cultura da soja utilizam crescentemente recursos tecnológicos no processo produtivo, embora ainda não possam ser comparados com os níveis de mecanização utilizados pelos grandes produtores.

² Na década de 80, devido à continuação de inúmeros fenômenos de degradação ecológica e o agravamento da situação econômica das populações de grande parte do mundo, é introduzido nos debates acerca do Meio Ambiente o conceito de “desenvolvimento sustentável”, sendo um marco o relatório Brundtland (1987), resultante da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (1983). Conforme a definição mais conhecida, citada no relatório, “o desenvolvimento sustentável é o que responde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responder às suas próprias necessidades” (Godard, 1997). Uma agricultura sustentável seria produtiva sem destruir as bases naturais de produção, geradora de mais e melhores empregos e aquela que promoveria uma distribuição mais justa e equilibrada do território.

³ Cabe destacar aqui que qualquer lógica de produção causa alteração na terra, no solo, entretanto, é o modelo químico-mecanizado, com sua lógica industrial, muito mais insustentável que outro processo produtivo tal como a agricultura familiar.

⁴ Nas décadas de 50 e 60 estabeleceu-se um debate nacional acerca da reforma agrária. Esta seria não somente uma forma de se fazer uma reforma social nacional (de redistribuição de renda), mas também política (de democratização) e acarretaria a formação de um mercado interno (industrialização). Entretanto, com a revolução agrícola e a introdução da tecnologia no campo (e formação de um mercado interno) – a chamada modernização conservadora – a idéia de reforma agrária se enfraquece. É interessante verificar a discussão realizada em Leite, Sergio. Palmeira, Moacir (1998).

A incorporação de novas áreas na exploração agropecuária tem sido um componente básico do modelo agrícola brasileiro, renovando o avanço horizontal e extensivo que caracterizou a formação histórica do setor. O caso mais grave, pois certo é o do Cerrado. Esse bioma, cuja importância pra a manutenção da diversidade e do equilíbrio hidrográfico do território nacional vem sendo reconhecida, tornou-se uma grande fronteira para a produção de grãos para exportação, principalmente o milho, o arroz e nos últimos anos, a soja (Pádua, 2002, p.198).

Segundo Schlesinger (2006) o grão de soja, apesar de conhecido há milênios pela humanidade, só adquiriu grandes proporções significativas na produção e comercialização de alimentos no mundo há cerca de meio século. Foi após a segunda Guerra Mundial que os Estados Unidos se consolidaram no mercado internacional da soja como predominantes (principalmente devido ao Plano Marshall, supostamente criado para recuperação da Europa pós-guerra) passando a partir de então a exportar não somente sua produção de soja, mas também tecnologias (através de suas multinacionais) e novos padrões de consumo de alimentos. Na década de 70 devido à imposição pelos Estados Unidos de uma moratória às suas exportações de soja em função de limitações à produção, decorrentes de problemas climáticos, a soja chega aos países da América do Sul que expandem suas produções para o mercado externo (primeiramente Brasil, Argentina e Paraguai, e posteriormente Bolívia e Uruguai).

No Brasil, até a década de 1950 a soja no estado do Rio Grande do Sul era utilizada por pequenos criadores como alimentação de suínos e como adubo. Posteriormente, a partir da década de 70, com a grande euforia e incentivo governamental expande-se para outros estados do Sul, Minas Gerais e para o Centro Oeste. Assim, o governo brasileiro passa apoiar o avanço da soja através de créditos subsidiados e da prática de juros abaixo da inflação, além de investir em infra-estrutura e pesquisa, com a criação da Embrapa, em 1973, e da Embrapa Soja e Embrapa Cerrados, em 1975. Se até os anos 80 o Rio Grande do Sul era responsável por 38% da produção brasileira de soja, em 1989 é ultrapassado por Mato Grosso e Paraná, que passam a ser os maiores produtores. Hoje, o Brasil é o segundo maior produtor de soja do mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos, mas a previsão é de que o setor volte a ocupar a posição de primeiro lugar alcançada em 2003/2004, devido à tendência crescente de ampliação da produção.

Atualmente a soja é considerada pela ABIOVE⁵ “a principal cultura agrícola do Brasil em volume e em geração de renda”, “uma das principais fontes de divisas do país (cerca de 10% das exportações totais)” sendo “fundamental para a produção de carne no Brasil e no mundo”. Além disso, consideram que “a soja exerce um papel importante no desenvolvimento social e econômico nos países em desenvolvimento”, sendo “a fonte de proteína mais barata do mundo⁶” (Documento Abiove, 2006).

De acordo com o Relatório FBOMS⁷, uma das conseqüências do processo de expansão da fronteira agrícola na região Centro Oeste e Norte seria a reprodução do modelo da concentração fundiária, de renda e dos sistemas produtivos – grandes fazendas de gado e monoculturas mecanizadas (no caso da soja) – com a subordinação dos padrões culturais e produtivos das comunidades locais e regionais ao padrão conduzido pelos novos atores sociais, de modo geral imigrantes de outras regiões, com acesso a capital e tecnologia⁸. Este processo tem levado ao aumento de deslocamentos de pequenos colonos⁹, em razão dos conflitos sociais ou da compra de lotes, resultando em novas fronteiras locais e crescente desmatamento.

È possível observar ainda através desses dados recentes divulgados sobre o desmatamento na região da expansão da fronteira agrícola no Mato Grosso, a estreita relação entre a monocultura de soja (e de outros gêneros agrícolas como o algodão) e a destruição ambiental¹⁰.

⁵ Estudo “Sustentabilidade na Amazônia Legal”, 2006 – Abiove - Associação Brasileira das indústrias de óleos vegetais (www.abiobe.com.br).

⁶ Segundo Schlesinger (2006) a produção mundial de soja que 2005 foi superior a 215 milhões de toneladas, absorveu cerca de 90% do volume colhido para a transformação do grão em óleo de soja bruto e em farelo. Apesar da grande importância do óleo de soja, que responde por mais de 30% de todo o óleo vegetal produzido no mundo, o farelo, usado na alimentação de animais “é o fator determinante do volume da demanda pela soja” (2006).

⁷ Relatório “Relação entre o cultivo da soja e o desmatamento – compreendendo a dinâmica”, realizado por iniciativa do Grupo de Trabalho de Florestas, do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais e Desenvolvimento (FBOMS), 2004.

⁸ O resultado das eleições para o governo do estado de MT em 2002, em que venceu o empresário agrícola Blairo Borges Maggi (até então do PPS), demonstra a nova face do estado: a de uma agricultura moderna desenvolvida nos últimos 20 anos. A saga da família se iniciou nos anos 80 quando o pai do atual governador veio do Paraná para o norte do estado e começou a plantar em terras onde remanescia o cerrado virgem. Hoje, o governador planta soja em cerca de 100 mil hectares, entre terras próprias e arrendadas, ganhando o título de maior produtor individual de soja do mundo (Dados retirados da reportagem do Estado de São Paulo, do dia 07/10/2002). Sobre a migração da região sul para o Mato Grosso ver a dissertação de Rocha, Betty Nogueira (2006) “Em qualquer chão sempre gaúcho – a multiterritorialidade do migrante gaúcho no Mato Grosso”.

⁹ O professor de Geografia Agrária da USP, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, afirma que o problema fundiário no MT não só continua em aberto como também segue influenciando de forma decisiva a dinâmica do desmatamento no Estado - campeão nacional no corte indiscriminado da floresta. Além disso, Umbelino aponta que cerca de 90% dos títulos de terra na região não resistiriam a uma investigação jurídica mais aprofundada (ver artigo “Grilagem também é fator de desmatamento no Mato Grosso”, no site de notícias “Adital” – www.adital.org.br em 16/06/2005).

¹⁰ Ver entre outros, o relatório FBOMS, 2004.

Além disso, a recente crise ¹¹ da soja no Mato Grosso que acarretou protestos do setor agrícola do estado desde o começo de 2006, demonstrou que apesar dos imensos lucros dos primeiros anos de expansão do agronegócio, está ocorrendo uma crise de produção – com sinais de crise ecológica (Relatório FBOMS, 2004).

Em janeiro de 2008 o Ministério do Meio Ambiente, com apoio dos dados do Sistema DETER (Detecção de Desmatamento em Tempo Real) do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), divulgaram os últimos dados sobre o desmatamento na Amazônia¹². Segundo as imagens captadas por satélites, divulgadas pelo INPE, no último trimestre de 2007 a derrubada de matas cresceu em ritmo acelerado, numa média de mais de 1.000 quilômetros quadrados por mês¹³. De acordo com uma reportagem do jornal Folha de São Paulo “em Mato Grosso, novos focos de desmatamento estariam próximos a áreas de cultivo da soja, grão que registrou aumento de preços no ano passado” ¹⁴.

Além disso, o Ministério do Meio Ambiente também divulgou uma lista com os 36 municípios que mais desmataram de acordo com o levantamento dos últimos meses de 2007. Dos 36 municípios, 19 são localizados no estado do Mato Grosso, ou seja, 52,7% dos municípios – os outros estão no Pará (12), Rondônia (4) e Amazonas (1). Os 36 municípios são responsáveis por 50% do desmatamento total do bioma Amazônia¹⁵.

Assim, a monocultura associada à alta tecnologia é o modelo de agricultura dominante e privilegiada pelo mercado, pelo Estado e pela maioria dos profissionais da agronomia, ainda que ela não seja a única forma de agricultura existente e possível.

Neste sentido, a presente pesquisa busca compreender como a natureza é representada socialmente por alguns dos agricultores plantadores de soja ligados a esta lógica dominante de produção agrícola no estado do Mato Grosso. Uma lógica de produção em que a articulação

¹¹ A crise da produção agrícola no Mato Grosso - principalmente da soja - se mostrou através da alta nos custos de produção e problemas climáticos que provocaram quebra de safra e favoreceram a disseminação da ferrugem asiática, queda do dólar e queda do preço da soja “Dados retirados da reportagem “**Blairo Maggi pede estado de emergência em Mato Grosso**” - 24/03/2006, do Estado de São Paulo.

¹² Desde que divulgados pelo INPE os dados sobre o desmatamento no estado têm sido questionados pelo governo estadual. O governador Blairo Maggi possuindo um relatório da SEMA (Secretaria estadual de meio ambiente) contesta 90% dos dados do relatório do INPE. Informações retiradas das reportagens “Blairo reafirma: 90% dos dados de desmates do INPE estão errados” - 20/03/2008 em www.sonoticias.com.br e “**Inpe recebe 2ª relatório da Sema contestando dados de desmates em MT**” - 21/03/2008 em <http://www.agazeta-acre.com.br>.

¹³ Informações retiradas da reportagem da folha online “Cresce derrubada na Amazônia, diz INPE” – dia 18/01/2008, no site www.folha.uol.com.br

¹⁴ Ibid.

¹⁵ Notícia retirada do site do Ministério do Meio Ambiente – www.mma.gov.br. Dia 24/01/2008 “MMA divulga lista dos municípios que mais desmataram em 2007”.

histórica homem – natureza, mediada pelo trabalho, quase não existe (ou se existe é transformada); em que os valores são outros; e onde o trabalho é altamente tecnificado.

É fundamental entendermos como estes atores sociais representam a natureza – já que são responsáveis pelo maior desmatamento na história do estado - se quisermos no futuro construir (e privilegiar) um tipo de agricultura menos predatória, que, ainda que vise o lucro, valorize as relações sociais humanas e culturais que no meio rural se constroem.

A presente pesquisa realizou-se através de análise bibliográfica e documental, incluindo o exame de notícias de jornais e revistas da região e sobre a região. Além disso, foram realizadas entrevistas com nove produtores de três cidades diferentes e conhecidas produtoras de soja do estado – Campo Verde, Canarana e Sapezal. A pesquisadora ainda participou da “Bienal dos Negócios da Agricultura” que se realizou em agosto de 2007 em Cuiabá, onde, além das palestras e debates, aconteceu o lançamento da ONG Instituto Ação Verde. Ainda, uma décima entrevista realizou-se em janeiro de 2008, com o gerente técnico Paulo Borges, responsável pelo Instituto Ação Verde.

No capítulo I descrevo, de maneira breve, o trabalho de campo no Mato Grosso. Trato do contato com as primeiras fontes, da relação com os produtores entrevistados, da participação na Bienal dos Negócios da Agricultura. O capítulo II trato da questão da fronteira, faço uma pequena discussão teórica com autores que trataram do tema tentando mostrar também que, no Brasil, a fronteira (e principalmente a fronteira agrícola capitalista) tem tido historicamente um caráter devastador. No Capítulo III tento expor os resultados das entrevistas com os produtores de soja do Mato Grosso, dividindo-os em três temas, conforme o roteiro das entrevistas: o perfil do produtor, a produção e a representação da natureza. No capítulo IV trato de duas questões importantes e fundamentais para se compreender a representação da natureza dos sojicultores entrevistados no Mato Grosso. Primeiramente, analiso a criação (pelo setor produtivo do estado) do Instituto Ação Verde (criado durante a Bienal da Agricultura) através do que pude observar durante seu lançamento e, posteriormente, através de uma entrevista realizada com o gerente técnico da ONG. Além disso, analiso o discurso presente no livro “Mafia verde 2: ambientalismo como um colonialismo”, distribuído pela FAMATO a alguns produtores do estado, e cujo discurso conservador em relação à natureza muitas vezes é semelhante aquele obtido nas entrevistas com os produtores.

O trabalho de campo: uma breve etnografia

Este breve capítulo constitui-se uma tentativa de esboçar a chegada no campo, como se deram os primeiros contatos e impressões, ou seja, trata-se de uma breve etnografia de pesquisa. Além disso, ainda, trago algumas informações sobre a produção de soja nas cidades utilizadas na pesquisa.

1.1– Do primeiro contato ao campo

Ao chegar a Cuiabá para iniciar o trabalho de campo, para minha pesquisa de mestrado sobre produtores de soja, procurei primeiramente o senhor Amado de Oliveira¹⁶ economista e assessor do deputado Homero Pereira (PR-MT)¹⁷.

Fui recebida na manhã do dia 20 de julho pelo senhor Amado no escritório do Deputado Homero Pereira (que na época estava de licença médica). Conversamos longamente sobre minha pesquisa e sobre a soja na região. O senhor Oliveira me deu uma verdadeira “aula” sobre a soja. Consegui, através dele, conversar com o senhor José Puppín¹⁸, que é um grande produtor conhecido do Estado de Mato Grosso (principalmente de algodão e soja), e atualmente preside a AMPA (Associação mato-grossense de produtores de algodão); e, além disso, alguns contatos na Aprosoja (Associação dos produtores de soja do Mato Grosso) e no sindicato rural de Campo Verde.

Durante a conversa com o senhor Amado de Oliveira observei um livro interessante sobre sua mesa e pedi para ver. Ele disse que se eu quisesse poderia ficar com ele, pois a *Federação* (FAMATO) havia comprado vários exemplares para distribuir entre os produtores. O livro se

¹⁶ O senhor Amado foi aluno do Professor Dr. Jose Martha do Departamento de economia da UFMT com quem eu já tinha conversado anteriormente (abril 2007) e que passou seu contato.

¹⁷ O deputado Homero Pereira (PR-MT ex - PFL) além de conhecido produtor de soja e de ser um grande símbolo de liderança e representação da classe produtora, é membro de várias comissões do congresso relacionadas com agricultura e natureza: Comissão de Desenvolvimento e Meio Ambiente (CMADS); Subcomissão especial para tratar de agroenergia e meio ambiente (SUBAGROE); além de outras comissões. O deputado já foi presidente da Famato (Federação de agricultura e pecuária de MT).

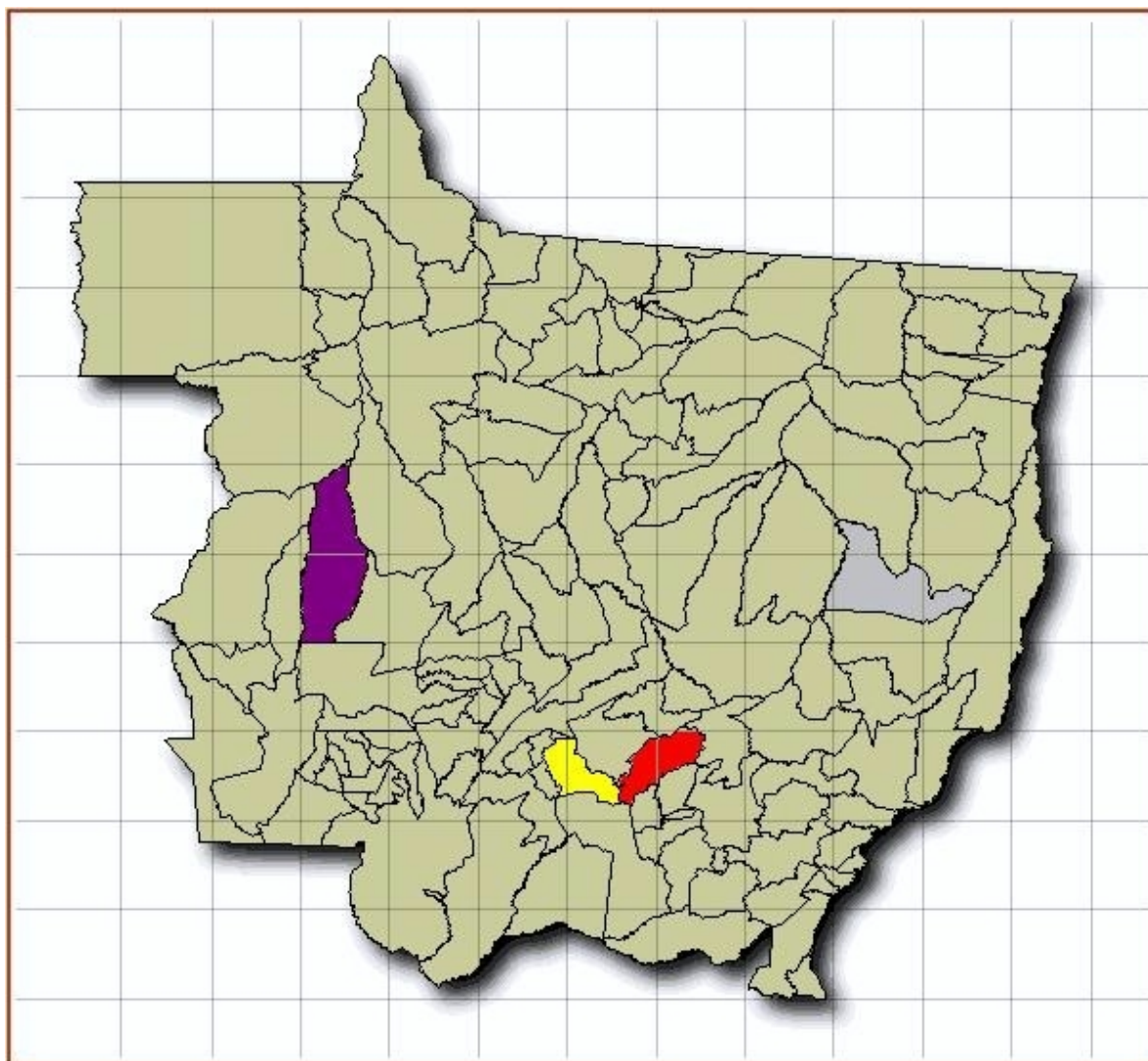
¹⁸ Senhor José Puppín foi o meu primeiro entrevistado, nossa conversa ocorreu no seu escritório em Cuiabá.

chamava “Mafia Verde 2 – Ambientalista, novo colonialismo”¹⁹. Que não haja dúvidas de que aceitei a oferta e fiquei com o livro.

As entrevistas fora de Cuiabá foram realizadas nas cidades de Campo Verde e Sapezal. E em Cuiabá, pude entrevistar produtores de Canarana que vieram a Cuiabá para participar da Bienal dos negócios da Agricultura.

Mapa do MT

¹⁹ O livro apresenta um discurso, com relação à natureza, que se assemelha muito ao discurso demonstrado pelos produtores de soja e na relação da natureza e agricultura. O livro é um dos temas do capítulo IV.



Capital: Cuiabá

Número de Municípios: 141



Figura 1 - Mapa do estado de Mato Grosso (em amarelo - Cuiabá; vermelho - Campo Verde; Cinza - Canarana; e Roxo - Sapezal) - Fonte: IBGE Cidades

Fonte: Censo Agropecuário 2006. IBGE

A cidade de Campo Verde foi escolhida por ser bastante próxima de Cuiabá - mais ou menos 150 km – e pelo fato de ter adquirido contatos no sindicato rural daquela cidade.

Através do sindicato rural de Campo Verde, consegui realizar duas entrevistas. Primeiramente com o senhor Jader Bergamasco que possui 2000 hectares e depois com o senhor Giovane, agrônomo, produtor rural de 300 hectares de terra em Campo Verde.

Já a cidade de Sapezal - onde fui poucas semanas antes de retornar ao Rio de Janeiro – é bastante longe de Cuiabá, sendo localizada cerca de 810km daquela.

A cidade, com pouco mais de 14 mil habitantes, foi escolhida primeiramente porque gira em torno da soja e tem como um de seus fundadores o pai do atual governador do Mato Grosso Blairo Maggi, e tendo conhecido por acaso um contato de lá²⁰, achei fundamental aproveitar a oportunidade. Dos aproximadamente 380 mil hectares de terra usada para agricultura em Sapezal, 140 mil são do Grupo Amaggi, da família do atual governador.

Antes da viagem consegui fazer contato com o sindicato rural de Sapezal. Quando cheguei lá fui muito bem recebida. Acredito que todos estavam curiosos com a minha presença, mas bastante dispostos a ajudar.

Das quatro entrevistas²¹ que consegui fazer em Sapezal, apenas uma não foi através do sindicato (eu havia feito contato com esse produtor anteriormente).

Percebi que muitas vezes ao longo do dia os produtores passavam no sindicato para conversar, ver as novidades (entre as novidades, desta vez estava eu). Eu aproveitava a oportunidade e perguntava se aceitavam participar da minha pesquisa. Alguns, desconfiados perguntavam se eu fazia parte de alguma ONG, talvez prevendo a falta de simpatia daqueles por essas organizações (como se poderá notar ao longo da pesquisa) e, porque se tratava de uma pesquisa acadêmica, eu dizia que era da universidade.

Além das duas cidades já citadas, outra grande oportunidade para entrevistas e observação participante foi a Bienal dos Negócios da Agricultura que aconteceu em Cuiabá e cujo tema era “Produção sustentável: o caminho para o futuro do agronegócio”.

²⁰ Uma conhecida da minha família tinha uma amiga que era dona de um cartório em Sapezal. Esta me recebeu e me levou para o sindicato rural da cidade.

²¹ Infelizmente ao começar a transcrição das entrevistas constatei que uma das quatro entrevistas realizadas em Sapezal por algum erro ou defeito não gravaram.

1.2- A Bienal dos Negócios da Agricultura

A Bienal da Agricultura aconteceu no centro de Eventos do Senar-MT (Serviço Nacional de Aprendizado Rural) - e reuniu durante três dias, em Cuiabá, agricultores de todo o estado de Mato Grosso, do Brasil todo e, ainda, parceiros internacionais.

Segundo o material impresso divulgado no início do evento o tema central e aglutinador da Bienal era “a sustentabilidade da produção, pensada em todas as frentes: econômica, social e ambiental”. O então presidente da FAMATO, Normando Corral, também agradece pelo apoio, “às entidades co-irmãs, AMPA, APROSOJA e Senar/MT, ao governo do Estado e ao (Governo Federal?)”. O coordenador da Bienal, o senhor Ricardo Arioli Silva, salienta a importância do evento já que no final será assinado um Pacto Ambiental entre as associações de classe produtivas e o governo do Estado, “que nos colocará na vanguarda da Preservação do Meio Ambiente Rural, algo pela qual somos injustamente criticados”. Ainda nota que “o produtor de Mato Grosso quando entra numa briga é para ganhar”, e o fato do estado ter se tornado uma liderança na produção de soja, algodão, pecuária e corte demonstra que também liderará a produção sustentável, pois “podemos e devemos virar o jogo, divulgando nossas boas ações”.

Aproveitei a vinda de vários produtores à Cuiabá para usar alguns contatos que obtive com a Aprosoja e agendar algumas entrevistas. No dia anterior ao início da bienal consegui entrevistar dois produtores do Município de Canarana (cerca de 800 km de Cuiabá), o senhor Marcos da Roza e o senhor Paulo (compadre do primeiro), ambos faziam parte do sindicato rural de Canarana.

O primeiro dia da bienal foi bastante curioso. Primeiramente, me senti bastante deslocada. Como um “peixe fora d’água”, como se diz . O lugar era bastante amplo, lotado de gente, mas mesmo assim sem ninguém com quem eu pudesse interagir. Havia muitos estandes espalhadas no primeiro pátio, logo na entrada: Banco da Amazônia (BASA), TNC (The Nature Conservancy), Banco do Brasil, etc.

Havia ainda mesas com sucos e cafês e na hora no *coffee break* essas mesas eram servidas com bolos e biscoitos, pãezinhos, inclusive alguns de soja.

Não pude participar de todos os seminários que aconteceram durante a bienal, devido ao seu grande número. Portanto, descreverei alguns acontecimentos que considere de maior importância.

O primeiro seminário da bienal em que participei se chamava “Como as mudanças no mercado consumidor afetam o agronegócio”. Participaram deste seminário o pesquisador do CPTEC/INPE, Doutor Gilvan Sampaio de Oliveira que falaria sobre o desmatamento e as mudanças climáticas e o senhor Frans Claassen, porta voz do Dutch Task Force Sustainable Soy²², falando da visão e das exigências do consumidor europeu. A mediação entre os participantes foi feita pelo secretário para assuntos estratégicos do estado, Clovis Vettorato²³.

A primeira palestra, do pesquisador do INPE, foi bastante interessante. Através de mapas e gráficos (obtidos por meio de sensoriamento remoto) ele demonstrou o avanço da fronteira agrícola na Amazônia, inclusive da soja, causando grande desmatamento. Disse ainda que esse avanço da fronteira agrícola pode levar à savanização, a curto prazo, dessa região²⁴.

A segunda apresentação foi a do senhor Claassen, da Product Board for margarine, fats, and oil (MVO), uma empresa holandesa que representa os interesses das empresas de margarina, gorduras e óleos. Mais especificamente, ele é o responsável pelo Dutch Task Force Sustainable Soy – uma força tarefa para a soja sustentável criada em 2006, tendo como participantes empresas de ração animal, de carne, assim como as de gorduras, margarinas e óleos.

Os temas de interesse da força tarefa incluem os efeitos do aumento do cultivo de soja na biodiversidade, as conseqüências sociais para a população indígena, e a sustentabilidade das próprias formas de cultivo (uso de pesticidas, suscetibilidade a erosão, etc.).

É interessante notar que a Força Tarefa para a soja sustentável surgiu a partir da percepção pelos seus membros do aumento significativo da importação da soja da América do Sul (85% da soja que a União Européia importa vem da América do sul, sendo 60% do Brasil).

Depois do sucesso da Força Tarefa na Holanda, criou-se a Mesa Redonda para a Soja Responsável (Round Table Responsible Soy - RTRS), que, contando com produtores, empresas, instituições financeiras, seria uma plataforma internacional para a criação e implantação de critérios para a soja responsável / sustentável. Dentre os membros da mesa estão:

²² Força tarefa holandesa para Soja Sustentável

²³ Nota-se que seis meses antes eu tentei marcar uma audiência com o Governador Blairo Maggi. Por estar com a agenda cheia de compromissos, o meu pedido foi mandado para a Secretaria de Assuntos Estratégicos do estado, que solicitou que eu encaminhasse as perguntas por e-mail para o secretário Vettorato responder. Infelizmente, nunca obtive resposta.

²⁴ Fiquei bastante curiosa e preocupada com a reação de todos aqueles produtores assistindo a apresentação. Seria que aquele pesquisador do INPE sabia onde estava pisando?

AAPRESID - ABIOVE - ABN AMRO - Ahold - Aprosoja (MT -Brasil) – Bunge – Cefetra - Cehave Landbouwbelang - Coop - Fediol - Fefac - Friesland Foods – Fundapaz - Fundacion Vida Silvestre Argentina (FVSA) - Glencore Grain - Guyrá Paraguay - International Finance Corporation (IFC) - Grupo André Maggi (MT-Brasil) – Imcopa - IPAM - Moore Foundation - Neste Oil - Nevedi - Nutreco - Product Board MVO - Rabobank - Solidaridad - Unilever - WWF - VION

Observers: American Soybean Association US Soybean Export Council

Cabe destacar ainda que os critérios estabelecidos e que deveriam ser respeitados para haver a soja sustentável são: respeito aos direitos trabalhistas; aos direito de propriedade, respeito ao uso da terra em pequena escala e ao uso tradicional da terra, respeito à população indígena, proteção à biodiversidade, ao uso da água, à fertilidade do solo, uso de pesticidas e herbicidas; impacto na infra-estrutura.

Ao final da exposição já não havia tempo para debates ou perguntas. Entretanto, o mediador Clóvis Vettorato (Secretaria Extraordinária de Assuntos Estratégicos), passou a palavra para o Deputado federal Homero Pereira que claramente respondeu aos dados demonstrados pelo pesquisador do INPE:

Você sabe quantos por cento de soja se planta na Amazônia?

Soja plantada... quero que vocês tenham consciência de que a soja não está causando a substituição da floresta pela savana. Não existe essa experiência no mundo... Aliás, hoje exatamente neste momento, estamos fazendo essa experiência lá no Xingu, queimando a floresta, tentando reconsiderar esse processo de savanização.

E qual a região da Amazônia que não podemos mexer... obviamente que pelas condições climáticas, chuva, etc...a soja nunca vai invadir a Amazônia (Deputado Federal Homero Pereira).

Um auditório repleto de produtores entusiasmados aplaudiu de pé o deputado federal. Enquanto isso, o pesquisador do INPE pediu a palavra ao mediador, que lhe respondeu que o tempo estava esgotado.

1.3 – O Encerramento da Bienal

O encerramento da Bienal da agricultura certamente merece destaque nesta breve descrição.

No encerramento reuniram-se no palco do auditório diferentes lideranças políticas tais como o governador Blairo Maggi (atualmente no PR ex-PPS), o deputado Federal Homero Pereira, outros políticos (inclusive do PT), lideranças das associações de classe (FAMATO e Aprosoja) e representantes de organizações não governamentais ambientalistas (TNC – The Nature Conservancy²⁵ e ICV - Instituto Centro vida) para assinatura de um pacto ambiental e para o lançamento do Instituto Ação Verde. Além disso, o final da bienal contou com um coquetel organizado para os participantes, e estes, ao irem embora eram presenteados com mudas de planta: Ipê, marmelo, cajá-manga, etc.

1.4– As cidades pesquisadas em números

As três cidades usadas para a pesquisa, onde os produtores entrevistados mantinham sua propriedade rural, têm sua economia girando em torno da agropecuária, sendo que a soja desempenha importante papel no total dos bens produzidos nos municípios. Conforme podemos observar na Tabela 1.

²⁵ Fiquei me perguntando a razão de uma organização ambientalista conhecida mundialmente de unir e apoiar uma ONG idealizada e fundada por produtores de soja. De acordo com Martinez Alier, “às vezes aqueles cujo interesse pelo meio ambiente associa-se exclusivamente à esfera da preservação da vida selvagem exageram sobre a suposta facilidade com que se poderia se desmaterializar a economia, terminando em se converterem em apóstolos oportunistas do evangelho da ecoeficiência. (...) Porque ao afirmar que as mudanças tecnológicas tornarão compatível a produção de bens com a sustentabilidade ecológica, enfatizam a preservação daquela parte da natureza que, ainda, se mantivera fora da economia” (2007).

Tabela 1 - Área de soja (valores absolutos e relativos)

		Campo verde		Cararana		Sapezal	
		ha	%	Há	%	Há	%
Área de soja	2005	161.206	56,3	110.117	85,18	376.877	71,28
	2006	147.200	53,78	89.759	91,03	367.350	76,23

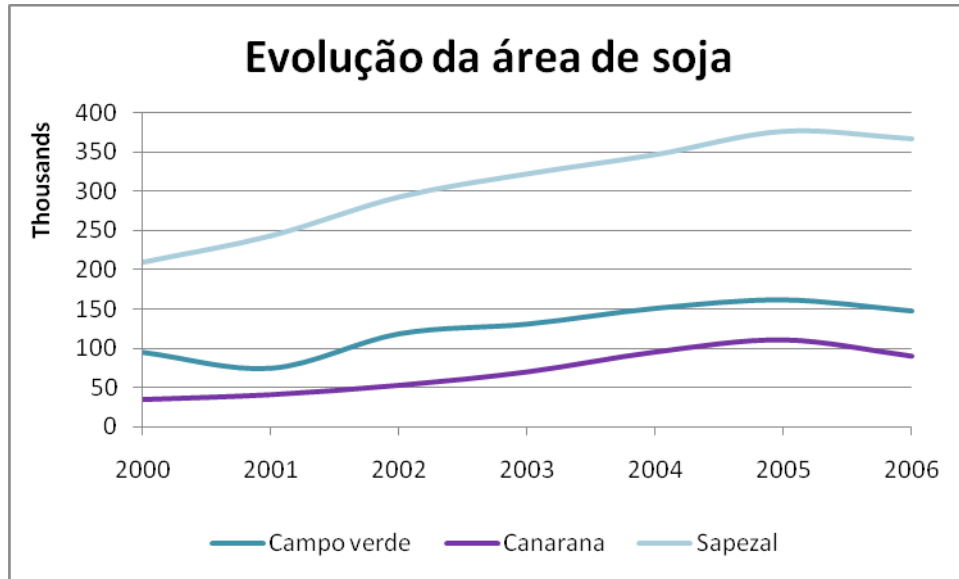
Fonte: IBGE/SIDRA.

Conforme publicado no jornal *A Gazeta*, de Cuiabá, de 18/07/2008, segundo os dados da Pesquisa Agrícola Municipal – Cereais, Leguminosas e Oleaginosas (PAMCLO, 2007), recém divulgados pelo IBGE, cinco dos maiores municípios produtores do país são de Mato Grosso, sendo que Sapezal²⁶ aparece em segundo lugar. Além disso, a pesquisa apontou o Mato Grosso como o maior produtor de soja do país do ano de 2007, com 26,3% do total da produção brasileira.

Ao analisarmos o total de área plantada de soja durante o ano 2000 até o ano de 2006 podemos verificar uma tendência sempre crescente da soja, resultado da expansão da fronteira agrícola desde o ano 2000. Contudo, observa-se também tanto que em Sapezal (onde a expansão da área plantada dói maior), quanto em Campo Verde e Canarana a área plantada teve uma queda acentuada durante 2005 (provavelmente devido à fatores climáticos/ seca, e à ferrugem asiática). Em Campo Verde no ano de 2001, a área também decresceu.

²⁶ O primeiro lugar é do município mato-grossense de Sorriso (área plantada: 809,3 mil ha; produção: 2,503 milhões de toneladas; valor da produção: R\$896,2 milhões); seguido por Sapezal (área plantada: 518,6 mil ha; produção: 1,596 milhões de toneladas; valor da produção: R\$858,9 milhões).

Gráfico 1



Fonte de dados: IBGE.

Além disso, apresento abaixo algumas informações gerais sobre as cidades onde se realizou a presente pesquisa

Tabela 2 – Informação geral sobre as cidades pesquisadas

	Campo Verde	Canarana	Sapezal
População (2007)	25.924 habitantes	17.183 habitantes	14.254 habitantes
Área da unidade territorial (km²)	4.795	10.834	13.598
Número de estabelecimentos agropecuários	875	797	96
Área dos estabelecimentos agropecuários (hectares)	343.815 hectares	712.995 hectares	464.184 hectares
No. Estabelecimentos com lavoura temporária	563	308	84
Área da Lavoura Temporária	207.560	83.246 hectares	291.172 hectares
Número de estabelecimentos com matas e florestas	594 estabelecimentos	598 estabelecimentos	70
Área das matas e florestas	67.378 hectares	258.319 hectares	128.701 hectares

Algumas contribuições teóricas sobre a fronteira e a crítica da agricultura capitalista

No Mato Grosso a área plantada com soja cresceu 400% nos últimos 10 anos (...). Simetricamente, no mesmo período a área desmatada no estado aumentou em dimensões semelhantes e de forma progressiva até chegar ao aumento de 133% apontados pelos dados do governo estadual entre 2002 e 2003” (Relatório FBOMS Relação entre soja e o desmatamento, 2004).

Para refletir a produção da soja no Mato Grosso consideramos necessário lançar mão de algumas contribuições teóricas sobre o conceito de fronteira - pois o Brasil agrícola tem expandido historicamente sua produção de forma extensiva - e, além disso, acerca da crítica marxista da agricultura capitalista que estabelece uma relação entre a destruição da natureza e a prática industrial da agricultura.

I.1 – A Fronteira agrícola: uma experiência recorrente de degradação

Ao se falar de fronteira o nome do historiador J.F. Turner logo aparece. A teoria de Turner do avanço da fronteira norte americana como explicação para o desenvolvimento nacional, segundo Clementi²⁷, se tornou a “versão ortodoxa nacional que todos repetiam que se ensinava nas escolas”.

Segundo Velho (1979) o que é chamado de a “Tese de Turner” trata não somente da fronteira, mas sim de uma “tese geral sobre a sociedade norte americana vista a partir da perspectiva da influência da fronteira sobre essa sociedade”. Nas palavras de Turner: “A existência de uma área de terras livres, o seu recuo contínuo e o avanço do povoamento americano em direção ao Oeste explicam o desenvolvimento americano” (Turner opud Velho, 1979). A “tese” de Turner é sintetizada por Velho em alguns pontos principais tais como: a fronteira permitiu uma recorrência do processo de evolução a cada nova área do Oeste alcançada; houve um distanciamento cada vez maior entre o Oeste e o Leste; o avanço da fronteira promoveu a formação de uma nacionalidade para o povo americano e, além do crescimento do nacionalismo, favoreceu a evolução das instituições políticas americanas; as características

²⁷ Clementi apud Secreto, 2006.

econômicas e sociais da fronteira influenciaram negativamente o seccionalismo (“morte do localismo”), mas ao mesmo tempo produziu o individualismo; o surgimento da democracia como uma força efetiva da nação, vinda do Oeste; a fronteira agiu como uma “válvula de segurança” de oportunidades, mas que impediu o desenvolvimento da consciência de classe e luta de classe nos Estados Unidos; o fechamento da fronteira no fim do século XIX faz com que termine a era da livre competição entre os indivíduos pelos recursos não apropriados da nação cedendo lugar ao monopólio dos processos industriais fundamentais através de enormes agregações de capital (Velho; 1979).

De acordo com Secreto (2006), o sucesso de Turner e de sua teoria pode ser explicado pela situação através da qual passava os Estados Unidos, pois no ano em que Turner publica o seu ensaio sobre o significado de fronteira, 1893, o país passava por uma crise econômica, momento de pânico financeiro e desajustes sociais. A historiadora ainda observa que a crise era o resultado do fim do processo de avanço de fronteira. Acrescenta que o momento em que passava os estados Unidos “converteu a hipótese do historiador norte americano em aval de teses expansionistas, nas quais estavam comprometidas as grandes forças financeiras e políticas do país” (Secreto; 2006 p.242-243).

Conforme explica Silva (2007) a dimensão cultural e ideológica da fronteira de Turner era identificada na figura do pioneiro, “homem chamado a dominar a terra e a barbárie” (2007 p.284), que levava o avanço da sociedade capitalista para novas áreas, limites entre a civilização e a selvageria. Essa integração do território através do avanço de fronteira continua Silva, significava “civilização, urbanização e formação de uma nova zona produtiva a partir de um espírito empreendedor do pioneiro sobre as terras consideradas livres (...)” (Silva; 2007 p.284).

Ainda que tenha-se partido das idéias de Turner, principalmente ao considerar a existência na fronteira, em muitos aspectos, da disponibilidade de terras, tem que se considerar também essa enorme disponibilidade gerou formas de apropriação peculiares, que ocorreram de formas diferente no Brasil e nos Estados Unidos. Enquanto nesse último, conforme salienta Secreto, a abundância relativa de terras contribuiu fortemente para gerar um tipo específico de sociedade, mais democrática, inclusive por causa do mecanismo de “válvula de segurança” – embora esse mecanismo não tenha “poupado” os Estados Unidos dos conflitos sociais como propunha Turner – Brasil, ao contrário, a fronteira, e a sua disponibilidade de terras gerou, através de uma série de mecanismos de monopólio da terra por parte da classe dominante, uma acentuação das

desigualdades sociais, o agravamento da situação dos despossuídos e excluídos “sobre os quais se estendeu um severo dispositivo de controle social” (Secreto; 2001 p.2).

Segundo Silva (2007) a fronteira pode ser entendida como um processo social de integração de áreas num modelo de desenvolvimento dominante. Assim a fronteira:

Constitui um recorte analítico e espacial da problemática da mobilidade do capital e das relações de produção pelo território nacional. Além disso, é palco para conflitos transculturais e identitários. Em termos gerais revela interações entre o homem, a terra e a natureza. Em função do modo de produção e das representações simbólicas, ideológicas e culturais esses elementos se transformam e se condicionam mutuamente (Silva, 2007 p.282).

Com relação à dimensão cultural, a fronteira possui representações e práticas coletivas de apreensão do mundo social que, sendo dominantes, acabam sendo impostas por determinados grupos²⁸. Na verdade, como ressalta Silva, “a dimensão do simbólico se afirma na fronteira, ao mesmo tempo em que a fronteira se projeta de forma simbólica” (2007 p.286).

Podemos pensar a fronteira no Brasil como parte do imaginário coletivo em torno do desenvolvimento social e econômico de áreas que são atingidas pelo avanço da soja em direção a Amazônia, que começou há cerca de três décadas. Ao considerar a contribuição de vários autores que estudaram a fronteira Silva (Monbeig, Waibel, Velho, Martins, Becker opud Silva; 2007) afirma que:

a fronteira agrícola capitalista brasileira é um processo social que reflete e condiciona a (re) produção de um espaço geográfico mediante a incorporação de terras e mão de obra em áreas selecionadas pelas forças sociais representantes do processo de reprodução do capital em direção a espaços até então periféricos ou marginalizados (Silva, p.292).

Na análise de Silva (2007) a fronteira capitalista que se apresenta em grandes áreas do cerrado brasileiro é o resultado de uma ordem territorial nacional/global relacionada, entre outras coisas, a práticas de fragmentação política local / regional atendendo a interesses nacionais e internacionais. O autor citado afirma que a fronteira é um determinado tipo de ordenamento

²⁸ A historiadora Mary Louise Pratt chama de zonas de contato “os espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, freqüentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação”. A fronteira poderia se constituir em uma “zona de contato”.

territorial²⁹ e analisa o avanço da fronteira agrícola no cerrado sob essa ótica. Assim, observa que o ordenamento territorial iniciado pela abertura e avanço da lavoura de soja, em áreas de cerrado, estrutura-se primeiramente pela substituição das estruturas produtivas existentes e pela ocupação da mata virgem, pela posterior incorporação da técnica e tecnologia disponíveis, e intensa migração (principalmente de sulistas)³⁰, que se deslocam para áreas já desmatadas para pecuária ou ainda fechadas. É interessante notar que na fronteira da soja encontram-se além dos produtores migrantes de outras regiões do país, as corporações que se inserem no processo agrícola, com a aquisição de terras e a participação dos processos mercantis³¹ (Silva; 2007).

Devido às grandes possibilidades do mercado da soja e o baixo preço das terras, inevitavelmente, a fronteira agrícola vem sendo empurrada até a Amazônia. Nessa “promissora” fronteirada da soja, a natureza é refuncionalizada e adquire novas dimensões simbólicas e culturais para atender as funções de acumulação do capital e se adequar “aos ditames da revolução técnico-científico-informacional” (Silva; 2007 p.305).

As contribuições teóricas que poderíamos ter utilizado para falar em fronteira são inúmeras e não foi nossa intenção encerrar uma discussão tão rica nesta breve exposição sobre o tema da fronteira. Podemos por hora considerar que a fronteira é um processo social em si, contínuo, e que agrega e confronta diferenças econômicas, sociais, culturais, assim como identidades e modos de vida. A fronteira é, portanto, instável, conflituosa, justamente pelo fato de estar “sempre por se fazer”.

A breve discussão anterior sobre fronteira foi necessária para introduzir a relação entre o avanço o da fronteira agrícola no Brasil (incluindo o da soja, mas não somente ela) e a destruição ambiental.

Alguns trabalhos de Pádua (1998, 2002), e de outros autores (Dean, 1996; Stein, 1990), tratam da crise do café no Vale do Paraíba no final do século XIX mostrando como os estudiosos

²⁹ Para o autor “ordenamento territorial é uma forma singular de uso do território que apresenta um arranjo de objetos sociais, naturais e culturais historicamente estabelecidos”. Esse ordenamento não é apenas condição social, mas também um reflexo da significação funcional e simbólica da acumulação capitalista (Silva, 2007).

³⁰ Com relação à migração de sulistas para o Mato Grosso é interessante ver a dissertação de mestrado de ROCHA, Betty Nogueira. **“Em qualquer chão: sempre gaúcho!” – A multiterritorialidade do migrante “gaúcho” no Mato Grosso** (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006). A pesquisadora investiga o processo de migração do gaúcho que ao migrar leva consigo tradições e representações simbólicas que facilitam a coesão do grupo e adaptação social.

³¹ Na Cidade de Sapezal (14 mil habitantes) pude observar a presença de várias corporações que participam ativamente da vida na cidade, que gira em torno da soja, um das quais a Syngenta. Além disso, na cidade está uma das plantações de um dos dois grandes grupos que dominam o cenário da soja no Mato Grosso – o Grupo Andre Maggi – que possui 120 mil hectares de soja plantados somente no município de Sapezal.

e intelectuais da época³² - os pioneiros de um pensamento ecológico brasileiro nos séculos XVIII e XIX - mesmo com uma postura antropocêntrica, cientificista e progressista, avaliaram a crise do café como uma crise ambiental, ecológica, e não somente econômica. Nestes trabalhos também não está ausente o conceito de fronteira agrícola.

No último quarto do século XIX a grande lavoura de exportação brasileira, baseada na produção do café no Vale do Paraíba (principalmente no interior do Rio de Janeiro), depois de um período razoavelmente longo de crescimento contínuo, começa a apresentar sinais evidentes de que estava vivendo uma crise profunda. Segundo Pádua (1998) “uma atmosfera de temor quanto ao futuro disseminou-se entre os políticos, os proprietários e publicistas, pois o edifício social da Monarquia erguia-se sobre aquela atividade econômica”.

De acordo com Stein (1990) “o fim da auto-suficiência das fazendas teve origem no crescente e flagrante desaparecimento da mata virgem e na redução da força de trabalho”. Conforme explicou Dean (1996) o cultivo do café não era feito mediante princípios de conservação de recursos, de modo que apesar do café ser “uma planta cujas safras e qualidade podem ser aumentadas através do tratamento cuidadoso que a propriedade familiar e os incentivos salariais podem suscitar, no Brasil seria cultivado e comercializado nas mesmas condições aplicadas à cana de açúcar” (Dean, 1996 p. 195). Havia ainda a crença de que o café deveria ser plantado em solo coberto por floresta virgem o que causava ainda mais devastação – pois, apesar de ser uma planta perene (que leva quatro anos para atingir a maturidade e podendo se manter produtiva por até trinta anos com perspectivas de produtividade a longo prazo) - nas fazendas do Rio de Janeiro as plantações velhas eram abandonadas e novas faixas de floresta eram então derrubadas e queimadas para nova produção³³(Dean, 1996 p.196)

³² Na época, entretanto, “o impacto histórico concreto destas reflexões em termos de influenciar uma mudança efetiva nas práticas agrícolas da época, foi praticamente inexistente” (Pádua, 1998:147). A cultura predatória no vale do Paraíba, por exemplo, continuou a ser feita a despeito das advertências quanto a sua insustentabilidade. Para estes intelectuais, crise do café no Vale do Paraíba, que era ambiental, seria solucionada com mudanças no padrão de exploração vigente. Tais mudanças como a reforma agrária, adoção da pequena propriedade, incluíam uma crença na modernização tecnológica como um meio para superar os desastres ecológicos. A introdução da moderna tecnologia na agricultura não era considerada uma fonte de destruição ambiental, pelo contrário, eram as práticas atrasadas e rudimentares que eram perigosas.

³³ Conforme observa Dean(1996), enquanto no Brasil florestas inteiras eram derrubadas para se plantar o café, no seu habitat natural ele era cultivado na sombra, técnica que aparentemente melhora sua qualidade. Não se sabe ao certo porque não se considerou a técnica de sombreamento. Talvez pelo pouco conhecimento, os primeiros fazendeiros que se entregaram a esse cultivo se voltaram às técnicas tradicionais (e baratas) da derrubada e queima. O fato é que muito depois da decadência do Vale do Paraíba é que se levantou a questão se o sombreamento não seria uma técnica superior de cultivo (1996).

Além disso, a retirada do capim que nascia no lugar da antiga floresta, nos novos cafezais, era feita a base de enxada de ferro - o que cortava as raízes superficiais do pé de café responsáveis pelo fornecimento de considerável parcela dos nutrientes que a planta necessitava. “Os nutrientes do solo quase nunca se reciclavam e jamais eram substituídos. A expectativa era que as cinzas e a camada de húmus fornecessem tudo o que a planta pudesse precisar, por toda a sua vida” (Dean, 1996 p.201). Dessa maneira, os pés de café assim plantados e cuidados começavam a decair no prazo de vinte anos.

Diante da situação de crise o Ministério de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, decidiu convocar um “Congresso Agrícola para ajudar o governo a obter informações seguras, esclarecimentos indispensáveis para firmar opinião que seja o móvel de suas deliberações” (Pádua, 1998). As informações seriam obtidas dos próprios agricultores que eram convidados a examinar e discutir os problemas da agricultura.

O Congresso Agrícola de 1878 resumia a essência dos problemas agrícolas no binômio “braços e capitais” conforme indicava nas próprias perguntas formuladas pelo seu programa convocatório. Primeiramente o programa indagava se existia falta de mão de obra no país, e caso houvesse, qual o melhor mecanismo para enfrentá-la (já se sabia que a escravidão vivia seus momentos finais no país principalmente depois da Lei do Ventre Livre em 1870); em segundo lugar, referia-se ao crédito, ou seja, se havia falta de capitais na grande lavoura; e por último, o programa perguntava sobre os “melhoramentos” a serem introduzidos na lavoura, ou seja, mudanças técnicas que contribuiriam para ultrapassar a tecnologia rudimentar e a baixa produtividade da lavoura escravista brasileira e que poderiam tornar o país mais competitivo diante de “uma agricultura internacional que cada vez mais incorporava o uso de máquinas e química aplicada” (Pádua, 2002).

Foi no cenário do debate destas três questões temáticas centrais durante o Congresso Agrícola que o depoimento de um proprietário - Manuel Ribeiro do Val – se destacou por contrariar a maioria dos proprietários presentes - que acreditavam na potencial continuidade do seu sistema extensivo de produção, desde que dispusessem de crédito barato e mão de obra abundante. Val acreditava que a crise agrícola era uma crise essencialmente ecológica, derivada dos “efeitos negativos da nossa plantação”³⁴.

³⁴ Manuel Ribeiro do Val apud Pádua, 1998 p. 253.

Segundo Val, a destruição causada pela produção agrícola estava causando irregularidade das estações, ausência de chuva, aumento da temporada da seca, empobrecimento biológico dos cafezais, as pragas, as formigas e a “degeneração das plantas, dos animais e da nossa própria raça” (Val apud Pádua, 2002 p.254). Pra ele, de nada adiantava o governo aumentar o fornecimento de capitais e de mão de obra se não mudasse o sistema de exploração vigente, pois os recursos serviriam para explorar as matas restantes. O sistema de exploração da natureza era a causa central do problema agrícola. O agricultor cita como exemplo o município de Vassouras³⁵ que antes fora o mais rico produtor de café, mas que na época vivia em plena decadência devido ao “exaurimento do terreno e não a falta de braços e capitais”. Além disso, as grandes cidades produtoras do Vale do Paraíba decaíam “conforme a maior ou menos quantidade ainda existentes de suas matas, e a natureza fria ou quente de seus terrenos” (Val apud Pádua, 2002 p. 254).

A solução para a recuperação da agricultura brasileira viria, de acordo com seu argumento, através da “promoção de um conjunto de transformações tecnológicas que poderiam ser realizadas a partir de uma combinação entre reforma agrária e colonização européia” (Pádua, 1998). A grande propriedade era uma das responsáveis para o atraso do setor agrícola e industrial do país, devendo ser substituída pela pequena propriedade. Com o retalhamento da grande propriedade seriam estabelecidos “núcleos de colonização” (com colonos “anglo-saxões” ou “centro-europeus”) e neles seria introduzida a “ciência agrícola”, o “arado”, a “estrumeação”, a “poda”, e outras práticas semelhantes.³⁶

É interessante salientar que, conforme nos explicitou Pádua (1998), apesar da eloquência do discurso de Val durante o Congresso Agrícola relacionando diretamente a crise produtiva e a degradação ambiental, este quase não provocou nenhuma reação dos demais participantes. Ou estes não estavam interessados em discutir tais questões ou então, as evitavam discutir, pois sabiam que seu real enfrentamento implicaria mudanças profundas nas práticas e estruturas agrícolas estabelecidas.

A preocupação ecológica de Val, ainda que fosse uma voz isolada no Congresso Agrícola, se insere numa tradição de intelectuais brasileiros do século XIX, uma vertente intelectual minoritária que estudou na Universidade de Coimbra e era formada por discípulos do naturalista

³⁵ De acordo com Stein a terrível situação do município fez com que os membros da Câmara de Vassouras escrevessem à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional em 1862 dizendo que “os cafeeiros substituíram as árvores antigas da floresta e hoje em dia não há o menos vestígio da floresta ou do café”, sendo que trinta anos antes a mata virgem cobria a região (Seção da Agricultura da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1862 apud Stein, 1990).

³⁶ Manuel Ribeiro do Val apud Pádua, 2002 p. 255.

Domingos Vandelli (dentre os quais se destaca José Bonifácio de Andrada e Silva) - “cujas lições incluíam uma crítica da destruição ambiental em Portugal e suas colônias” (Pádua, 1998). Entre os eixos desta tradição esteve presente à crítica das práticas agrícolas brasileiras consideradas uma herança da mentalidade colonial³⁷.

Vários intelectuais e agricultores foram citados por Pádua (1998, 2002) por sua crítica a irracionalidade e ineficiência a lavoura praticada no vale do Paraíba e principalmente pelo seu potencial destrutivo. Nomes como o do grande proprietário Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, o barão de Pati de Alferes; Guilherme Capanema e o do agrônomo Caetano da Rocha Pacova. Neste trabalho tratarei brevemente das idéias de Pacova que, por sua independência política e social, produziu um conjunto de propostas abrangentes em favor de uma mudança na economia rural do Brasil, inclusive no aspecto ambiental.

Em seus *Apontamentos sobre a necessidade de uma escola de agricultura*, de 1859, Pacova descreve uma combinação de fatores que, na sua opinião, eram os responsáveis pelo definhamento da agricultura brasileira: falta de instrução profissional (o que impedia que máquinas modernas fossem introduzidas), falta de tecnologias modernas; falta de crédito; dificuldade de transporte; escassez de braços; grande destruição ambiental (Pádua, 2002). De acordo com ele todos esses fatores eram interdependentes: o crédito, por exemplo, era escasso porque as “propriedades não ofereciam a necessária estabilidade de valor, uma vez que os capitais estavam comprometidos em escravos e os recursos naturais das fazendas estavam cada vez mais destruídos” (2002). Recomendava que a colonização substituísse o trabalho escravo, mas não o modelo de colonização do sistema agrícola dominante que constantemente demandava terras virgens, “onde o machado e o fogo vão exercer sua ação devastadora”³⁸. A colonização deveria se concentrar inicialmente na recuperação das terras cansadas. Era necessária ainda, a diversificação das culturas – combinando o café, o açúcar o algodão com gêneros de consumo popular tais como a mandioca, o feijão e o milho; a educação rural e a necessidade da conservação das florestas.

Segundo Pádua, Pacova foi um dos poucos a perceber a dimensão social e ambiental da crise da agricultura brasileira e propôs uma mudança substantiva e profunda nas mentalidades e nas práticas agrícolas dominantes, antes mesmo da grande crise do café.

³⁷ Nota-se que as primeiras críticas do modelo implantado para o cultivo do café no Vale do Paraíba surgiram nas décadas de 40 e 50 quando se vivia ainda uma expansão eufórica do seu cultivo no interior do vale e não na década de 70, quando a percepção da crise já era bastante evidente (Pádua, 1998).

³⁸ Pacova apud Pádua, 2002.

A crise do café em fins do século XIX pode ser comparada com uma crise agrícola recente no estado de Mato Grosso, que também pode ser vista como uma crise ecológica. O primeiro semestre de 2006 foi marcado por um protesto de produtores rurais do Estado de Mato Grosso que, para chamar a atenção do governo federal e da sociedade em geral para a crise que se encontra o setor agrícola, bloquearam estradas, paralisaram prefeituras e atearam fogo em tratores.

O então presidente da Famato (Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso) Homero Pereira percorreu diversos municípios do norte e médio norte do estado para garantir a adesão e o apoio dos produtores ao movimento de resistência chamado “Grito do Ipiranga” (o movimento recebeu este nome por ter iniciado na cidade Ipiranga do Norte) com o objetivo deste ganhar caráter nacional.

Algumas das reivindicações do setor agrícola são: pacto de 180 dias com todos os credores sejam eles empresas ou instituições financeiras; desoneração do óleo diesel (não foi atendido pelo governo); cumprimento da Política Agrícola prevista na legislação vigente; alocação de recursos suficientes para sustentação de preços; apoio efetivo para a agricultura familiar; refinanciamento de todas as dívidas vencidas oriundas de financiamentos desde as Safra2004/2005; criação de um câmbio fixo de exportação de produtos agropecuários (não atendida pelo governo); FAT GIRO RURAL, liberado diretamente ao produtor e cooperativas de crédito, com recursos a serem liberados pelas diversas instituições financeiras para a renegociação das dívidas com o setor privado; seguro rural; agilidade no registro dos genéricos e de novos produtos para agropecuária; liberação de recursos para a conclusão e manutenção de todas as rodovias federais e estaduais utilizadas no escoamento da produção agrícola (não atendido); entre outras³⁹.

De acordo com O Estado de São Paulo os problemas responsáveis pelo pior momento da cultura da soja no estado, que é o maior produtor desta cultura no país, são “a alta nos custos da produção, problemas climáticos que provocam a quebra da safra e favorecem a disseminação da ferrugem asiática, queda do dólar e a queda do preço da soja”, podem levar o Governador Blairo Maggi a decretar estado de emergência na região⁴⁰. Segundo as estimativas oficiais o resultado da

³⁹ Informações retiradas do artigo “BR-163 já está bloqueada em Lucas R. Verde e Sorriso” – de 30/05/2006 do portal Só Notícias.

⁴⁰ Informações retiradas da reportagem “Blairo Maggi pede estado de emergência em Mato Grosso” retirada do Estado de São Paulo de 24/03/2006.

quebra da safra, por causa do clima irregular e da ferrugem, foi a queda da arrecadação do Estado e das prefeituras que pode chegar aos R\$ 100 milhões.

Além disso, muitos produtores, que estão endividados, não conseguem saldar suas dívidas - mesmo produtores que não tiveram muito prejuízo com a ferrugem enfrentam o dilema de vender ou não o produto neste momento de baixo preço. “Nildo José Peccin, gaúcho de Três de Maio e há 22 anos na região, é um exemplo. Ele comercializou antecipadamente 40% das 220 mil sacas que estão sendo colhidas em 5 mil hectares plantados. Conseguiu US\$ 9 por saca. Agora, o preço na região está em US\$ 7 a saca. Embora tenha estrutura para armazenar cerca de 40 mil toneladas, o produtor não pensa em esperar um preço melhor. "Tenho que pagar as dívidas que estão vencidas e as que estão vencendo". Segundo O Estado de São Paulo (em reportagem já citada) Peccin é um dos 2 mil produtores de Mato Grosso que estão inadimplentes com o Banco do Brasil e que tentam uma renegociação da dívida, cujo valor não revela. No Estado, o débito total dos produtores é de cerca de R\$ 950 milhões.

Uma expedição – Rally da Safra – coordenada pela empresa de consultoria Agroconsult percorreu várias lavouras de soja do médio norte de Mato Grosso para avaliar a situação da produção. De acordo com André Pessoa (sócio diretor da Agroconsult) há uma grande disparidade na produtividade das lavouras: há locais em que a produção supera as 60 sacas por hectare; em outros, não chega a 30 sacas – o que confirma, além do clima irregular, o baixo uso de tecnologia (insumos, defensivos e sementes) empregado por uma parcela dos produtores, que estão descapitalizados. Segundo Pessoa “o baixo uso da tecnologia permitiu o aparecimento de pragas e doenças em níveis muito mais altos do que vimos nos anos anteriores”⁴¹.

Por outro lado, há algumas áreas do estado onde a infestação pela ferrugem está fora de controle – como a cidade de Primavera do Leste – a situação ficou tão crítica que obrigou os produtores a fazer inúmeras aplicações de fungicidas, elevando ainda mais o custo da lavoura. O vice-prefeito de Primavera do Leste (acredita-se que a cidade seja o foco de ferrugem mais intenso do mundo) estima que a região, que semeou nesta safra 600 mil hectares, deverá fechar a colheita com 4,5 aplicações de fungicida em média. Alguns produtores relataram ter aplicado o produto, cuja aplicação custa entre 15 a 20 dólares por hectare, até seis vezes devido à alta incidência do fungo⁴².

⁴¹ Estado de São Paulo, 24/03/06 “Blairo pede estado de emergência em Mato Grosso”.

⁴² Reportagem “Endêmica, ferrugem ataca soja em MT e reduz produtividade média” - 22/03/2006, 24 Horas News.

Conforme ressalta a reportagem “Especulação e crédito exagerado marcaram anos dourados” (16/05/2006) da Agência Carta Maior, os produtores poderiam ter minimizado ou evitado a crise com um pouco de precaução e planejamento. Segundo o artigo citado, de 2002 a 2004, as exportações rurais cresceram quase 60% em moeda nacional, gerando ganho extra de R\$ 42 bilhões; o PIB agropecuário engordou R\$ 55 bilhões (dados do IBGE citados no artigo) e, além disso, no mesmo período, os empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para investimentos rurais dobraram. O Estado não parava de contabilizar superávits, crescimento e atrair investidores estrangeiros. “A principal justificativa para este crescimento foram as exportações do complexo soja, que aproveitando o bom preço do grão no mercado externo, somou sozinho durante o ano passado US\$ 1,5 bilhão, 30% superior aos índices de 2001. Comparado ao saldo de exportações de 2001, o óleo e o farelo, respectivamente acumularam um crescimento 144% e 45%”⁴³.

Quando os recursos entravam sem parar, os produtores, entusiasmados, ao invés de poupar o dinheiro para honrar suas dívidas de mais de uma década com o governo federal, pediram mais créditos, para buscando mais lucros⁴⁴. Conseqüentemente, a área ocupada pela soja no Mato Grosso duplicou entre 2001 e 2005.

De acordo com o relatório “Relação entre o cultivo de soja e o desmatamento - entendendo a dinâmica” (FBOMS, 2004) no Mato Grosso

A área plantada com soja cresceu 400% nos últimos 10 anos. O plantio se iniciou pelos cerrados centrais e migrou para o norte cerca de 500 km deslocando a fronteira agrícola. Simetricamente, no mesmo período a área desmatada no estado aumentou em dimensões semelhantes e de forma progressiva até chegar ao aumento de 133% apontados pelos dados do governo estadual entre 2002 e 2003.

O relatório informa ainda que no estado a duração do ciclo de culturas nas áreas recém desmatadas está cada vez mais curto, diminuindo de cinco para 2-3 anos.

Segundo o artigo “Império da Devastação”⁴⁵ motivos não faltam para o Mato Grosso ser campeão em desmatamento⁴⁶: o estado é o recordista nacional de produção de soja, de produção

⁴³ Dados da reportagem “Complexo Soja: empresários conhecem o potencial do Mato Grosso” retiradas do Diário de Cuiabá de 01/04/2003.

⁴⁴ É interessante lembrar que isso também aconteceu com os agricultores do Vale do Paraíba no auge da expansão do café, que preferiram gastar seus lucros importando luxos valorizados da época (Dean, 1996; Stein, 1990).

⁴⁵ “Império da devastação” - 08/05/2005, retirado de O Eco: www.oeco.org.br

⁴⁶ No dia 29/04/05, a Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEMA) divulgou o índice de desmatamento de 2004 calculado pelo próprio governo mato-grossense: 1.814.312 hectares – “O Eco”.

ilegal de madeira e possui o maior rebanho bovino do país. Além disso, o atual governador - o empresário Blairo Maggi – além de ser o maior produtor individual de soja do mundo é um dos sócios da empresa André Maggi que tem um faturamento anual de 1 bilhão e 300 milhões de reais com atividades agrícolas. Finalmente, para transmitir a preocupação do governo estadual com o meio ambiente o artigo conta que durante “uma reunião com o governo federal no ano passado para discutir a gestão da floresta, Maggi foi curto e grosso: “esse negócio de floresta não tem o menor futuro”. Pelo menos no seu Mato Grosso”.

Assim como a crise do vale do Paraíba no século XIX, a recente crise “agrícola” do Mato Grosso pode ser um indício de uma crise ecológica que põe em dúvida todo um modo de praticar agricultura no Brasil, que tem como expansão da fronteira um dos pressupostos. Apesar do uso de moderna tecnologia - insumos químicos, herbicidas, irrigação, maquinaria, melhoramento genético – os agricultores do estado não estão imunes a crises. Dependem ainda essencialmente da natureza para exercer sua atividade.

Ao analisar os artigos de jornais pode-se perceber que na opinião dos agricultores a crise é econômica: alta do dólar, endividamento, baixa do preço da soja, falta de crédito, etc. As reivindicações ao governo federal giram em torno de capital – assim como durante a crise do Vale do Paraíba no século XIX.

Os produtores parecem não estabelecer nenhuma relação entre as mudanças do clima, a intensificação da doença ferrugem da soja (fatores que diminuiram a produtividade), e geraram a crise da produção, e a degradação ambiental que vem ocorrendo com a expansão da fronteira agrícola da soja. Além disso, a despeito das críticas ambientais dos intelectuais do século XIX, a grande propriedade e a monocultura – que facilita o empobrecimento e perda da fertilidade do solo devido à simplificação da cultura - ainda são realidades brasileiras.

Conforme explicou Worster (2003), a era capitalista introduziu na produção uma nova e distinta relação dos indivíduos com o mundo natural – uma reorganização da natureza visando o lucro. Em função disso, a diversidade de ecossistemas é diminuída em favor da máxima produção agrícola; adubos químicos a base de combustíveis fósseis são introduzidos para adiar o empobrecimento do solo, etc. Não se pode esperar, entretanto, que a natureza não reaja de volta. A crise recente no Mato Grosso (assim como a do café no Vale do Paraíba no século XIX) é um sinal de que a natureza responde ao homem – é um indício de uma crise ambiental conseqüência do sistema de exploração da natureza que ainda utilizamos.

I.2 – Marx, a Natureza e a Crítica da Agricultura Capitalista

Ainda que existam muitas críticas (inclusive ecológicas) que chamam o pensamento marxista de “progressista” ou “produtivista” e que, de certa maneira, opõe o homem à natureza, podemos buscar algumas contribuições em Marx acerca da relação homem-natureza, principalmente através da sua crítica da agricultura capitalista.

Segundo Michael Löwy ainda que os temas ecológicos não ocupem lugar central no dispositivo teórico marxista - e que os escritos de Marx e Engels sobre a relação entre as sociedades humanas e a natureza possam ser objeto de diferentes interpretações – a crítica do capitalismo de Marx e Engels “é o fundamento indispensável de uma premissa ecológica radical” (Löwy; 2005 p. 20).

Para Löwy (2005) é surpreendente o fato de existir desde os primeiros escritos de Marx “um naturalismo patente”, uma visão do ser humano como ser natural, inseparável do ambiente natural. Nos Manuscritos de 1844, Marx diz que

A natureza é o corpo inorgânico do homem (...), na medida em que ela mesma não é corpo humano. O homem vive da natureza, significa: a natureza é o seu corpo, com o qual tem que permanecer em constante processo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interligada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interligada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza (Marx, 2001 p.155).

De acordo com Löwy, algumas das críticas dos ecologistas a Marx não se justificam. Primeiramente, conforme explica o autor citado, os ecologistas acusam Marx de, seguindo Ricardo, atribuir a origem de todo o valor e de toda a riqueza ao trabalho humano, sem dar valor à contribuição da natureza. Löwy afirma que esta crítica constitui um “mal entendido” já que a teoria do valor-trabalho é utilizada por Marx para explicar a origem do valor de troca no sistema capitalista, e a natureza participaria da formação dos verdadeiros valores que são os valores de uso (Löwy; 2005). Como aparece explicitado por Marx na “Crítica do programa de Gotha”:

O trabalho não é a fonte de toda riqueza. A natureza é fonte dos valores de uso (que são, de qualquer forma, a riqueza real!) tanto quanto o trabalho, que não é em si nada além na

expressão de uma força natural, a força de trabalho do homem (Marx, Engels, 1950; opud Löwy 2005 p. 23).

Quanto ao fato dos ecologistas acusarem Marx de produtivismo, Löwy explica que ninguém mais denunciou tanto quanto Marx a lógica capitalista de produção pela produção, de acumulação de capital, de riquezas e de mercadorias como um fim em si. Acrescenta que a própria idéia do socialismo é a de produção de valores de uso, de bens necessários à satisfação das necessidades humanas e que o objetivo do progresso técnico para Marx “não é o crescimento infinito de bens (o ter), mas a redução da jornada de trabalho e o crescimento do tempo livre (o ser)” (Löwy; 2005 p.24).

Contudo, Löwy admite que exista uma postura pouco crítica de Marx e Engels em relação ao sistema de produção industrial capitalista e uma tendência a ver “desenvolvimento das forças produtivas” como um sinônimo de progresso⁴⁷. Segundo Löwy, falta a Marx e Engels uma idéia geral dos limites naturais do desenvolvimento das forças produtivas, ainda que, possa-se encontrar em algumas passagens de suas obras a “intuição do potencial destrutivo que elas têm”, como no trecho abaixo:

No desenvolvimento das forças produtivas atinge-se um estado onde surgem forças produtivas e meios de circulação que só podem ser nefastos no âmbito das relações existentes e já não são forças produtivas, mas sim forças destrutivas (o maquinismo e o dinheiro) (Marx, A Ideologia Alemã apud Löwy, 2005 p. 26).

A idéia presente na passagem citada não é desenvolvida pelos autores, ou seja, não se pode saber se tal destruição se refere à natureza. Entretanto, outras passagens encontradas em Marx configuram-se como verdadeiras críticas ecológicas, como às relativas à agricultura capitalista encontradas em O capital.

De acordo com John Bellamy Foster (2005) foi no Capital que a concepção materialista de natureza de Marx alcançou plena integração com a sua concepção materialista de história. Ao escrever O Capital, Marx enfatiza sua crítica a três aspectos da economia política burguesa: a análise da extração da mais valia do produtor direto; a teoria correlata da renda fundiária capitalista; e a teoria malthusiana da população. Segundo Bellamy Foster (2005), em termos analíticos, podemos destacar que a crítica da agricultura capitalista em Marx possui duas fases:

⁴⁷ Para Löwy um dos escritos de Marx mais marcados por um evolucionismo, pelo ideal de progresso, cientificismo e por uma visão pouco problematizadas das forças produtivas é “Prefácio à contribuição à crítica da economia política”, de 1859.

1) a crítica a Malthus e Ricardo; 2) a consideração da “segunda revolução agrícola” (Foster; 2005 p. 202) e das implicações químicas do solo de Justus Von Liebig (que muito influenciou Marx).

Quanto às críticas de Marx à teoria de superpopulação de Malthus e à falta de alimentos, o autor dizia que Malthus havia cometido tantos erros lógicos quanto históricos, pois afirmava que a população humana crescia geometricamente até sofrer limitações externas (tais como mortalidade infantil, doenças, etc.) não reconhecendo o caráter histórico e social da reprodução humana. Ao mesmo tempo, escrevia como se as plantas e os animais tivessem uma tendência inerente ao crescimento populacional limitado (Foster; 2005). Além disso, com relação à existência da superpopulação, ou de miseráveis, Marx concordava com a crítica desenvolvida por Ricardo a Malthus, que consistia no fato de que não era a quantidade de grãos que era significativa na determinação da superpopulação, mas a quantidade de emprego. No capitalismo, as relações de produção tornam a existência da população excedente relativa necessária ao sistema.

Com relação às críticas de Marx à teoria do arrendamento de Ricardo, o primeiro a via como uma teoria incapaz de entender e incorporar o desenvolvimento histórico do cultivo da terra ou solo⁴⁸. Tanto Malthus quanto Ricardo passaram a ver, posteriormente, questão da fertilidade da terra quase que inteiramente em termos das condições naturais de produtividade, independente dos seres humanos.

Reverendo as teorias econômicas clássicas, Marx entendeu que todas sofriam de uma falta de entendimento científico sobre o solo. Marx foi extremamente influenciado por Justus von Liebig, (*“Organic Chemistry in its application to agriculture and physiology”*) cuja obra tratava do estado do conhecimento agrícola antes de 1840. Segundo Liebig, nessa época as propriedades químicas do solo eram desconhecidas, assim com a natureza da nutrição das plantas. Portanto, o poder latente atribuído ao solo era visto como “inerentemente limitado e ao mesmo tempo indestrutível. Os problemas reais da agricultura não eram passíveis de verificação” (Foster; 2005).

As análises de Liebig afetaram profundamente Marx ao escrever *O Capital*, pois este estudou atentamente o químico e copiou extensas passagens de sua obra em seus cadernos de apontamento. Foi a partir dessa influência, conforme explica Bellamy Foster, (2005) que Marx

⁴⁸ Para Marx, foi James Anderson (1739-1808), um economista político e agricultor escocês que criou a teoria clássica do arrendamento.

desenvolveu a crítica sistemática da exploração (“no sentido de roubo ou a incapacidade de manter os meios de reprodução”) capitalista do solo.

A principal categoria conceitual usada por Marx em sua análise teórica da agricultura capitalista é o conceito de “metabolismo” ou “troca material” (Stoffwechsel)⁴⁹. A centralidade do conceito pode ser evidenciada quando, “na sua definição de processo de trabalho, Marx utiliza o conceito de metabolismo para descrever a relação do homem com a natureza através do trabalho” (2005), enraizando, assim, a sua compreensão de processo de trabalho:

O trabalho é, antes de qualquer outra coisa, o processo entre homem e a natureza, um processo pelo qual o homem, através de suas próprias ações, medeia, regula e controla o metabolismo entre ele mesmo e a natureza. Ele encara os materiais da natureza como uma força da natureza. Ele põe em movimento as forças naturais que pertencem ao seu próprio corpo, aos braços, pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar os materiais da natureza de uma forma adaptada às suas próprias necessidades. Através desse movimento, ele atua sobre a natureza externa e a modifica, e assim simultaneamente altera sua própria natureza... Ele (o processo de trabalho) é a condição universal da interação metabólica (Stoffwechsel) entre o homem e a natureza, a perpétua condição da existência humana imposta pela natureza⁵⁰.

Entretanto, com o crescimento cada vez maior da indústria de larga escala e da agricultura de larga escala sob o capitalismo, e com a primeira oferecendo a agricultura os meios de exploração intensiva do solo, ocorre uma “falha” na interação metabólica entre homem e natureza, entre o homem e a terra (*Riss des Stofwechsels*). Na agricultura capitalista os recursos são extraídos do solo sem ocorrer uma “restauração sistemática” destes recursos, comprometendo sua futura fertilidade – o solo se torna uma mercadoria como outra qualquer. Como Marx demonstra na parte denominada “Indústria Moderna e Agricultura” no final do volume I de O Capital:

Com a preponderância cada vez maior crescente da população urbana que se amontoa nos grandes centros, a produção capitalista, de um lado, concentra a força motriz histórica da sociedade, e de outro, perturba o intercâmbio material entre o homem e a terra, isto é, à volta à terra dos elementos do solo consumidos pelo ser humano sob a forma do alimento e do vestuário, violando assim a eterna condição natural de fertilidade permanente do solo. Com isso, destrói a saúde física do trabalhador urbano e a vida mental do trabalhador do campo. Mas, ao destruir as condições desse metabolismo,

⁴⁹ Nos Manuscritos Econômicos Filosóficos de 1844 podemos encontrar um “rascunho” do que mais tarde, no Capital, seria o conceito de metabolismo que expressaria de forma mais completa a interação metabólica entre os seres humanos e a natureza (Foster; 2005).

⁵⁰ Em algumas traduções de O Capital a palavra alemã Stoffwechsel vem traduzida como “intercâmbio material” – optei aqui pelo trecho citado da obra de Foster; 2005p. 221.

desenvolvidas espontaneamente, obriga-o simultaneamente, a restaurá-lo de maneira sistemática, como lei reguladora da produção social e numa forma adequada ao pleno desenvolvimento humano (...). E cada progresso da agricultura capitalista não é só um progresso da arte de saquear o solo, pois cada progresso no aumento da fertilidade por certo período é simultaneamente um progresso na ruína das fontes permanentes dessa fertilidade (...). Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social ao minar simultaneamente as fontes originais de toda riqueza: o solo e o trabalhador (Marx; 1998 p. 570).

È interessante observar na passagem citada como Marx coloca de forma explícita a relação entre o capital e a devastação da natureza. Através do exemplo da degradação do solo, o autor mostra que o progresso pode ser destrutivo, podendo acabar com “as condições naturais eternas”. Pode-se notar também que no processo de ruptura do metabolismo homem-natureza, ou seja, na ruptura do sistema de trocas materiais entre as sociedades humanas e a natureza, há essencialmente uma cooperação entre indústria e agricultura.

Além disso, observa-se também que da mesma forma que o capital provoca essa ruptura metabólica, através da apropriação e exploração irracional da natureza, ele também provoca a exploração dos trabalhadores – tanto o homem quanto a natureza são explorados a despeito dos seus limites (Löwy; 2005). Nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844, Marx teoriza sobre o trabalho alienado – que ocorre quando, na sociedade capitalista, o objeto do trabalho, o seu produto, não pertence mais ao trabalhador, mas se apresenta a ele como um objeto alheio; e quando o próprio trabalho torna-se externo ao trabalhador, não mais voluntário, mas compulsório, forçado (Marx, 2001). Essa alienação do trabalhador e da natureza resulta em uma “desumanização do homem e a uma desnaturalização da natureza”, sem a qual os homens não podem obter os seus meios de vida⁵¹, e que é concebida na sociedade industrial como um reservatório ilimitado de bens econômicos (Giuliani, 1999).

O exemplo da exploração do solo e seu esgotamento pelas práticas agrícolas capitalistas (mencionados acima), estão intrinsecamente relacionados nas análises de Marx e Engels a um segundo exemplo de degradação ecológica - o da destruição das florestas. Na Dialética da Natureza, Engels exemplifica a destruição das florestas de Cuba por grandes produtores de café espanhóis

Que queimaram as matas nas encostas das montanhas (tendo conseguido, com as cinzas daí resultantes o adubo suficiente para uma só geração (...), que lhes importava o fato de

⁵¹ “O trabalhador nada pode criar sem a natureza, sem o mundo exterior sensorial. Ela é o material na qual o seu trabalho se realiza efetivamente, no qual é ativo, a partir do qual e mediante o qual produz” (Marx, 2001).

que, mais tarde, os aguaceiros tropicais provocassem a erosão das terras que, sem defesas naturais, transformaram-se em rocha nua? (Engels; 2000 p. 226).

O autor acrescenta ainda que tanto

Em face da Natureza, como em face da Sociedade, o modo atual de produção só leva em conta o êxito inicial e mais palpável; e, no entanto, (...) as conseqüências remotas das atividades assim orientadas sejam inteiramente diferentes e, quase sempre, contrárias ao objetivo visado (...) (Engels; 2000 p. 226).

Ainda na Dialética da Natureza, ao criticar o impacto negativo das atividades humanas sobre a natureza, Engels afirma que a cada vitória do ser humano sobre a natureza, ela “exerce a sua vingança” (Engels; 2000 p. 224), trazendo conseqüências previstas e não previstas. Ao analisar o impacto negativo das atividades produtivas nas civilizações antigas (Mesopotâmia, Ásia Menor, Grécia) o autor ressalta que

E assim, somos a cada passo advertidos de que não podemos dominar a Natureza como um conquistador domina um povo estrangeiro, como alguém situado fora da natureza; mas sim que lhe pertencemos, com a nossa carne, nosso sangue, nosso cérebro; que estamos no meio dela; e que todo nosso domínio sobre ela consiste na vantagem que levamos sobre os demais seres de poder chegar a conhecer suas leis e aplicá-las corretamente (Engels; 2000 p. 224).

Assim, ainda que falte a Marx e Engels uma perspectiva ecológica “de conjunto”, para Lowy é “impossível pensar em uma ecologia crítica à altura dos desafios contemporâneos sem ter em conta a crítica marxiana da economia política, o questionamento da lógica destrutiva induzida pela acumulação limitada de capital” (Löwy, 2005 p.37). O autor citando Daniel Bensaid (1995) reconhece que não se pode exonerar Marx das “ilusões progressistas” de seu tempo e muito menos fazer dele a voz a favor da industrialização desmedida; ao invés disso, propõe “instalar-se nas contradições Marx e tomá-las a sério”, ou seja, instalar-se entre a crença produtivista de alguns textos de Marx e a sua intuição de que o progresso pode ser uma fonte de destruição irreversível da natureza.

É importante termos em mente a contribuição da crítica da agricultura capitalista marxiana para analisarmos a representação de natureza dos produtores de soja do Mato Grosso, que será tratado no capítulo a seguir.

Os produtores de soja

O conteúdo das entrevistas realizadas com os produtores de soja no Mato Grosso pode ser dividido em três partes. A primeira parte enfatiza a trajetória e história de vida de cada um dos produtores. A segunda parte procura focar na produção em si, o uso de tecnologias, os custos de produção, opiniões sobre as ações do estado para o setor produtivo, etc. Finalmente, a terceira parte entra no ponto chave da pesquisa, que é a relação entre agricultura e natureza e as posições dos produtores sobre isso. As divisões estabelecidas no capítulo III correspondem às três partes do roteiro das entrevistas (ver em anexo).

Cada produtor de soja entrevistado possui uma história de vida única, entretanto, pode-se verificar a existência de muitas semelhanças entre os produtores, suas trajetórias de vida, seus pontos de vista acerca da agricultura, do processo produtivo e da relação entre agricultura e natureza.

3.1 – Perfil do produtor

Os nove produtores entrevistados – dos quais três possuíam produção em Campo Verde, dois em Canarana e quatro em Sapezal – se diferenciam muito em relação à extensão da área de soja, que variava de 350 hectares até uma área superior a 2.500 hectares plantados.

Primeiramente, com relação à origem e trajetória de vida dos produtores, observa-se que todos os nove entrevistados originavam-se de regiões de fora do Estado de Mato Grosso: Paraná (3), Rio Grande do Sul (4), Minas Gerais (1), interior de São Paulo (1). Em Campo Verde, dois dos três produtores entrevistados vinham do Paraná, sendo o terceiro de Minas Gerais. Os dois produtores de Canarana eram do Rio Grande do sul; em Sapezal, dois dos produtores entrevistados eram do Rio Grande do sul, um do Paraná e um do interior de São Paulo. Todos os produtores de soja entrevistados migraram para o Mato Grosso entre meados da década de 70 e meados da década de 80.

Quase todos os entrevistados (com exceção de seu Paulo, de Canarana, cujos pais eram operários) vêm de famílias que tinham tradição na agricultura (seja agricultura familiar ou em larga escala). Conforme explicita o senhor Marcos da Rosa:

A minha família é do Rio Grande do Sul (...) trabalhava com as culturas de inverno e verão – soja, milho, trigo, arroz - e meu pai comprou a propriedade no Mato Grosso em 74, quando a gente ainda era menino. A intenção de comprar propriedade no Mato Grosso era sair da agricultura e ir para a pecuária, trabalhar só com a pecuária. A tradição da família é a agricultura desde os antepassados (MR).

Além disso, é algo notório entre os produtores a ênfase que dão no fato de que trabalharam muito para chegar onde estão: tanto os pequenos quanto os grandes. Um bom exemplo é o senhor J.P. que, vindo do Paraná no início da década de 80, é hoje um grande produtor de soja e algodão do Mato Grosso:

(...) tudo aqui no Mato Grosso foi muito difícil muito oneroso, a estrutura para os empreendedores era muito precária, quer seja na mão de obra, quer seja nos maquinários, oficina...e tudo foi conseguido com muito trabalho, dedicação, muito suor, e a razão dos meus 33 anos, que eu cheguei aqui (idade de Cristo) e hoje eu com 57 anos dedicados intensamente a essa atividade. Eu só consegui meus êxitos graças ao meu pai falecido há 2 meses, a minha determinação em vencer esses propósitos e a ajuda da minha esposa que me deu suporte (JP).

Todos os produtores entrevistados são membros associados dos sindicatos rurais de suas cidades e, além disso, da Aprosoja (Associação dos Produtores de Soja). Pode-se verificar que três dos entrevistados exercem um papel atuante nas associações de classe: o senhor Guarino, é o presidente do sindicato rural de Sapezal e o senhor M.R. é atualmente o vice-presidente da Aprosoja para a região Leste do estado, e presidente do sindicato rural de Canarana. Dois outros produtores entrevistados - o senhor Escariote e o senhor Paulo - já exerceram funções administrativas nos sindicatos rurais de suas respectivas cidades

A tabela abaixo mostra algumas características dos nove produtores entrevistados.

Observar Tabela:

Tabela 3 – Quadro geral dos produtores de soja entrevistados.

Produtores	Ano de chegada	Origem	Escolaridade/ Formação	Área plantada (hectares)	Região onde planta	Outra atividade agrícola
1 – J.Puppim	1981	PR	Engenheiro industrial	Superior a 8000	Campo Verde	Algodão/ Pecuária/ biodiesel
2 – Giovane	-----	Interior de MG	Agrônomo	350(soja 120)	Campo Verde	algodão
3- Jader B.		PR	-----	2000	Campo Verde	algodão
4- M.Roza	1975	RS	Engenheiro Agrônomo	800	Canarana	Arroz, milho, pecuária
5 – Paulo	1979	RS		800	Canarana	Arroz, milho, pecuária
6- Guarino	-----	Interior de São Paulo	Técnico agrícola	350	Sapezal	-----
7- Scariote	1978	RS		4000	Sapezal	
8- Alceu	1982	PR	-----	2600 soja e 200 algodão	Sapezal	Girassol, milho, algodão
9-seu Ricardo	1980	RS	Técnico agrícola	1000	Sapezal	Milho safrinha, (tentou feijão e arroz)

3.2– A produção

Quando perguntados sobre a razão da escolha e da vinda para o estado de Mato Grosso é significativo para os produtores o fato de que na época da mudança para a região esta era considerada um atrativo pela sua extensão territorial e pelo baixo custo das terras em comparação com os custos destas em outras regiões, como o sul do Brasil e o interior de São Paulo. Foram justificativas usadas também o grande potencial hidroviário do estado, e a construção de Brasília que constitui um marco simbólico do estímulo para a colonização do interior do Brasil dos anos 70⁵². Conforme explica seu Ricardo, produtor em Sapezal:

Naquela época no sul terra era caro (...) e aqui comprava bastante terra. Nosso objetivo era ter terra para expandir e crescer. Compramos 2000 hectares de terra. Sofremos e ficamos 4 anos sem plantar nada pois o banco em Diamantino não financiava pois dizia que aqui era longe para ele financiar e que aqui ninguém ia plantar e ninguém ia colher. Temos que dar muito valor pro Incra e pro governo militar. O governo abria estradas. Se você entrava numa terra do governo, devoluta, você podia abrir e vinha o Incra media e te dava o documento (seu Ricardo).

Outra explicação pode ser encontrada na fala de seu Paulo:

O Mato Grosso apresentava na época perspectivas melhores para a realização de alguns sonhos, a concorrência era menor e o valor para se chegar aqui também, e o mercado propiciava algumas alternativas conduzidas pela necessidade do mercado que era gado e soja, proteína vegetal e animal, foi o estado que permitiu que a gente começasse alguma coisa nesse sentido (Paulo).

Quanto razão da escolha da cultura da soja nota-se que entre os motivos usados para justificar a escolha está o fato de que na época da vinda para o estado a soja já era uma “commodity” de alto valor no mercado. Ou, de acordo com Marcos da Rosa:

A soja é uma necessidade em áreas novas colonizações no Brasil por ser uma cultura que tem uma alta demanda mundial e é uma cultura que responde rapidamente a tecnologia adotada: adubação, correção de acidez do solo, e a infra estrutura que se estabelece nessas regiões de fronteira agrícola é facilitada pela cultura da soja, se for outra cultura já é problema, embora estando longe dos portos, mas como a demanda é grande é o que essas regiões de fronteira agrícola oferecem, não tem como sair fora enquanto não chegar energia, asfalto, não chegar outras indústrias de transformação e isso é demorado(...). A soja é mais resistente ao sol (...) sua raiz é mais profunda e permite que

⁵² Na década de 30 o presidente Getúlio Vargas implantou uma campanha nacional chamada “Marcha para o Oeste” cujo objetivo era ocupar e desenvolver o interior do Brasil. A migração dos produtores de soja entrevistados para o Mato Grosso em meados da década de 70/80 pode ser interpretado como a continuação do movimento da marcha para o oeste.

you have a greater stability of the cost-benefit relationship than other crops allow (MR).

De acordo com Seu Ricardo, ao responder a mesma questão:

I wanted to create cattle, but cattle didn't work... Soy because it's where resources ...as trade, are multinational, give a lot of money to plant Bungee, Cargil, Amagi today ...they need soy and we need the money to plant.

Observa-se a que, de certo modo, a escolha da soja para os produtores é encarada como uma “necessidade” (seja por causa dos preços ou porque acreditam que a região demanda uma cultura “resistente”, etc.), ou seja, há a idéia da “inevitabilidade” da soja para a região, como se esse fosse seu destino. Parece claro para os produtores também que a expansão da fronteira agrícola da soja nos anos 70, ainda que tenha dado origem a cidades, não foi originalmente uma fronteira de povoamento.

Outro produtor de Sapezal, seu Alceu, que veio para o Mato Grosso em 1982 “enfrentar o cerrado”, esclareceu que escolheu a soja porque era a cultura mais viável de trabalhar, pois ele já tinha tido contato e aprendido a lidar com ela no Paraná, onde era comum as *trades* emprestarem dinheiro para se plantar soja – “como uma moeda de negócios”. Entretanto, seu Alceu acrescenta que hoje “*tem que se fazer uma diversificação de cultura porque só a soja não está muito atrativa não...*”, e por isso vem plantando além da soja, o girassol, o milho e o algodão. Em sua opinião, a soja não está mais sendo tão rentável quanto era por causa da alta dos preços dos insumos usados na produção.

Ao serem perguntados se quando chegaram ao estado tiveram muito trabalho com a terra, a maioria dos entrevistados disseram que sim, que tiveram que “abrir a terra”, que encontraram “mato e cerrado” ou “chapadão” e que a dificuldade existia, pois na época tudo era muito precário: faltavam estradas, infra-estrutura, as localidades próximas ficavam a muitos quilômetros de distância e “o cara saía preparado com alguma coisa para comer na estrada”, pois não se sabia ao certo a que hora chegaria ao destino. Nas palavras de seu Paulo:

Much work (to work the land). It was a virgin state. You had to create everything. And this involves costs and you have to have a strong will to stay in a remote place. If not for the intention to realize a dream you wouldn't stay (Seu Paulo).

Por outro lado, outros iniciaram sua propriedade em áreas onde a terra já estava aberta. Como o senhor J.P.

Quando cheguei aqui na região encontrei a propriedade já aberta, uma propriedade que já tinha começado uma propriedade de 8.500 hectares, que já estava plantando 2.000. Pessoal da região, pessoal ribeirinhos, cuiabanos, como os natos assim dizem, não havia nessa localidade, não havia... Regiões aonde eu tive conhecimento haver essa população elas foram remanejadas, saíram dessas atividades, vieram para a cidade onde os familiares estavam. Lá tinham uma vida subumana com a pecuária muito rudimentar... não cortavam a grama correta, e sim jogavam o cerrado...e a limpeza, pra conservar o gado, colocavam fogo, sistema muito arcaico e que não sobreviviam a esses parâmetros e critérios de produtividade⁵³. Na minha vinda pra cá essas áreas já haviam sido ocupadas pelos meus antecessores.

Percebe-se através da fala dos produtores que, por um lado, alguns afirmaram a existência de um “vazio demográfico”, de um “estado virgem”, “lugar inóspito”, ou seja, reproduzem o discurso característico do pioneiro que vem “desbravar a terra”. Por outro lado, encontra-se um discurso de que a terra já estava aberta, confirmando que esta não era desabitada e que existia população anterior. Entretanto, essa população tinha uma “vida subumana com a pecuária rudimentar”, considerada inferior pela posterior forma de produção, capitalista. Conforme explica José de Souza Martins

Do lado das grandes empresas e dos grandes proprietários de terra tem prevalecido a suposição de que o capitalismo e sua expansão justificam tudo: o ilegal é legítimo e legitimado pela espécie de redenção histórica que a expansão capitalista parece representar na mentalidade dos “pioneiros”, dos técnicos e dos funcionários dos Estado e dos próprios governantes. A forma econômica supostamente superior apoiada na racionalidade do capital, é apresentada como precedente às formas primitivas de uso da terra, no âmbito da chamada agricultura familiar e, privilegiada em relação a elas (Martins, 1998)⁵⁴.

Com relação ao uso de tecnologias na produção, os entrevistados afirmaram que toda a tecnologia acessível e disponível hoje é utilizada: máquinas, colheitadeiras, fungicidas, fertilizantes, adubos, correção de solos, e alguns, ainda possuem assistência agrônômica. Uma prática bastante citada entre eles é a do o plantio direto, técnica considerada ambientalmente sustentável⁵⁵. De acordo com a Embrapa o plantio direto

⁵³ Nota-se na fala do senhor JP o ideal de progresso associado à alta tecnologia e índices de produtividade, sendo considerada “arcaica” uma cultura que não se adéqua a esses padrões.

⁵⁴ Ver José de Souza Martins “A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira”, em: *História da vida privada no Brasil: contraste de intimidade contemporânea/* coordenador-geral da coleção Fernando A. Novais; organizadora do volume Lilia Moritz Schwarcz, São Paulo, Companhia das Letras, 1998, págs. 659-726.

⁵⁵ De acordo com a Embrapa “a adoção do Plantio Direto expressa a perfeita harmonia do homem com a natureza e proporciona economias significativas para a sociedade como um todo. Torna-se possível, assim, a minimização de

Compreende um conjunto de técnicas integradas que visam melhorar as condições ambientais (água-solo-clima) para explorar da melhor forma possível o potencial genético de produção das culturas. Respeitando os três requisitos mínimos - não revolvimento do solo, rotação de culturas e uso de culturas de cobertura para formação de palhada, associada ao manejo integrado de pragas, doenças e plantas daninhas - o Plantio Direto não deve ser visto como uma receita universal, mas como um sistema que exige adaptações locais. Essas têm sido executadas por iniciativa dos próprios agricultores, por meio da integração contínua de esforços com pesquisadores e técnicos, possibilitando avanços palpáveis no desenvolvimento e na transferência de tecnologias (Embrapa)⁵⁶.

Na explicação de M.Rosa o uso de tecnologia é imprescindível e necessária para se praticar agricultura:

Na atualidade não utilizar a tecnologia disponível tem resultado no custo benefício. Se você não tiver boas máquinas... tem que ter um parque de máquinas, novas e eficiente, pois o prazo de plantio é curto – chega a treze dias(...).Uma atitude que o Mato Grosso utiliza hoje 90% da soja é o plantio direto, você revolve o solo pela primeira vez após o arroz ou após o cerrado e você põe o calcário necessário, faz cobertura desse calcário e partir daí você nunca mais revolve o solo. E o mundo, por outro lado, o cliente, exige que você tenha tecnologia, que você não danifique o meio ambiente . Ou você esta na tecnologia ou você esta fora deste negócio.

A semente transgênica, enquanto uma nova tecnologia, de um modo geral, é considerada “uma realidade” pelos produtores, e algo que com o tempo terá que ser usado. Os produtores de Sapezal já realizaram alguns testes para avaliar o desempenho das sementes de soja transgênica (chamado “dia de campo”) para compará-la com a convencional. Apesar de afirmarem que esta possui um bom desempenho, e que seria mais barata que a convencional, ainda não a plantam, pois os grãos da região são escoados por Porto Velho e exportados para União Européia e China, que preferem semente convencional⁵⁷. Um dos dois produtores de Canarana já está plantando a semente transgênica, pois acredita que ela está vindo “com força total” e que, de certa maneira, é

custos por unidade produzida a partir da maximização da produtividade de insumos e de mão-de-obra. Associa-se a isto a diminuição significativa de consumo de petróleo (60 a 70 % a menos de óleo diesel), o aumento do seqüestro de carbono (aumento do estoque no solo e da matéria orgânica em decomposição na superfície), a diminuição expressiva da perda de solo por erosão (90 % de diminuição nas perdas estimadas em 10 t solo/t de grão produzido), que evidenciam a possibilidade de se obter uma agricultura sustentável e limpa, produzindo alimentos de qualidade, com o menor impacto negativo sobre o meio ambiente e o homem”. E, além disso, através dos resultados das pesquisas agropecuárias vê-se o Plantio Direto como “a mais importante ação ambiental brasileira em atendimento às recomendações da conferência da Organização das Nações Unidas (Eco-92) e da Agenda 21 brasileira, indo ao encontro do que foi acordado na assinatura do Protocolo Verde”.

⁵⁶ Definição encontrada no site da Embrapa: <http://www22.sede.embrapa.br/plantiodireto>

⁵⁷ Um dos produtores de Sapezal também falou do aspecto negativo da semente transgênica estar nas mãos de uma *trade*, de uma compradora. Em sapezal as trades mais fortes são a Bungee, a Cargil e a Amaggi.

uma tecnologia “imposta ao produtor”. Outro produtor de Canarana, o senhor M. da Rosa, apesar de ainda não estar plantando este tipo de semente afirma que:

Não há problema em consumir transgênico. Transgênico é um benefício esta vindo aí para o mundo só que ele vai eliminar alguns defensivos agrícolas em detrimento do faturamento de algumas empresas multinacionais, e aí existe uma guerra que utiliza o produtor no meio dessa brincadeira. Mas é uma realidade. O Mato Grosso hoje deve estar usando ao redor 40% cresceu na safra de 2007-2008 (...). (MR).

O senhor J.P., que além de soja produz algodão, afirma que além de utilizar as sementes convencionais certificadas, planta “alguma coisa de soja transgênica”, e acrescenta que, com relação à cultura do algodão a transgenia ainda esta muito fraca.

Ao serem perguntados se estão satisfeitos com as ações do governo federal para o setor, os produtores, de modo geral, responderam que não se encontram muito satisfeitos com suas ações, principalmente por causa do câmbio, ou seja, a alta do dólar que prejudica as exportações da soja, mas também falaram da falta de “logística do estado e da falta de infra-estrutura. Um dos produtores afirmou que o problema não é o governo federal atual, ainda que este tenha vindo “do povo, e criou uma nova oligarquia”, mas o problema de todos os governos é o fato de que não criaram uma política agrícola. Outro acrescentou que é contra a multa imposta pelos órgãos do governo ao produtor, sendo a favor desta desde que se faça um trabalho de conscientização: “agora chegar multando como faz a FEMA e o Ibama sou contra, pois eles mandam gente que não conhece nada da realidade(...)”.

Os entrevistados disseram que não existe no governo hoje um órgão que represente o setor. Um dos sojicultores acrescentou que os órgãos do governo (ministérios, etc.) transmitem uma “imagem negativa para o grande empreendedor” e que isso dá “uma sensação que nós incomodamos o desenvolvimento do Mato Grosso e o desenvolvimento do Brasil” (J.P.). Ele ressaltou a importância das entidades de classe para defender os interesses do setor:

Para nós produtores o que tem nos auxiliado são nossas associações de classe, a Famato que é um poder representativo, nos representa com grande significado; a associação dos produtores de algodão, a Associação dos produtores de soja, são os que têm falado e nos dado suporte nesses nossos questionamentos de preço, incentivo, enfim, nesse conjunto todo, porque outros órgãos não estão favorecendo o grande produtor. E logicamente como o cenário é estruturado no grande produtor, os menores são menos ainda, ou seja, não há clima para que isso aconteça... favorável aos pequenos também.

Muitos questionaram as ações do governo estadual e federal para a agricultura, justificando que no Mato Grosso somente os grandes produtores são favorecidos⁵⁸ e reafirmaram o papel político e atuante das entidades de classe e cooperativas:

O Lula falou que ia dar prioridade a agricultura familiar, mas ele se esqueceu do pequeno produtor do Mato Grosso, pois no MT não adianta plantar 600, 800 hectares... ele compara esses pequenos agricultores aos grande grupos e isso é mentira...o governo se baseia pelos grupos grandes (seu Escariote).

Aqui na nossa região virou tipo monopólio, são grupos grandes que estão estruturados e estabilizados porque conseguem recursos financeiros baratos. Então compram melhor e vendem melhor. O médio (produtor) que era considerado grande, hoje esta sendo médio, ele busca recursos precários, corre atrás vende carro, vende mal, etc. Os grandes aqui estão querendo engolir os pequenos. Estamos nos precavendo, eu sou presidente da Comase (Cooperativa de Sapezal) estamos fortalecendo o grupo para tomar uma direção, acompanhar isso aí; para conseguir buscar recursos, comprar mais barato, vender em conjunto, pois individual como estavam fazendo os médios (que eu nem considero mais médio) cada vez fica mais difícil. Tem muita gente que era grande, médio e hoje arrendou para os grupos, não esta mais plantando, ganha arrendamento da área e não esta mais fazendo nada. Com isso ele vai ficar como está ou para menos e o grande cada vez vai subir mais (seu Alceu, Sapezal).⁵⁹

É interessante notar através das diferentes respostas a questões que mencionaram papel do Estado que os produtores entrevistados percebem no como dividido em dois momentos distintos. Primeiramente, alguns produtores, de maneira bastante clara, vêem o Estado como um órgão facilitador, que permitiu e “ida” para o Mato Grosso através das políticas dos anos 70 de incentivo a “ocupação de espaços vazios” no interior do Brasil através da migração, e do incentivo ao plantio da soja. Num segundo momento, que seria o atual, percebemos que tais produtores não vêem o Estado como aliado ou facilitador, mas um órgão que impõe sua presença, por exemplo, através de ações de fiscalização ambiental que consideram como imposições arbitrárias – como a questão da multa ambiental mencionada pelo senhor Escariote num depoimento acima –, dando a impressão de que os produtores “incomodam” e atrapalham o “desenvolvimento do Brasil” (conforme a fala do senhor José Puppín).

⁵⁸ Durante a entrevista com os senhores Marcos da Rosa e seu Paulo, de Canarana, quando questionados sobre as ações do governo federal e estadual eles pediram para desligar o gravador para poderem falar do governo do estado. Por ter apoiado o Lula e por ser um dos maiores produtores de soja do mundo o governador Blairo Maggi sobre críticas de outros produtores por apoiar uma política agrícola que favorece os grandes produtores. Como o Senhor MR é um representante de classe pediu para não se expor e para desligar o gravador. A maioria dos produtores entrevistados que não são grandes – exceção o senhor JP que é um grande produtor – também criticaram a política agrícola que favorece os grandes produtores.

⁵⁹ A Cooperativa presidida por seu Alceu tenta unir os médios produtores para buscar novas alternativas viáveis de produção e diversificação. Na época da entrevista ele teria uma reunião para discutir a possibilidade de criar frango.

A opinião dos produtores quanto a uma próxima “fronteira agrícola brasileira” e, sobre qual seria essa fronteira, varia bastante: a maioria dos produtores acredita que a cana de açúcar “é a bola da vez” por causa do biodiesel (seu Paulo, seu Giovane, seu Ricardo, seu Escariote, seu Alceu), o algodão (seu Alceu). Houve também quem respondesse “floresta, madeira”, explicando que grande parte das indústrias da Europa é movida a carvão, que está ficando difícil e caro, e que seria impossível substituir carvão por álcool (M.R.); e a pecuária que na explicação do senhor JP se configuraria

um dos grandes desafios que esta aí pra acontecer porque esta mudando de mão. Esta mudando para o agricultor. Então ele tem toda a sistemática de ração, de proteína, e outro desafio que é a rotação de cultura nas suas atividades. E a pecuária é um modelo econômico que se encaixa perfeitamente.

Finalmente, ao serem perguntados se se consideram pioneiros, alguns responderam que não, ainda que tenham chegado à região onde estabeleceram a produção quando esta ainda era “vazia e não tinha nada”. Outros disseram que sim, dependendo da interpretação que se dê a esta palavra:

Na concepção atual somos pioneiros, uma concepção criada para aquele que chega em determinado local ou que inicia alguma coisa um pioneiro. Isso serve também como manobra. Assim também serve essa história de pioneiro para alegrar o coitado, aquele que vem na frente, endurecido pela vida, que não sente carrapato, não sente nada e que tem que vencer todas essas barreiras. (seu Paulo)

Na concepção da palavra nós somos pioneiros, pois não existia estrada, pontes, presunto no mercado, não existia maçã... aqui não tinha telefone, a energia era de termoeletrica...nessa concepção somos pioneiros. Mas na concepção do início do mundo habitado pelo ser humano somos como qualquer ser humano que foram descobrindo países, continentes, a população foi aumentando e pela evolução como ser humano e material você teve que ir criando novos espaços, e a terra esta aí para ser utilizada, claro que de maneira sustentável (MR)

Não digo que sou pioneiro. Eu sou trabalhador nato nesses processos desafiantes. Tudo o que é um desafio nós temos que ser enobrecido. Todos os desafios são trampolins para nossa eficiência. O desafio quando você tem ele em mente esse trampolim, você busca a eficiência e vira um guerreiro, um batalhador. (JP).

A resposta do senhor Puppim é bastante interessante. Ele, por um lado, não se considera um pioneiro, e, apesar disso, se diz um “trabalhador nato”, “um guerreiro”, “um batalhador”, que chegou ao Mato Grosso em 1981 – mais ao menos na época em que os outros entrevistados também foram para o estado em busca de terras baratas onde pudessem praticar agricultura e tentar a vida, reproduzindo, em muitos casos, tradições familiares.

De acordo com Pierre Monbeig (1984), há ainda hoje um “mito do bandeirante”, cujas narrativas dos empreendimentos audazes provoca entusiasmos e cuja “eficácia psicológica é incontestável”. Monbeig acrescenta que tanto a ânsia pela solidão ou a vocação de luta podem ser satisfeitos pela “vastidão de terras desocupadas”, ainda que, para o autor, o nomadismo pioneiro seja movido pela estrutura econômica. Além disso, acrescenta que

No dinamismo fazendeiro - pioneiro, a massa popular encontra a lembrança do bandeirismo: a penetração do sertão adentro (...). Nos heróis de outrora, como no grande homem do momento, admira-se a mesma temeridade, a mesma sede de aventura, a mesma paixão pela riqueza. Perpetua uma tradição aquele que “abre” uma fazenda e sua ação direta suscita vocações. (...) Fazendeiros, pequenos sínticos assalariados, estão sujeitos ao mesmo mecanismo psicológico, em que a força da tradição e a do exemplo, o gosto pela novidade e a atração da sorte se combinavam e exerciam poderosa sedução sobre as massas incrédulas e facilmente impressionáveis (Monbeig; 1984 p.121-122).

É importante notar que as representações que os produtores de soja entrevistados têm da produção e de si mesmos vinculam-se com as representações que possuem da natureza e da relação estabelecida entre a agricultura e a natureza, conforme veremos a seguir.

3.3 – As representações da natureza

Nesse terceiro item do capítulo 3 trato especificamente da relação entre agricultura e natureza. As perguntas usadas durante a entrevista foram direcionadas para conseguir obter as percepções e representações sociais dos produtores sobre a natureza. Início perguntando se os entrevistados já tiveram problemas com ambientalistas. Apenas um, o mais bem sucedido de todos (senhor JP produtor em Campo Verde) respondeu que: “todo mato-grossense já teve problema com ambientalista, se não teve problema não é mato-grossense”⁶⁰. Nota-se que apesar de ser um migrante do Paraná o entrevistado já se considera um nativo – “um mato-grossense”.

Outro produtor, respondendo a mesma questão, afirmou que “os ambientalistas são pagos pelos americanos para nós não aumentarmos a produção de soja...” (Seu Ricardo, produtor de Sapezal). Seguindo esta mesma direção temos a resposta do Sr. Marcos da Rosa:

Eu convivo com os ambientalistas, convivo com o mercado mundial da soja, participo de uma executiva internacional da qual eu sou o único produtor do Brasil que participa dessa executiva, discutindo os critérios da soja sustentável. A questão dos ambientalistas, o problema para mim é muito claro, são as sanções comerciais, e as

⁶⁰ Interessante notar que o produtor incorporou a identidade mato-grossense.

sanções comerciais elas vão até onde a oferta for maior que a demanda. **A partir do momento que a demanda for maior que a oferta acaba o problema dos ambientalistas** porque eles não estão trabalhando e lutando por um desenvolvimento digno do ser humano, eles estão sendo financiados por um poder econômico que esta atrás deles para eles fazerem barulho e realmente, principalmente na Europa, o consumidor final dos nossos produtos do Brasil (não só soja), existe uma propaganda negativa de que no Mato Grosso nós estamos desflorestando a Amazônia. E é mentira. **Eles nem sabem que nós não estamos na floresta amazônica e muito menos no bioma amazônico.** No Mato Grosso a soja no bioma amazônico é irrelevante”. (...) Os ambientalistas não produzem nada só o berro.

Alguns dos produtores de soja responderam que nunca tiveram problemas com ambientalistas. Entretanto, pôde-se observar no discurso dos atores sociais expostos acima, a crença na existência de certa “conspiração” de ordem econômica internacional, sendo as ONGs, as maiores representantes⁶¹.

Um dos produtores de Sapezal, seu Escariote, afirmou que na sua propriedade nunca tiveram problemas com ambientalistas, pois sempre trabalharam de maneira correra. Na sua explicação nota-se a maneira negativa com que percebe o bioma cerrado (“chapadão”) e sua necessária incorporação pela agricultura.

A gente desde que chegou no Mato grosso... a maior preocupação minha eram os rios. Eu acho que essas áreas de chapadão, áreas boas de ser usada tem que ser plantada, desde que se preserve a natureza. Porque o cerrado brasileiro quando eu conheci **em 78 estava tudo queimado**. Eu cheguei aqui era o maior desespero. Isso aqui sempre queimou na vida. Os índios mesmo tocaram fogo...você ter uma idéia , o cerrado aqui se fica uns 5 ou 6 anos sem queimar aí cai um raio começa o fogo e a chuva não apaga. O cerrado sempre queimou. Mas vamos plantar, e deixar um metro na beira do Rio, vamos cuidar dos defensivos... Mas não concordo de ter que parar um país por causa dos ambientalistas. Esta se destruindo a Amazonia...mas não é o pequeno de 100,200 hectares ...é os grandes grupos. Se faz um trabalho proibindo os grandes grupos. O pequeno que está la dentro querendo educar sua família e criar seus filhos eu te garanto que ele preserva. Mas os grandes empresários que moram em São Paulo, eles não estão nem aí, mandam o peão fazer, taca fogo, derruba cerrado, mato, porque querem boi, querem lucro (Escariote).

Nota-se que se anteriormente alguns produtores afirmaram a ausência de população tradicional/indígena na região onde se estabeleceram, através desse depoimento observamos que havia população indígena em certas regiões de chegada. Talvez se possa interpretar essa “ausência” dos índios, através de Martins, quando o autor diz que os relacionamentos com os índios ainda hoje se dão como se estes fossem “gentios e por isso mesmo animais”. Portanto,

⁶¹ Ver o segundo item do capítulo 4 onde exponho certas ideias presentes no livro “Máfia Verde 2: O Ambientalismo como um colonialismo”, de caráter conspiratório, e que foram distribuídos a alguns produtores associados a FAMATO.

ainda permanece hoje a concepção de ausência de humanidade do índio, a mesma concepção “de que o humano é unicamente o branco e cristão” (Martins, 2006 ???). Por isso ao perguntar se havia população tradicional/indígena no momento da chegada dos migrantes no Mato Grosso, mesmo nos casos em que havia essa população, esta não é considerada.

Existe atualmente no senado um projeto de lei, de autoria do Senador Jonas Pinheiro⁶² (DEM-MT/ ex-PFL) propondo a exclusão do Mato Grosso da Amazônia Legal (assim como Tocantins e Maranhão), criando ao mesmo tempo, “brechas para ampliar a derrubada da floresta amazônica e para regulamentar propriedades rurais, de produção de soja ou usadas na pecuária, com desmatamento acima dos 20% permitidos pela legislação”⁶³. O senador alega que 60 % do Mato Grosso não pertencem ao bioma Amazônia – contestando as informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – devendo ser reconhecido como cerrado. Mesmo ciente de que o Estado de Mato Grosso é o campeão de desmatamento dos últimos quatro levantamentos do Ministério do Meio Ambiente; de que o Estado concentra 98 % de toda a soja plantada na Amazônia Legal (sete milhões de hectares) de acordo com a Confederação Agricultura e Pecuária do Brasil, o Senador discorda que o projeto abre brechas para o desmatamento e para a regularização de desmatamentos ilegais.

Quando perguntados se conheciam e concordavam com o projeto de lei proposto pelo senador Jonas Pinheiro de retirada do Mato Grosso da Amazônia Legal, um único produtor, seu Giovane, que teve formação superior em agronomia, respondeu que não concordava justificando que “boa parte de Mato Grosso é dentro da Amazônia, que é área de influencia da Amazônia”. Outro produtor decidiu não manifestar opinião por desconhecer o projeto⁶⁴. Todos os outros sete produtores apóiam o projeto do senador, alguns se baseando no mesmo argumento e justificativa usados pelo senador: a de que o Mato Grosso não pertence ao bioma Amazônia e sim ao cerrado, sendo visto pela grande maioria dos produtores como um “mato” não valioso para ser preservado.

De acordo com o Produtor J.P.:

⁶² Durante o processo de finalização da dissertação fui informada do falecimento do senador Jonas Pinheiro em 20/02/2008. Por ser um defensor dos produtores rurais do Mato Grosso, (estava presente na Bial dos Negócios da Agricultura em agosto de 2007), o governador declarou luto oficial de três dias. Informação retirada “Jonas Pinheiro é enterrado em Mato Grosso”, dia 20/02/2008, no www.oglobo.com.br.

⁶³ Informação retirada do Estado de São Paulo “Projeto exclui da Amazônia Legal Mato Grosso, Tocantins e Maranhão” - 22/04/2007.

⁶⁴ Eu tenho minhas dúvidas se ele realmente não conhece o projeto, pois nas próximas eleições seu Guarino pretende se candidatar a prefeitura de Sapezal pelo DEM, mesmo partido do senador Jonas Pinheiro.

(...) Nós **praticamente não estamos na Amazônia...** Eu concordo plenamente com o senador e dei votos para que isso acontecesse. Nós estamos mais alinhados com Goiás, com Mato Grosso do sul, com a Bahia, que são nossas realidades...

Além disso, segundo seu Ricardo:

É ótimo tem que tirar. **Amazônia legal é só o Estado do Amazonas**, e nós não somos Amazônia. Somos parte da bacia amazônica, mas não somos parte do mesmo ecossistema, florestas, é outro mundo... Mato Grosso é outro mundo do Amazonas, tem que tirar porque senão essas ONGs... apesar de que hoje elas estão se unindo com a Aprosoja. **Quem não pode ir contra se alia...**

Essas coisas que dizem contra a soja daqui uns 4 ou 5 anos não vai mais existir. A Aprosoja quer reorganizar o MT a plantar soja e todo mundo preserva os rios. **Esses negócios que os caras falam lá em cima de que a soja destrói é mentira não é verdade.**

O senhor Marcos da Rosa também afirmou sua concordância com o projeto do senador

Acho que eu e o Jonas Pinheiro somos os únicos que concordamos com isso! Só que existe dois aspectos. Primeiro, **através do nome Amazônia legal nós podemos conseguir recursos para recuperação de algumas áreas de APP que foram desmatadas a mais**, recursos no sentido de recuperação florestal que o mundo quer. Pois o mundo não tem mais floresta e nem água potável e nós temos os dois(...). Tirando o nome Amazônia legal que é o que eu acho que é ideal, nós vamos falar em biomas: bioma amazônico, bioma cerrado, bioma pantanal, aí o mundo vai nos enxergar sob um aspecto diferente que não floresta Amazônica. Aparentemente, pelos contatos que a gente tem, **tem pessoas que têm grandes vantagens econômicas com o nome Amazônia legal**, e há uma barreira política nesse sentido. Como representante de classe eu sempre falei abertamente que tinha que tirar o Mato Grosso e outros estados da Amazônia legal e criar os biomas. Não dá pra se discutir isso no palanque político.

Conforme podemos verificar através dos depoimentos acima, a maioria dos produtores entrevistados acredita e defende peremptoriamente que o Mato Grosso não “se alinha”⁶⁵, não pertence à Amazônia, mas sim a outro bioma que seria o cerrado. Desse modo não compartilham da idéia, expressa por Eduardo Viveiros de Castro, de que haveria não uma única Amazônia, “um” eco-sistema amazônico, mas sim Amazônias, muitos eco-sistemas dentro de “um só”⁶⁶.

⁶⁵ Em entrevista no programa Canal Livre (rede Bandeirantes de televisão) exibido dia 28/07/2008, o Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes (Deputado Federal pelo PMDB-PR) afirmou que a Amazônia legal era uma “ficção geográfica, pois existe Amazônia legal que é cerrado” e o fato do Mato Grosso pertencer a essa região era um erro, assim como Tocantins e Maranhão. O ministro ressaltou que hoje em dia se pode produzir e “não é preciso derrubar nenhuma árvore no bioma amazônico”, mas que devido às inúmeras reservas indígenas, áreas de preservação federais e estaduais sobra-se muito pouca área para se plantar legalmente. Ainda salientou existem municípios no Mato Grosso onde produzem se carne há 200 anos e “hoje essa área está com restrições de crédito. Todos os créditos do Mato Grosso estão parados”.

⁶⁶ Ver artigo “O Brasil é grande, mas o mundo é pequeno”, de Eduardo Viveiros de Castro, em www.isa.org.br, dia 27/06/2008.

Nota-se que, através do depoimento de seu Ricardo, existe a idéia de certa “conspiração” de ONGs, e, por causa disso, seria importante tirar o Mato Grosso da Amazônia Legal. De acordo com seu Ricardo, algumas ONGs estariam se unindo com entidades de classe do estado (“quem não pode ir contra, se alia”), como a Aprosoja, se referindo, talvez, a criação, do Instituto Ação Verde, resultado da união do setor produtivo do estado com ONGs tais como o ICV e TNC⁶⁷.

Quando perguntados o que seria uma agricultura moderna os agricultores ressaltaram a questão do planejamento agrícola e da tecnologia, ou seja, “usar tecnologia e fazer produzir em menos áreas mais quantidade de produção”. Algumas das respostas sobre o que é uma “agricultura moderna” foram:

Uma agricultura de alta eficiência nos moldes que se trata máquinas modernas, profissionais competentes, sementes de qualidade, transgenia que é uma prática que devemos adotar, seguir, introduzir com maior brevidade... já estamos com atraso em relações a nossos amigos de outras localidades os argentinos, americanos, europeus, indianos, chineses ...**devemos trazer com brevidade essa prática da transgenia e deixar as picuinhas e certas reservas para traz.**E, além disso, os herbicidas, toda essa tecnologia é bem vinda e devemos abraçar. (JP)

Agricultura moderna. **Diversificação** – esta na hora, né? Qualidade de serviço e você saber que esta plantando um produto e saber que vai ter um retorno. Não adianta nós continuar trabalhando do jeito dos últimos dois anos que você acaba produzindo uma safra boa em termos de produção só que o preço não te dá retorno. Não adianta, temos que partir para esse lado. Começar a diversificar e começar a ver: **soja está ruim então vamos plantar outro produto...** Falta uma política do governo que alinha esse tipo de coisa (seu Alceu).

Nos depoimentos acima constatamos duas opiniões distintas do que é agricultura moderna. Na primeira, destacamos seu Alceu de Sapezal, que foi o único produtor de soja (de tamanho médio) a salientar a necessidade de diversificação⁶⁸ da produção justificando que a soja “está ruim”, expondo, dessa forma, a dificuldade de se plantar soja, comercializá-la e sobreviver à competição com grandes produtores de soja capitalizados (em Sapezal grandes produtores chegam a ter 120 mil hectares de soja). Depois, temos a opinião do senhor J.P., que, refletindo a opinião da maioria dos produtores, expõe a crença de que existe uma identificação ou uma relação estreita entre a agricultura moderna e a tecnologia. Assim, segunda a sua opinião, seria necessário usar a tecnologia de ponta disponível para aumentar a produtividade, ou, conforme explica seu Ricardo “usar tecnologia e fazer produzir em menos áreas mais quantidade de

⁶⁷ Instituto Centro Vida (ICV) e The Nature Conservancy (TNC).

⁶⁸ Durante a entrevista o senhor Alceu mencionou que além da soja e do algodão, está plantando girassol e que pretende entrar no ramo de criação de frangos.

produção. Com tecnologia numa mesma área e aumentar a produção em 20% ou 10%”. Essa visão privilegia uma maior produtividade a qualquer custo, mesmo ambiental.

A visão de uma agricultura moderna, de alta eficiência da produção que levaria a um aumento da produtividade, é uma idéia que vem de encontro com um modelo de desenvolvimento⁶⁹ econômico que tem sido privilegiado pelos governos, pelos bancos de financiamento e pelo mercado. De acordo com Sérgio Schlesinger (2006), é a constante presença do agronegócio (principalmente o da soja) na pauta das exportações brasileiras e a necessidade de gerar saldos comerciais positivos “face às dificuldades decorrentes do endividamento externo e à crença de que o aumento das exportações é a principal mola propulsora do desenvolvimento” que explica o grande estímulo governamental ao crescimento das atividades desse setor⁷⁰.

No artigo em que propõe refletir sobre o(s) sentido(s) do desenvolvimento, Renato Maluf (2000) argumenta que a necessidade de se repensar o desenvolvimento pode ser justificada no mínimo, como contraposição a idéia convencional (aceita pela teoria econômica geral e pela maioria dos modelos de desenvolvimento) de que o crescimento econômico geraria “efeitos benéficos para todas as camadas da população”. O autor esclarece que o crescimento econômico nem sempre beneficia os mais pobres, pois o “modo como se organizam socialmente as atividades produtivas”, ou seja, o padrão de desenvolvimento econômico já traz consigo embutida “a apropriação da renda”. Ainda salienta que

O fato de que o crescimento econômico não ser receita suficiente para enfrentar a desigualdade e a pobreza é amplamente confirmado por pesquisas que, pelo método das correlações estatísticas, revelam, de um lado, não ser possível estabelecer um claro impacto (positivo ou negativo) sistemático, no tempo, do crescimento econômico no grau de equidade (Maluf, 2000 p.56).

No artigo referido Maluf (2000) mostra algumas experiências latino-americanas de desenvolvimento e acrescenta que uma característica comum na experiência desses países (mas

⁶⁹ Para uma visão alternativa de desenvolvimento ver Sen, Amartya (2000) “O desenvolvimento como liberdade”, obra em que autor propõe o desenvolvimento como uma fonte de expansão das liberdades humanas em contraste com visão em que o desenvolvimento é identificado com o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), com o aumento das rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico e modernização social.

⁷⁰ Ainda segundo Schlesinger (2006), toda a atenção dada ao agronegócio deixa de ser dedicada “ao elo mais frágil da cadeia”, pois apesar do crescimento da monocultura da soja em grandes propriedades é a agricultura familiar a responsável por quase um terço da produção de grãos de soja.

não somente neles) foi “a ênfase na industrialização como vetor quase exclusivo de desenvolvimento”⁷¹. Assim, conforme explica Maluf

Desenvolvimento era sinônimo de industrialização que, por sua vez, seria o instrumento principal da modernização das sociedades porque portadora de avanços materiais e indutora de transformações nas relações sociais, ambas sob o dinamismo das inovações tecnológicas (Maluf, 2000 p.57).

Outra questão levantada durante as entrevistas indagava se, para os produtores, existiriam áreas ou biomas que consideravam melhores para se praticar agricultura e quais deveriam ser preservadas, ou seja, se na sua representação, existiria uma hierarquia de ecossistemas. Quanto às melhores áreas para a agricultura consideravam que:

Onde tem floresta a terra é boa (...), pois a terra esta nutrindo bem essa vegetação, mas hoje com a tecnologia o cerrado que era improdutivo, de terras imprestáveis é altamente produtivo inclusive gerando pânico no setor produtivo que quer abafar isso de toda maneira (seu Paulo).

Eu falo muito em cerrado. O cerrado tem que ser aproveitado porque ele não da madeira, ele não tem nem casca. Tem as áreas de preservação, mas onde é para produzir é pra produzir. O Mato grosso tem áreas que deixam para pasto, para parque e tem áreas onde é para produzir. A região de Sapezal, o chapadão dos parecis... **uma área de cerrado então vamos fazer produzir** (seu Escariote).

Com relação às áreas que deveriam ser preservadas, obteve-se essa resposta de seu Escariote:

Uma área dobrada... tirando cerrado onde é chapadão. Onde tem um mato bonito e que tu faz um estudo e se vê que não é viável para se derrubar pois não vai conseguir manter as águas, essa deveria ser preservada. Agora deu agricultura, tem condição de fazer um estudo agrícola, se faz agricultura.

Além disso, conforme explica J.P:

“Sim, os ecossistemas que deveríamos proteger são aqueles que **não cultivamos para a agricultura, não está apto para esse fim.** No caso aqui do MT o que deveria ser respeitado seria **o Pantanal, um lugar muito prazeroso, bonito, gratificante, tem uma fauna e uma flora bem adequada.** E as montanhas essa parte que não tem utilidade prática de mecanização, tem que ser conservadas.

⁷¹ Maluf destaca que a América Latina (incluindo o Brasil) seria um exemplo do que Arrighi (1998) “ilusão desenvolvimentista”.

Pode-se perceber que os produtores, de um modo geral, não consideraram o cerrado um ecossistema importante e valioso de ser preservado, mas sim os lugares “bonitos e prazerosos” como o Pantanal mato-grossense. O cerrado, por um lado, é considerado um bioma “feio”, com árvores tortas e retorcidas, e o “feio” não merece ser mantido ou preservado, sendo apto para a agricultura. O Pantanal, por outro lado, conforme foi dito acima, é *bonito e prazeroso*, cumprindo uma função social para o homem, sendo assim digno de ser preservado.

Em “O Homem e o mundo Natural” (1988), o historiador Keith Thomas procura, através de um estudo bastante detalhado, compreender as transformações dos valores e sentimentos humanos para com os seres do mundo natural, na Inglaterra, entre os anos de 1500 a 1800. De acordo com Thomas, enquanto nos séculos XVI e XVII o predomínio do homem sobre o mundo natural era a meta incontestável do esforço humano, por volta de 1800, ainda que este ainda fosse o objetivo para a maioria das pessoas, passou a ser alvo de controvérsias, pois começavam a surgir dúvidas sobre o lugar do homem na natureza e seu relacionamento com outras espécies. Segundo o historiador, o estudo cuidadoso da história natural fez cair em descrédito muitas percepções antropocêntricas dos tempos anteriores e, além disso,

Um senso maior de afinidade com a criação animal debilitara as velhas convicções de que o homem era um ser único. Uma nova preocupação com o sofrimento dos animais viera à luz e, ao invés de continuarem destruindo as florestas e derrubando toda a árvore sem valor prático, um número cada vez maior de pessoas passava a plantar árvores e cultivar flores para pura satisfação emocional (Thomas, 1988 p.289).

Conforme explicita Thomas, a transformação da relação dos ingleses com a natureza era parte de um complexo de mudança ocorridas em fins do século XVIII que contribuíram para destruir algumas concepções estabelecidas e criar novas sensibilidades. A primeira grande mudança destacada pelo autor foi o crescimento das cidades (e o conseqüente aumento populacional) e “a rígida distinção entre a vida urbana e vida rural”. Se durante a Renascença as cidades eram sinônimo de civilidade – das boas maneiras, do aprendizado, do gosto e da sofisticação - e o campo era de rudeza e rusticidade, com o crescimento das cidades, problemas tais como a poluição e a deterioração do ambiente urbano se tornaram evidentes, refletindo “o desconforto gerado pelo progresso da civilização humana; e uma relutância a aceitar a realidade urbana e industrial que caracterizava a vida moderna”(Thomas; 1988 p. 302).

Uma segunda indicação de mudança, destacada por Thomas, foi uma crescente reação das pessoas contra o ininterrupto avanço das fronteiras agrícolas. O historiador explica que nos séculos XVI e XVII os defensores da agricultura inglesa diziam que “as charneças, montanhas e pântanos não lavrados eram o símbolo vivo do que merece ser condenado”, que o solo limpo e conquistado “às duras penas” era preferível à mata, aos arbustos e tufos; e que os parques de cervo e as reservas florestais eram considerados um desperdício. Além disso, enquanto que uma paisagem habitada e produtiva (ordenada segundo rígidos padrões formais de simetria, regularidade e uniformização) era considerada bela, as vastidões incultas e incivilizadas eram deploradas, como as montanhas – “vistas como desprovidas de atrativos físicos” (Thomas; 1988 p. 302-303).

A exploração agrícola e seu aprimoramento eram considerados também como um imperativo moral: Deus criara a terra “para que ela pudesse por meio do cultivo e da lavoura, dar coisas necessárias à vida dos homens”. Desse ponto de vista “um terreno não cultivado era a suma exata da natureza degenerada” (Thomas; 1988 p. 303). Contudo, em fins do século XVIII os gostos mudaram radicalmente: as paisagens estereis, agrestes, não cultivadas se tornaram fonte de renovação espiritual para o homem; o apreço pela natureza se convertera num ato religioso⁷² transformando a visão das montanhas, consideradas “deformidades”, para objeto de admiração estética e atrativo de alpinistas; o jardim formal e metodicamente “separado”⁷³ cedeu lugar a um estilo inglês de “jardinagem paisagística”, radicalmente informal, se opondo, assim, às paisagens agrícolas⁷⁴ com seus cercamentos e divisões geométricas. Assim,

Nos países altamente cultivados, como a Inglaterra, onde a propriedade fundiária é toda alinhada além de limitada e estremeada de muros e sebes, esforçamo-nos por dar a nossos jardins (...) o encanto da variedade e da novidade, imitando o caráter rústico da natureza em irregularidades estudadas. Caminhos sinuosos, matas íngremes, rochas escarpadas, quedas d'água: tudo isso é visto como melhoramentos; e as majestosas alamedas, os canais, os prados de nossos ancestrais, que permitiam a beleza do contraste, em tempos mais rudes, hoje estão desacreditados. Esses gostos diferentes não são mero

⁷² Thomas explica que essa nova atitude religiosa frente à natureza selvagem surge quando o clérigo George Hakewill refuta a tese de que a Terra degenerara desde a Criação e defendeu as montanhas por sua utilidade e “agradável diversidade”, mostrando que a obra de Deus obedecia a um propósito.

⁷³ De acordo com Thomas “esmero, simetria e padrões formais sempre foram a maneira caracteristicamente humana de indicar a separação entre cultura e natureza” (Thomas; 1988 p.305).

⁷⁴ O historiador explica que aqueles que precisavam “trabalhar arduamente para ganhar a vida” não adotaram uma atitude mítica face às terras não cultivadas. A preferência pelas terras selvagens ou pelos “jardins paisagísticos” exigia uma educação clássica, conhecimentos de história e etc. Havia diferenças sociais de percepção do espaço e as classes educadas, por não estarem envolvidas nos processos agrícolas, contribuíram para essa nova percepção da paisagem.

esforço do capricho (...) mas resultam da mudança das circunstâncias (Marsden, 1783 p.312)⁷⁵.

Ainda que se tenha recorrido ao exemplo inglês (uma realidade diferente da brasileira), num momento histórico específico (início do período moderno), o estudo de Thomas é fundamental aqui para se compreender como o período moderno originou algumas das visões de natureza ainda presentes hoje – como, por exemplo, o fato de os produtores do Mato Grosso perceberem o cerrado como “sujo” ou um “mato” e qualquer área que não for floresta, ou bela, apto para a agricultura. O historiador afirma que ao mesmo tempo em que o período moderno possibilitou significativo aumento do conforto, bem estar e felicidade material dos seres humanos, também fez com que os mesmos humanos se dessem conta das explorações e maus tratos para com outras formas de vida, que garantiram a dominação da espécie humana. O conflito gerado entre as novas “sensibilidades” e os fundamentos materiais das sociedades humanas é uma das contradições, segundo Thomas, sobre as quais se assenta a civilização moderna.

As diversas visões de natureza (em diferentes sociedades e em momentos históricos distintos) estão associadas a diferentes matrizes de valores culturais. Assim, os conflitos sobre o que são as representações e as relações com a natureza seriam, na realidade, conflitos entre distintos sistemas de valores (Florit, 2005). Destarte, os diferentes atores sociais estabelecem uma distinta relação e uma prática com a natureza que pode variar, dependendo da representação, da cosmologia que o grupo de indivíduos faz dela. No caso dos produtores de soja estudados pode se compreender que a natureza é, para eles, algo externo ao ser humano e que tem que ser dominado. A agricultura, considerada como um bem para a humanidade, é vista pelos produtores como um meio indispensável para se substituir o “mato”, “feio” e “seco” que é o cerrado, pelo “verde” da soja.

Quando perguntados qual seria a função da agricultura, tanto a fome quanto a questão econômica foram ressaltadas pelos produtores, como se pode verificar através de algumas das respostas expostas abaixo:

É a fome do mundo. Uma coisa que nós sempre fala é que um povo de barriga cheia não briga. Agora pega um povo que não tem o que comer pra tu ver... Agricultura no mundo, pra nós é importante isso: que um povo com fome briga... a coisa triste é você ter fomevocê rouba, mata (Escariote).

⁷⁵ Apud Keith Thomas, 1988.

agricultura como a alavanca principal do país, toda região aqui é agrícola... o estilo de vida o sistema do povo é diferente... tem regiões por ai onde eu fui que são carentes, com dificuldade de trabalho, uma serie de problemas. A agricultura hoje é a alavanca do nosso país, então aquela intenção do Jonas Pinheiro eu avalio ela assim, todos os estados que tem áreas produtivas, pode ver que o desempenho daqueles municípios que arrecadação é onde sustenta outros municípios que não tem arrecadação. (o governo) tem que tirar dos municípios que arrecada para ajudar os que não arrecada. (Alceu).

A função que ela tem é a de produção de alimentos a preços que satisfaçam o consumidor, a qualidade que satisfaça o consumidor, e se tratar de uma commodity ela tem um preço globalizado e que tem que remunerar os investidores que estão na atividade, por se tratar de propriedades grandes, elas que alavancam toda a economia agrícola. A agricultura de subsistência não traz resultados significativos nesse cenário. A agricultura é muito positiva nesse sentido, e o agricultor tem que trabalhar muito, hoje tem que muito eficiente, então a agricultura esta direcionada hoje a tecnologia de ponta e eficiência (JP).

Convém ressaltar que apesar de utilizarem o argumento da necessidade da agricultura para saciar a “fome do mundo”, apenas um dos produtores entrevistados disse consumir a soja nas suas refeições. Além disso, ignoram o fato de que se realmente consomem a soja, esta estaria na forma de proteína animal, já que 85% do total da soja produzida no mundo é destinada a ração animal.

A última questão que fiz aos produtores foi: “Em sua opinião a agricultura agride a natureza?” Reproduzimos aqui a resposta de seu Alceu, de Sapezal:

Se for olhar no âmbito geral das aplicações dos insumos que hoje nós temos pra agricultura que ela atinge um pouco a natureza ela atinge... não adianta tentar esconder. Mas por isso é que se esta fazendo esse controle, hoje tem muito produto dá pra ser usado na lavoura e que não tem um efeito tão agressivo quanto tinha. E preservando, fazendo dentro dos limites que pode ser feito, não tem problema nenhum. Aqui na nossa região não teve o problema que teve no sul de se contaminar os riachos, córregos, aqui é tudo longe, a maioria não usa água de rios, quando usa é tanque especial só pra água, e não tem problema de contaminação nenhuma (Alceu).

De um modo geral, todos acreditavam que se fosse feita de modo correto a agricultura não agrediria a natureza. Os modos considerados corretos de se fazer agricultura mais citados eram a preservação das matas próximas às margens dos rios e o manuseio correto de embalagens dos defensivos agrícolas.

Ao responderem essa pergunta, alguns produtores reafirmam sua crença de que o cerrado não é considerado uma área que tem valor em si (apesar de ser um bioma endêmico na região), que valesse ser preservado, sendo, ao contrário, visto como “seco” que devem ser “limpa” para se

praticar agricultura e expandir sua produtividade. Percebe-se na fala de seu Escariote, sua representação do cerrado:

Tem uns que agride... mas se for feita certinha não, principalmente na nossa região, que isso fique bem claro, porque o cerrado nessa época era tudo seco e tudo queimado (...). Agora, tem região que sem planejamento agride mesmo, mais uma vez falo que falta planejamento agrícola, planejamento é tudo. No Brasil se fala muito daquele dia em que mataram a irmã Dorothy, demoraram pra matar...tem gente que estava lá que tinha um pedacinho de terra desde que abriram a BR 163...se não fosse uma ONG, eu ate concordava , se fosse trabalho de igreja...mas a igreja não chega tomando terra de ninguém. (Mataram ela), pois ela estava tirando terra dos outros. (...) O amazonas mesmo, onde se falam de grandes destruições, tudo bem onde se tem agricultura (destrói um pouco), **mas na região do amazonas tem muita região de cerrado que pode servir sim (para produção) pode não... deve**, agora a mata onde tem cinco, seis metros acima do nível do mar aí vocês não vão mexer....

Essa representação social do cerrado demonstrada pelos produtores, principalmente como uma área de potencial expansão agrícola, é notavelmente semelhante ao discurso presente no livro anteriormente citado “Máfia Verde 2: Ambientalismo novo colonialismo”⁷⁶. Uma passagem do livro diz que:

De acordo com a Embrapa, os cerrados dispõem de 127 milhões de hectares de terras agriculturáveis, das quais 61 milhões já estão sendo utilizados, restando, portanto 66 milhões de hectares disponíveis para novos cultivos. (...) verifica-se que o Cerrado reúne todas as condições necessárias para replicar no interior brasileiro o célebre “Cinturão verde” dos EUA, tornando-se um pólo agropecuário industrial de expressão internacional bem maior que a já demonstrada atualmente.

Se usássemos todos os 127 milhões de área de cerrado existente para agricultura, como sugerem os autores do livro, não existiria mais cerrado, nem todo sistema ecológico que nele vivem e dele dependem, além de outros atores sociais, tais como indígenas e população tradicional, que nessa região residem.

Finalmente, voltando a minha última pergunta aos produtores – se a agricultura agride ou não a natureza – é muito importante e esclarecedora a fala de um dos entrevistados que na sua simplicidade respondeu:

Não, a agricultura é a salvação da natureza, porque tá tudo verde... tá tudo verde, bonito...ajuda a natureza. Quanto oxigênio vai produzir?Agride coisa nenhuma, acho que é a salvação da natureza. A gente tira esse cerrado velho todo seco, né? e, tá tudo verde, bonito. Aí, daqui dezembro, janeiro fica todo verde, bonito...É uma natureza beleza... (seu Ricardo).

⁷⁶ Ver o item 4.2 do capítulo IV

Através da fala do seu Ricardo constatamos uma contradição. Ao mesmo tempo em que a natureza e a cultura, na representação dos atores sociais entrevistados, são esferas distintas – sendo que a agricultura é vista como uma maneira de impor uma cultura ao que é incivilizado e inculto, de “limpar uma área suja” –, a cultura torna-se uma extensão da natureza (do “verde”), legitimando o padrão vigente de intervenção na natureza.

Assim, existiria uma visão dupla de natureza. A primeira é aquela que deve ser preservada por ter alguma utilidade (áreas de beleza natural, de lazer e de produção). A outra não deveria ser preservada por não possuir utilidade para o homem (nem estética), onde, portanto, se deveria praticar agricultura. A transformação da natureza em cultura, desta vez, originaria uma natureza ordenada, ligada a noção de utilidade e produtividade.

Essa concepção utilitária de natureza é expressa através de uma visão ambientalista, compartilhada pelos produtores de soja do Mato Grosso, concretizada com o lançamento do Instituto Ação Verde, a ser tratado no capítulo seguinte.

CAPÍTULO IV - Um Ecologismo dos ricos?

Neste capítulo trata, primeiramente, do Instituto Ação Verde lançado durante a Bienal dos Negócios da Agricultura, em Cuiabá, por diversas organizações patronais do estado. Além disso, analiso o discurso presente no livro “Mafia Verde 2: ambientalismo como novo colonialismo”, foi distribuído pela FAMATO a alguns produtores do estado. Pode-se perceber semelhanças entre os discursos dos produtores de soja entrevistados e o que é afirmado no livro, principalmente com relação às representações da natureza.

4.1 - Instituto Ação Verde⁷⁷

Em janeiro de 2008 tive a oportunidade de conversar com o responsável técnico do Instituto Ação Verde, o engenheiro florestal Paulo Borges, na sede da ONG na Federação das Indústrias do estado de Mato Grosso (FIEMT).

Segundo o senhor Borges, a Ação Verde é o resultado da união de todo o setor produtivo do estado de Mato Grosso, ou seja, da união de oito entidades produtivas do estado: a FIEMT (Federação das Indústrias), a FAMATO (Federação agropecuária de Mato Grosso), a Aprosoja (Associação dos produtores de soja), a AMPA (Associação mato-grossense dos produtores de algodão), o Sindalcool (Sindicato das Indústrias Sucroalcooleiras de Mato Grosso), Sipem (Sindicato dos produtores de madeira), Sincremat (Sindicato da Construção, Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica e Gás de Mato Grosso) e a Acrimat (Associação dos criadores de Mato grosso). Cada instituição cedeu um membro para fazer parte da diretoria da Ação Verde. Atualmente, o presidente da federação das Indústrias é o presidente da ONG, e um dos diretores é o senhor Glauber Leite, que é o presidente da Aprosoja, as duas entidades precursoras da ONG.

Tais entidades observam com muito cuidado seus respectivos produtos e o peso que o estado de mato Grosso tem na produção de alimentos para o mundo. As associações produtivas resolveram se unir ao notarem o surgimento de inúmeras barreiras internacionais contra os produtos do estado. De acordo com Borges, essas barreiras, impostas principalmente pelos países europeus, foram estabelecidas “com base em informações distorcidas principalmente por algumas

⁷⁷ Organização não governamental lançada durante a Bienal da Agricultura, em agosto de 2007, em Cuiabá.

ONGs internacionais, de que tudo o que se é produzido aqui vem de uma fonte ambientalmente incorreta. Que o gado que se produz aqui é oriundo de um desmatamento clandestino, que a soja também, enfim...”. A criação do Instituto Ação Verde seria, assim, uma resposta, um contraponto do setor produtivo do estado as ongs internacionais, pois, “já que existem ONGs internacionais que vem aqui falar do que estamos fazendo de errado, vamos criar uma ONG para saber o que estamos fazendo de bom, de certo”.

Conforme explicitado por Borges, o contraponto é realizado “com ações práticas, com projetos, buscando nossa sustentabilidade e fazendo com que Mato Grosso torne-se um estado, com o grande potencial que tem, um Estado que produza sim. A busca de tudo é pelo desenvolvimento sustentável”.

Cada instituição constituinte está fazendo sua parte na ONG. A Aprosoja (Associação dos produtores de soja do estado de Mato Grosso) lançou, segundo Borges, na última conferência das Nações Unidas, em Bali (2007), o projeto “Soja mais Verde”.

O que é esse projeto? Está sendo feito um levantamento e já se tem dados preliminares de todas as propriedades dentro do Mato Grosso que se produz soja. A situação atual de cada propriedade dessa com relação ao passivo ambiental. Através disso, desse censo, via imagem de satélite, vamos ter em mãos algo em torno de 50 mil hectares ou 50 milhões, acho que é 50 mil hectares de APP (área de preservação permanente) degradadas dentro das áreas que se produzem soja. Então com o “Soja mais verde” o objetivo final é fazer com que toda soja produzida dentro do estado de Mato Grosso seja oriunda de áreas sem passivo ambiental, áreas que estejam de acordo com a legislação ambiental vigente no estado, com relação principalmente as áreas de reserva legal, que todas devem ter, e as APP (áreas de preservação permanente) que não podem ser de forma alguma compensada, têm que ser recuperadas.

Além do Instituto Ação Verde e da Aprosoja, o projeto “Soja mais Verde” ainda está sendo apoiado pela organização não governamental internacional The Nature Conservancy (TNC) e pela ONG brasileira Instituto Centro Vida (ICV).

Conforme explica Borges, realizou-se uma avaliação e catalogação das Áreas de Proteção Permanente degradadas (APP) dentro de propriedades agrícolas produtoras de soja da através da SEMA (Secretaria Estadual de meio Ambiente) conjuntamente com uma empresa de consultoria chamada Tecnomapas. Uma das conclusões é de que 30% das propriedades agrícolas do estado estão licenciadas ou em processo de licenciamento.

Ao mencionar a necessidade de licenciamento ambiental de todas as propriedades agrícolas do estado, Borges explica que a obrigatoriedade da licença ambiental foi consequência

de uma lei estadual que estabelece que todo imóvel rural dentro do estado do Mato Grosso, independentemente de produzir soja, cana de açúcar ou de explorar madeira, precisa possuir a licença.

O que é o licenciamento? É um inventário da sua propriedade... nós vamos levantar através de carta imagem tudo o que encontra-se dentro da sua propriedade. Vamos supor que eu tenha uma área de 1000 hectares lá na região norte do estado, que pelo zoneamento está depois do paralelo 13 e é considerado Amazônia Legal. Hoje a lei diz que as áreas de floresta têm que ter 80 % de reserva legal e 20% apenas de produção. Eu, proprietário dessa área planto soja em 400 hectares da minha área. Nessa minha área correm alguns rios, alguns córregos e na hora em que eu contrato um profissional, um engenheiro florestal para elaborar a minha LAU, ele pega as coordenadas geográficas da minha propriedade, joga dentro de uma base imagem fornecida pelo INPE (Instituto Nacional de pesquisas espaciais) atualizada, e essa imagem de satélite vai me passar todo o retrato da minha propriedade... “Seu Paulo o senhor tem uma área de 1000 há e poderia derrubar 200ha, o senhor tem 400 abertos...então 200ha esta com problema. Dentro da mata ciliar a área de preservação permanente (APP) que é em torno dos rios, córregos, nascentes o senhor desmatou o senhor não protegeu... Então o senhor tem x áreas de APP degradadas...

A partir do diagnóstico da propriedade rural realizado pelo engenheiro florestal o proprietário tem que dar entrada na SEMA com um projeto de licenciamento, que somente se concretizará se o proprietário se enquadrar na legislação. Aqueles que apresentaram desmatamento além do permitido pela legislação têm que apresentar um *PRADE (Projeto de recuperação de área degradada)*. Segundo Borges é exatamente isso (PRADE) que os produtores de soja vão fazer no projeto “Soja Mais Verde” em suas propriedades.

A recuperação pode ocorrer simplesmente com regeneração natural ou com plantio (que é mais indicado para acelerar o processo de recuperação).

É interessante notar que existe um impasse no estado – destacado pelo próprio Borges - que pode ser elucidado no exemplo citado acima (dos hipotéticos 1000 hectares de propriedade onde foram derrubados 200 a mais). Até o ano de 1999 se podia derrubar até 50% de uma área. A mudança do código ambiental estadual depois de 1999 criou uma briga com aqueles proprietários que alegam ter desmatado anteriormente à mudança da lei. Segundo Borges:

(...) “se eu derrubei depois disso (depois de 1999) existe duas formas de resolver o problema. Ou eu planto em 200 hectares, coisa que ninguém faz (a minha área já é pequena...) ou então eu compenso essa reserva em uma outra área dentro da mesma microbacia (uma região próxima com as mesmas características de vegetação). Essas áreas podem ser dentro de unidades de conservação, que o estado demarca, e eu pago para o estado, o valor que eles cobram por hectares, para ele me ceder 200 hectares dessa unidade de conservação para eu compensar a minha área, ou eu posso comprar de um

particular que só usa sua área para manejo, não derruba nada... Pode vender pra eu compensar”

Ao falar do importante papel desempenhado pelo estado e do seu potencial para a agricultura, Borges enfatiza que Mato Grosso “é um dos poucos estados que tem os três biomas dentro dele, tanto pantanal, quanto cerrado como Amazônia”. Se dividirmos isso “42% dos estado é de floresta amazônica, é considerado Amazônia legal, e os outros 52% é de cerrado e pantanal”.

É interessante notar que apenas um produtor de soja entrevistado⁷⁸ reconhecia a existência de floresta amazônica no estado, sendo a maioria a favor da retirada do Mato Grosso da Amazônia Legal, alegando que o estado não possuía o bioma amazônico. Ao ter sua opinião sobre a existência do bioma Amazônia no Mato Grosso comparada com a dos produtores entrevistados Borges disse acreditar que a opinião dos agricultores não seria em função destes quererem aumentar a área produzida, mas sim para tirar o foco mundial que existe em torno do Mato Grosso por este fazer parte da Amazônia legal:

Eu fui engenheiro florestal e existe sim grande área de floresta. Mas o que acontece... Onde colocaram o paralelo 13 ainda existe muita coisa de cerrado pra frente. O fato de tirar MT da Amazônia legal é justamente uma forma de fazer com que o mundo lá fora não enxergue o MT todo como sendo Amazônia. Este seria o objetivo, tirar o foco, não que deixe fazermos o que queremos aqui.

(...) esta é uma opinião minha como profissional da área eu vejo e defendo esta tese de que a idéia de tirar o MT da Amazônia legal é tirar esse foco todo, essa represália que nós temos.

Pode-se analisar a criação do Instituto Ação Verde lançando mão do “novo espírito do capitalismo” de Luc Boltansky. Segundo Boltansky, existe uma fórmula mínima para definir o capitalismo: “*la exigencia de acumulacion ilimitada de capital mediante medios formalmente pacíficos*”. O que caracterizaria o capitalismo, segundo o autor, seria a perpétua circulação do capital dentro do circuito econômico com o objetivo de extrair benefícios, de incrementar o capital que será, por sua vez, reinvestido.

Além disso, Boltansky (2002) acrescenta que a acumulação de capital não consiste em um armazenamento de riquezas ou de objetos desejados por seu valor de uso, de sua função ostentatória ou signos de poder. Para o autor, as formas concretas de riqueza (tais como a

⁷⁸ Sete produtores não reconheceram e um se absteve pois a pergunta se referia ao projeto do Senador Jonas Pinheiro para a retirada do Mato Grosso da Amazônia Legal com a justificativa deste estado não possuir o bioma Amazônia.

imobiliária, moeda, etc.) não são de interesse em si e podem ser, por sua falta de liquidez, um obstáculo para o principal objetivo do capital – a transformação permanente do capital “en produccion, la produccion en dinero y el dinero en nuevas inversiones”.

Citando Fernand Braudel, Boltansky(2002) distingue o capitalismo da economia de mercado. Se por um lado, a economia de mercado foi se constituindo passo a passo e é anterior a norma de acumulação ilimitada do capitalismo (Braudel, 1979)⁷⁹, por outro lado,

La acumulacion capitalista solo se pliega a la regulacion del mercado cuando se le cierran los caminos mas directos para la obtencion de beneficios, de tal forma que el reconocimiento de las cualidades beneficiosas del mercado y la aceptacion de las reglas y las obligaciones de las que depende su funcionamiento “armonioso” (libre intercambio, prohibicion de las alianzas y de los monopolios, etc.) pueden ser considerados como una forma de autolimitacion del capitalismo(Braudel, 1979 apud Boltansky, 2002 p. 263).

Apesar da definição de capitalismo abarcar uma enorme quantidade de atores sociais que poderiam ser classificados como “capitalistas”, na introdução de “El nuevo espíritu del capitalismo” Boltansky explica que a definição utilizada engloba como “capitalistas” os principais atores sociais responsáveis pela acumulação e pelo crescimento de capital, isto é, aqueles que pressionam diretamente as empresas para que obtenham o máximo de benefícios. Sendo assim um número muito reduzidos de atores

Reagrupan no solamente a los grandes accionistas, personas particulares que por su propio peso son susceptibles de influir en la marcha de los negocios, sino también a las personas morales (representadas por algunos individuos influyentes, ante todo, los directores de empresa) que detentan o controlan mediante su acción la mayor parte del capital mundial (holdings y multinacionales –incluidas las bancarias– a través de filiales y participaciones, o fondos de inversión, fondos de pensiones). Las figuras de los grandes patrones, de los directores asalariados de las grandes empresas, de los gestores de fondos o de los grandes inversores en acciones, detentan una influencia evidente sobre el proceso capitalista, sobre las prácticas de las empresas y las tasas de beneficios extraídas, a diferencia de lo que ocurre con los pequeños inversores evocados más arriba. A pesar de que constituya una población atravesada a su vez por grandes desigualdades patrimoniales –partiendo siempre, no obstante, de una situación favorable en general–, este grupo merece recibir el nombre de capitalistas en la medida en que asume como propia la exigencia de maximización de los beneficios, que a su vez es trasladada a las personas, físicas o morales, sobre las que ejercen un poder de control (p.5-6).

⁷⁹ Fernand Braudel, 1979, “Les jeux de l’échange” p.263 apud Luc Boltansky.

De acordo com Boltansky (2002) o capitalismo se apresenta em muitos aspectos como um sistema absurdo. Se por um lado, os trabalhadores assalariados perdem a propriedade sobre os resultados do seu trabalho (trabalho alienado), por outro lado, os capitalistas se encontram em um processo sem fim e insaciável de acumulação que é totalmente dissociado da satisfação das necessidades de consumo (ainda que sejam consumos de luxo). Diante do absurdo do sistema, esclarece o autor, para aderirem ele, os dois atores sociais citados acima precisam de certa justificativa, que não se apresenta apenas através dos argumentos a favor dos benefícios individuais da participação nos processos capitalistas, mas também se mostra através das vantagens coletivas ou o “bem comum”. Essa justificativa, essa ideologia (podendo ser razões morais, retomando Weber) que justifica o compromisso com o capitalismo é chamada por Boltansky de “espírito do capitalismo”. Assim:

Si el capitalismo no solo ha sobrevivido –contra todos los pronosticos de quienes habían anunciado regularmente su hundimiento–, sino que tampoco ha dejado de extender su imperio, se debe a que ha podido apoyarse en un cierto numero de representaciones –susceptibles de guiar la accion– y de justificaciones compartidas, que han hecho de ‘el un orden aceptable e incluso deseable, el ‘unico posible o, al menos, el mejor de los ‘ordenes posibles. Estas justificaciones deben apoyarse en argumentos lo suficientemente robustos como para ser aceptados como evidentes por un número lo suficientemente grande de gente, de manera que pueda contenerse o superarse la desesperanza o el nihilismo que el orden capitalista no deja de inspirar igualmente, no solo entre quienes oprime, sino también, a veces, entre quienes tienen la tarea de mantenerlo y, a través de la educación, transmitir sus valores.(pag 13)

Portanto, para Boltansky o “espírito do capitalismo é precisamente

Este conjunto de creencias asociadas al orden capitalista que contribuyen a justificar dicho orden y a mantener, legitimandolos, los modos de acción y las disposiciones que soncoherentes con el. Estas justificaciones –ya sean generales o prácticas, locales o globales, expresadas en términos de virtud o en términos de justicia– posibilitan el cumplimiento de tareas mas o menos penosas y, de forma mas general, la adhesion a un estilo de vida favorable al orden capitalista (pag 13)

No seu estudo sobre o espírito do capitalismo, Boltansky se desprende dos componentes weberianos que explicam o espírito do capitalismo em termos de *ethos*, de vocação, para abordá-lo dentro de distintos momentos da evolução “de los modos de organización de las empresas y de los procesos de extracción del beneficio capitalista”. Assim, o autor integra dentro de um mesmo marco teórico, distintas formas históricas do espírito do capitalismo e sua transformação ao longo

do tempo, verificando como o capital adota uma determinada existência harmônica com sua exigência de acumulação que possibilita que um grande número de atores sociais acredite que valha a pena vivê-lo. Por outro lado, para recorrer às variações históricas do espírito capitalista Boltansky permanece fiel ao conceito weberiano dos tipos ideais que lhe permitem sistematizar e destacar as características específicas de uma época, as variações e as características estáveis do capitalismo.

Segundo Boltansky (2002), o capitalismo enquanto um modo de coordenação das ações e modo de vida, só pode ser entendido se tivermos em conta as ideologias que ao justificá-lo também o conferem um sentido, contribuindo para gerar uma “boa vontade” naqueles que exerce influência e garantir sua adesão ao sistema.

Uma das justificativas de maior importância destacada por Boltansky, a primeira delas, é a Ciência econômica. Para o autor, seguindo L. Dumont (1977), o surgimento da ciência econômica, seja a economia clássica ou o marxismo, contribuiu para o surgimento de uma representação do mundo totalmente nova em relação do pensamento tradicional merecendo destaque pelo autor “la separación radical de los aspectos económicos del tejido social y su constitución como ambito autónomo”(Dumont, 1977 p.15). Segundo Boltansky essa concepção contribuiu enormemente para a crença de que a economia constitui uma esfera autônoma, independente da ideologia e da moral que

Obedece a leyes positivas, dejando de lado el hecho de que semejante convicción es el resultado de un trabajo ideológico que sólo ha podido ser llevado a cabo tras incorporar justificaciones, parcialmente recubiertas después por el discurso científico, según las cuales las leyes positivas de la economía estarían al servicio del bien común (Boltansky,2002, p15).

A idéia de que a busca pelo interesse individual contribui para o interesse geral, segundo o autor, tem sido uma construída ao longo de toda a história da economia clássica. O autor acrescenta que a dissociação entre a moral e a economia, e a incorporação pela economia de uma moral baseada no cálculo da utilidade, deram uma garantia moral às atividades econômicas pelo fato de serem lucrativas. Portanto, a incorporação do utilitarismo pela ciência econômica tem permitido que se assumam como “natural” que “todo lo que es beneficioso para el individuo lo es también para la sociedad. Y por analogía, todo lo que engendre beneficios (y sirva, por lo tanto, al capitalismo) sirve también a la sociedad” (Heilbroner opud Boltansky, 1986,p. 95). Esta

perspectiva salienta Boltansky, permite que o crescimento da riqueza seja considerado como um critério de bem comum, ou seja, permite sustentar a idéia de que o crescimento global de riqueza (não importando o beneficiário) seja determinante para o bem comum

(...) De lo cual da fe todos los días el hecho de presentar la salud de las empresas de un país – medida por sus tasas de beneficio, su nivel de actividad y de crecimiento– como un criterio de medida del bienestar social. Este inmenso trabajo social llevado a cabo para instaurar el progreso material individual como un –si no el– criterio del bienestar social, ha permitido al capitalismo adquirir una legitimidad sin precedentes, logrando legitimar al mismo tiempo sus objetivos y su motor (Boltansky, 2002 p.17).

Além disso, para Boltansky a ciência econômica com seus trabalhos também tem sustentado a crença de que entre duas organizações econômicas diferentes, ambas orientadas para o bem estar material, sempre serão mais eficazes as organizações capitalistas, pois a liberdade da empresa e a propriedade privada dos meios de produção introduzem no sistema a possibilidade de “competência”. Assim, como bem explicita o autor “la privatización y la mercantilización máxima de todos los servicios son, de este modo, vistas socialmente como las mejores soluciones, ya que reducen el despilfarro de recursos y obligan a anticiparse a lo que esperan los clientes”(p.18).

Um terceiro ponto destacado pelo autor como um dos três pilares de justificação centrais do capitalismo (progresso material, eficácia e eficiência na satisfação das necessidades) está o que justifica o capitalismo como um modo de organização favorável ao exercício das liberdades econômicas e compatível com regimes políticos liberais, ou seja, “a referência aos poderes liberadores do capitalismo e à liberdade política como um efeito colateral da liberdade econômica”.

Os três pilares do capitalismo referidos acima estão vinculados ao que o autor chama de espírito do capitalismo, entretanto, por causa do caráter geral e estável estes elementos não bastam para obter o compromisso das pessoas nas situações concretas da vida e na vida do trabalho. As expressões do espírito do capitalismo destacadas por Boltansky, devem ser suficientemente consistentes e detalhadas para sensibilizar (sem coação) aqueles a quem se dirige, de aproximar sua experiência moral da vida cotidiana e propor modelos de ação em que estes possam se apoiar. O autor afirma que o discurso da gestão empresarial, discurso que pretende ser ao mesmo tempo “formal e histórico, global y situado, que mezcla preceptos

generales y ejemplos paradigmáticos” pode ser considerado hoje a forma por excelência “en la que el espíritu del capitalismo se materializa y se comparte”.

De maneira bastante esquemática Boltansky (2002) descreve dois tipos de espírito do capitalismo que ocorreram ao longo da história. O primeiro tipo descrito pelo autor ocorre no final do século XIX e tem como figura principal o burguês empreendedor e os valores burgueses. Merece destaque as figuras do empreendedor, do “capitão de indústria”, do conquistador voltado para o jogo, a especulação o risco e a inovação. Enquanto num nível mais geral esta fase a “aventura capitalista” significa a liberação - espacial e geográfica – possibilitada pelo desenvolvimento dos meios de comunicação e o avanço do trabalho assalariado que por sua vez permitiram a emancipação e jovens das comunidades locais, do submetimento à terra e à família. Ao mesmo tempo, a figura do burguês e da moral burguesa fazem com que apareçam os elementos de segurança social, graças a sua “disposições econômicas inovadoras - “avaricia, espírito de ahorro, tendencia a racionalizar la vida cotidiana en todos sus aspectos, desarrollo de las capacidades necesarias para la contabilidad, el cálculo y la previsión” - e ainda disposições domesticas tradicionais tais como a importância da família, da linhagem, do patrimônio, da castidade das filhas para evitar uniões desfavoráveis e a depilação do capital, além do caráter familiar ou patriarcal nas relações com os empregados, relações de subordinação de tipo paternalista. As justificativas relativas ao bem comum usadas por este primeiro tipo de espírito do capitalismo não tem a ver com o liberalismo econômico de mercado, mais sim com a crença no progresso, no futuro, na ciência da técnica e as vantagens da indústria – “un utilitarismo vulgar que pretendía justificar los sacrificios que exigía el avance del progreso”. Finalmente, para o autor este primeiro espírito era

Esta amalgama de disposiciones y valores muy diferentes e incluso incompatibles –sed de beneficios y moralismo, avaricia y caridad, cientificismo y tradicionalismo familiar (...), explica lo que será denunciado más unánime y duraderamente en el espíritu burgués: su hipocresía(Boltansky,2002 p.24).

O segundo tipo de espírito do capitalismo descrito por Boltansky se desenvolve entre as décadas de 1930 a 1960 e nesse caso a ênfase é dada não no indivíduo, mas na organização e sua caracterização gira em torno do desenvolvimento da grande empresa industrial centralizada e burocratizada, sendo assim, a figura central e heróica deste segundo tipo é a do diretor (aquele que diferentemente do acionista que só busca aumentar sua riqueza pessoal, apresenta a vontade de fazer crescer sem limites a empresa que tem a seu cargo). O crescimento da empresa

estimulado pelo diretor pode se tornar uma realidade com a produção em massa de mercadorias, produção de larga escala, na “*estandarización*” dos produtos, na organização racional do trabalho e nas novas técnicas de extensão dos mercados (marketing). Além disso, nesta versão, a segurança é garantida pela fé na racionalidade e pelo próprio gigantismo das organizações que, de certa forma, se tornam ambiente protetores oferecendo oportunidades para se fazer carreira, mas também interferindo na vida cotidiana. Neste segundo tipo, “o bem comum” é assegurado através do ideal de ordem industrial (“*encarnado por los ingenieros*”), a crença no progresso, na ciência e técnica, na produtividade e eficácia e também através de um “ideal cívico”, na medida em que “*hace hincapié la solidaridad institucional, la socialización de la producción, de la distribución y del consumo, así como en la colaboración entre las grandes firmas y del Estado en una perspectiva de justicia social*”.

Assim, enquanto o primeiro tipo de espírito do capitalismo tem como figura central o burguês, e as relações entre os patrões e empregados eram de tipo familiar, o destino e futuro da empresa estavam diretamente relacionados com a família; o segundo espírito se organiza em torno da figura central do diretor (dirigente assalariado) e dos quadros das empresas, estando ligado a um capital de grandes empresas. Boltansky destaca ainda o que poderia ser um “terceiro” espírito do capitalismo – “debería ser isomorfo a un capitalismo “mundializado” que se sirve de nuevas tecnologías”.

O espírito do capitalismo precisa incorporar outras estratégias, além das herdadas da teoria econômica, que dêem conta, que possuem o poder de mobilizar o próprio processo de acumulação de capital. Entretanto, por não possuir em si mesmo estes recursos ou estratégias de mobilização, o capital incorpora determinadas ideologias presentes no contexto cultural do período em que se desenvolve – mesmo aquelas ideologias hostis a ele.

De acordo com Boltanski, “o espírito que, em um momento determinado da história, possibilita o processo de acumulação está impregnado por produções culturais contemporâneas a ele, mas que foram desenvolvidas, na maioria dos casos, com objetivos totalmente alheios a justificação do capitalismo”. Assim, acrescenta Boltanski, o capitalismo necessitando justificação “mobiliza algo ‘que já está aí’, algo cuja legitimidade já se encontra garantida e que passará a dar um novo sentido, associando-o a exigência de acumulação de capital” (Boltanski, 2006:27).

Assim, o Instituto Ação Verde pode ser compreendido como o resultado de um “novo espírito capitalista”. A valorização da natureza, das atitudes, dos produtos e empresas sócio-

ambientalmente responsáveis foi o “algo que está aí”, legitimado socialmente, e que serve para garantir a acumulação de capital. Nesse sentido, enquanto alguns elementos do discurso ambientalista são apropriados para a preservação dos próprios interesses dos produtores, outros são desqualificados sob diferentes pretextos, como veremos a seguir.

4.2 – O ambientalismo como um colonialismo: uma ideologia anticivilizatória e antinatural?

Alguns dos produtores de soja entrevistados, ao responderem os questionamentos relacionando agricultura e natureza, apresentaram um discurso em relação ao meio ambiente que poderíamos chamar de conservador.

Segundo Carrasco *et all* (2006), o ambientalismo e seu discurso de proteção da natureza contra a as atividades humanas se tornou um dos fatores de uma “crise civilizatória” em curso. Ao considerar o ser humano apenas como mais uma das espécies da biosfera “o rebaixa ao nível dos demais seres vivos e lhe nega qualquer primazia de um papel protagonista no presente estágio da evolução universal”, e transforma o meio ambiente em uma entidade de direito próprio, condicionando “o progresso e o bem estar das comunidades humanas a um conjunto de requisitos para a proteção do mesmo, geralmente definidos com escasso rigor científico, quando deveria dar-se o contrário”. A tese central da agenda ambientalista, que é “biocêntrica”, seria

A falaciosa, cientificamente insustentável e moralmente inaceitável idéia (...) de que as limitações de recursos naturais e da “capacidade de suporte” do planeta impediriam a plena extensão dos benefícios da sociedade industrial a todos os povos e países do mundo (Carrasco et al.;2006 p.23).

Os autores citados recorrem às grandes religiões monoteístas (judaico-cristã) e à própria ciência, para afirmar que o paradigma ambientalista “induzido” contraria tais preceitos éticos e morais e que, portanto, seria uma “ideologia obscurantista, anticivilizatória e ironicamente, antinatural” (Carrasco et al.;2006 p.23).

De acordo com os autores de *Máfia Verde 2*, desde o livro do Gêneses do Velho Testamento, as religiões judaico-cristãs, especialmente a igreja de Roma, tem contribuído para situar o “primado” das leis naturais nas relações entre o homem e a natureza. Assim, temos a constituição pastoral *Gaudium et spes* (Alegria e esperança), aprovada no Concílio Vaticano II

(1967) que enfatiza que o homem “irredutível... a uma simples parcela de natureza” é a “única criatura sobre a terra a ser querida por Deus por si mesma” (Carrasco et al.;2006 p.26-27).

É interessante acrescentar aqui que essa visão religiosa do propósito da natureza apresentada pelos autores citados são as mesmas que o historiador Keith Thomas descreve em seu livro como dominantes na Inglaterra nos períodos Tudor e Stuart: o mundo fora criado para o bem homem; e a tarefa dele era “encher a terra e submetê-la” (Gênesis I)⁸⁰: “derrubar matas, lavrar o solo, eliminar predadores, matar insetos nocivos, arrancar fetos, drenar pântanos”. A agricultura “convertia natureza em cultura. Terra não cultivada significava homens incultos” (Thomas, 1988 p. 22).

Assim, o ideal ambientalista teria como objetivo uma tentativa de ressacralização da natureza - e “dessacralização do ser humano” – retornando “ao conceito panteísta pré-cristão de que Deus está em todas as coisas, ou à heresia de Pelágio (século IV) segundo a qual a natureza seria suficiente para a salvação do homem” (Carrasco et al.;2006 p.26-27).

De acordo com Carrasco um dos autores do livro “Máfia Verde 2 – ambientalismo: Novo Colonialismo” (2005) o movimento ambientalista não seria um “fenômeno espontâneo”, de maior conscientização da população a respeito dos problemas ambientais, mas “trata-se de um engendro ideológico e político específica e habilmente planejado, criado e mantido por poderosos grupos hegemônicos internacionalistas, com o propósito de conter a expansão dos benefícios da sociedade industrial tecnológica a todos os povos e países do planeta e manter o processo de desenvolvimento sob seu controle” (Carrasco et al.;2006 p.11).

Segundo os autores do livro, a motivação para a criação do movimento ambientalista foi o impulso desenvolvimentista – cuja palavra de ordem era a industrialização - que ocorreu nas primeiras décadas posteriores à Segunda Guerra mundial, projeto oriundo das políticas do New Deal, de Franklin Roosevelt.

Os autores afirmam que em meados da década de 60, quando ocorriam intensos avanços científico-tecnológicos, tais como a Revolução Verde, “os centros de poder da oligarquia anglo-

⁸⁰ Gênesis Cap.I 26-31 : E disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; e domine sobre os peixes do mar, e sobre as aves dos céus, e sobre o gado, e sobre toda a terra, e sobre todo réptil que se move {ou roja} sobre a terra. E criou Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; macho e fêmea os criou. E Deus os abençoou e Deus lhes disse: Frutificai, e multiplicai-vos, **e enchei a terra, e sujeitai-a; e dominai sobre os peixes do mar, e sobre as aves dos céus, e sobre todo o animal que se move sobre a terra.** E disse Deus: Eis que vos tenho dado toda erva que dá semente e que está sobre a face de toda a terra e toda árvore em que há fruto de árvore que dá semente; ser-vos-ão para mantimento. E a todo animal da terra, e a toda ave dos céus, e a todo réptil da terra, em que há alma vivente, toda a erva verde lhes será para mantimento. E assim foi. E viu Deus tudo quanto tinha feito, e eis que era muito bom; e foi a tarde e a manhã: o dia sexto

americana” se prepararam para reorientar as tendências globais de acordo com seus interesses, revertendo à tendência ao progresso (...) e recriando um sistema colonialista sob nova roupagem”. O movimento ambientalista teria sido, portanto, criado pelos “engenheiros sociais” *do Establishment* oligárquico para “impor a falaciosa idéia da impossibilidade física de todos os países do mundo de desfrutar elevados níveis de desenvolvimento e justiça social⁸¹ (Carrasco et al.;2006 p.12-13).

Destaca-se o fato de que o “colonialismo ambientalista” não pôde ser imposto pela força física, mas foi internalizado ideologicamente pelos indivíduos, sendo, portanto “mais eficiente que o modelo tradicional já que força os indivíduos subjugados a organizar-se contra os interesses da própria nação, bastando ao novo poder colonial difundir e canalizar os conceitos e crenças que alimentam as mentes colonizadas” (Carrasco et al.;2006 p.13).

A grande primeira vítima do ambientalismo, segundo os autores, foi o DDT, “um dos mais versáteis, eficientes e baratos pesticidas já inventados” (Carrasco et al.;2006 p.13-14), que evitou a morte de milhares de pessoas por malária ou febre amarela ao ser introduzido em campanhas de saúde pública. Outra forma de atuação do “*Establishment*” foi a criação de uma série de instituições (tais como IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudanças climáticas das Nações Unidas – e o Protocolo de Kyoto) para transmitir ao mundo um “consenso científico” a respeito de questões já decididas por interesses políticos e econômicos tais como inibir a expansão do consumo mundial de energia (petróleo, gás natural e carvão), e promover “a grande negociata do mercado de créditos de carbono que oferece aos países subdesenvolvidos a oportunidade de faturar uma certa quantidade de dólares, em troca de evitar os investimentos em geração de energia e desenvolvimento”. O colonialismo ressaltado pelos autores estaria no fato dos países ganharem “esmolos ambientais para não se desenvolver”.

Conforme explicam os autores do livro, os poderes oligárquicos, principalmente os anglo-americanos⁸² criaram e fomentaram uma quantidade enorme de ONGs atuantes em vários países (como o Brasil) como “um verdadeiro exército irregular de intervenção”. Além disso, argumentam que a “estratégia” usada por essas organizações ambientalistas - indigenistas

⁸¹ É interessante observar que “progresso” e “desenvolvimento” para os autores citados pode ser equivalente a avanços científicos que levam a um desenvolvimento econômico. Entretanto, aumento de PIB ou geração de riqueza de um país não necessariamente quer dizer distribuição da riqueza, ou maior equidade social.

⁸² Para os autores são famílias e Fundações do “*Establishment* oligárquico” que estão por trás desse movimento. Um exemplo citado no livro é intrigante, pois trata de um escândalo envolvendo o Banco Opportunity, do banqueiro Daniel Dantas (recentemente preso numa grande operação da Polícia Federal), e suas supostas ligações (e a de outros bancos) com a WWF-Brasil.

internacionais podem ser chamadas de uma “guerra de quarta geração”, na medida em que atuam em países “em que o Estado nacional sofre o fustigamento de agentes não estatais, que podem ou não estar a serviço de potências estrangeiras”. Assim:

Os propósitos dessa nova forma de colonialismo são os mesmos de antes: o controle das fontes de recursos naturais estratégicos, como minerais, fontes de energia e alimentos, e o bloqueio do crescimento populacional e do desenvolvimento dos povos submetidos ao processo, impedindo-os de competir pelo uso de seus próprios recursos naturais limitados, dentro do conceito malthusiano de escassez, que está na raiz do ambientalismo (Carrasco et al.; 2006 p.16).

Um das maneiras de se atingir tais objetivos colonialistas seria, por exemplo, o estabelecimento de grandes reservas naturais ou indígenas que muitas vezes impossibilitam tanto a exploração dos recursos ali existentes quanto à implementação de projetos de infra-estrutura importantes. Dessa forma, ainda que essas reservas pertençam formalmente ao Estado nacional onde se situam, “na prática, seu destino fica atrelado a desígnios exógenos de entidades supranacionais” (Carrasco et al.; 2006 p.16).

Assim, em lugar de tropas de ocupação, de manutenção onerosa e politicamente insustentável, os velhos centros coloniais passaram a mobilizar uma série de “forças irregulares”, como fundações e ONGs engajadas em causas tornadas populares, como o planejamento familiar (disfarce para o controle demográfico), proteção ambiental, direitos humanos, direitos dos indígenas (...), promoção da “democracia”, combate à corrupção (...). Em vez de militares, um exército de aguerridos militantes, tanto profissionais quanto voluntários que encontram aí um sucedâneo para as disputas ideológicas da Guerra Fria ou estão majoritariamente convencidos de estarem a serviço de causas de grande relevância para a sociedade (Carrasco et al.; 2006 p.17).

Outra maneira desse mesmo processo, afirmam os autores, é o controle dos setores produtivos, por exemplo, os “selos verdes” – “dispositivos que condicionam o comércio internacional de uma série de produtos a fatores ambientais determinados e supervisionados por entidades privadas geralmente ligadas a ONGs internacionais. Salientam ainda que no Brasil, “a investida ambientalista-indigenista tem se transformado em um dos principais entraves para um número crescente de empreendimentos e atividades produtivas atingindo os mais diversos setores” (Carrasco et al.; 2006 p.21). Alguns setores atingidos e destacados pelos autores: a IRSA (Infra-estrutura Regional Sul-americana) um “ambicioso e crucial” programa de infra-estrutura para a integração física da América do Sul; ações que se concentram para a criação no “corredor Cerrado - Amazônia”, ou seja, de um “arco de reservas” impedindo o avanço da fronteira agrícola

e projetos de infra-estrutura na região; a indústria madeireira; os organismos geneticamente modificados ou transgênicos.

Com relação à ponte cerrado - Amazônia os autores esclarecem que o Cerrado tem sofrido uma transformação tecnológica nas últimas quatro décadas que fez com áreas “inóspitas” e “inadequadas a agricultura moderna” se tornassem um potencial “celeiro do mundo” (Carrasco et al.;2006 p.113). Uma das culturas destacadas pelos autores com alto potencial é a soja.

Enquanto o cerrado e as áreas de transição de floresta amazônica vivem um período de expansão e progresso, os autores afirmam que o mesmo não ocorre com a região Amazônica, que ainda necessita de um “processo de desenvolvimento” moderno que a integre ao resto do país. Esse desenvolvimento se baseará “na exploração científica dos seus enormes potenciais de recursos biológicos, minerais e energéticos (...) (Carrasco et al.; 2006 p.114). Conforme enfatizam os autores do citado livro, “o desenvolvimento dessas regiões não responde somente às necessidades de progresso do Brasil ou mesmo da América do Sul, mas a um requisito civilizatório para toda a humanidade (...)” (Carrasco et al.; 2006 p. 114).

O grande potencial agrícola do Cerrado brasileiro (ver página 57, capítulo III) é muito ressaltado, podendo ultrapassar o potencial americano de produção de alimentos. Os autores chegam a comparar o avanço da fronteira e do seu “processo civilizatório” no Cerrado e a conquista do Oeste norte-americano⁸³ pois ambos teriam em comum

Uma forte expansão econômica gerada pela produção agropecuária baseada na utilização de altas técnicas produtivas. Este processo, por sua vez, enseja a construção de novas cidades com altos padrões de qualidade de vida, que, num ciclo virtuoso, acabam por atrair novos contingentes de migrantes para a região⁸⁴ (Carrasco et al.;2006 p.116).

Segundo os autores, o Departamento de Agricultura dos EUA possui relatórios sobre o grande potencial do Cerrado brasileiro e dessa forma, encaram a região como uma potencial ameaça aos grãos produzidos naquele país, “principalmente se o Brasil conseguir viabilizar o transporte barato entre as áreas de produção e os portos”. Um desses relatórios, intitulado *Brasil: Subestimado o potencial de expansão agrícola futura*, estima que o Brasil poderia aumentar sua área cultivada em 170 milhões de hectares(maior que a cultivada nos EUA), incluindo a conversão de 40-50% de áreas de pastagens (177 milhões de hectares) em plantações de grãos e

⁸³ Ver capítulo 2.

⁸⁴ Conforme explicitado no Capítulo 2 enquanto a abundância de terras nos Estados Unidos propiciou a criação de uma sociedade mais democrática, no Brasil tal abundância fez aumentar as desigualdades sociais, a concentração fundiária, o monopólio da terra, etc.

soja, e ainda trata as novas variedades de soja desenvolvidas pela Embrapa (e as transgênicas) como verdadeiras “mudanças revolucionárias”. Entretanto, o relatório também destaca eventuais problemas que poderiam reduzir tal potencial agrícola: a paralisação da implantação de obras de infra-estrutura por todo o país (especialmente no Cerrado), e “o surgimento de novas leis ambientais que aumentam as áreas de preservação” (Carrasco et al.;2006 p.116).

Esse processo civilizatório “que deve ter o homem, e não a natureza, como prioridade” tem sido atrapalhado pelo “aparato ambientalista”. Uma das estratégias utilizadas pelas ONGs, segundo Carrasco *et all*, é

Confundir a ocorrência da floresta tropical úmida com os limites geográficos da instituição jurídica denominada Amazônia Legal, que inclui os estados do Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e parte do Maranhão, cobrindo uma área de 5,2 milhões de quilômetros quadrados, cerca de 61% do território brasileiro. Ocorre que a floresta tropical úmida da Amazônia -confundida com a Amazônia Legal em numerosos estudos pseudo científicos – ainda mantém cerca de 90% da sua cobertura vegetal primitiva e apresenta grandes áreas de savanas, sem falar nas igualmente significativas e férteis regiões das várzeas ribeirinhas, que podem e devem ser utilizadas para a produção de alimentos⁸⁵ (Carrasco et al.;2006 p.121).

Um dos estudos “pseudocientíficos” destacado no livro foi o chamado “*Avança Brasil: os custos ambientais da Amazônia*”, escrito em 2000, de autoria de uma coalização de ONGs: Instituto Socioambiental (ISA), Woods Hole Research Center (WHRC) dos EUA e sua filial brasileira Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM). De acordo com os autores de *Mafia Verde 2*, esse estudo, assim como inúmeros outros desse tipo citados, tinha como objetivo central paralisar os grandes projetos de infra-estrutura do Cerrado - Amazônia tais como a pavimentação de 4000 km de estradas - a Rodovia Cuiabá-Santarém (BR – 163), o trecho da Transamazônica entre Marabá e Rurópolis (BR – 230), a Humaitá-Manaus (BR- 319) e a Manaus - Boa Vista (BR-174) – que acarretaria, contrariamente à opinião de Carrasco et all, um “vasto desmatamento da região”.

Na “ofensiva vede”, desempenhando um papel fundamental, juntamente com as ONGs, estaria também a imprensa - principalmente “a anglo americana” – que tem feito ecoar internacionalmente “os relatos ecoapocalípticos sobre o Brasil”. Conforme afirmam os autores,

⁸⁵ É interessante lembrar através desse discurso, utilizado pelos autores do livro, uma grande semelhança com as respostas e argumentos dos produtores de soja entrevistados (capítulo III) quando questionados se concordavam ou não com a proposta do senador Jonas Pinheiro de retirada do Mato Grosso da Amazônia Legal.

nos últimos anos a expansão da fronteira agrícola na região dos cerrados e nas áreas de transição para a floresta Amazônica tem sido alvo da mídia internacional.

Algumas das reportagens citadas no livro destacam o crescente desmatamento no estado de Mato Grosso devido a expansão da cultura da soja. Uma delas foi um artigo publicado no jornal norte americano *The New York Times*, em 17 de setembro de 2003, intitulado “Plantações de soja cortam fundo a floresta Amazônica”⁸⁶, que atacava o governador Blairo Maggi “por defender a soja como um motor para o crescimento e desenvolvimento da Amazônia” e por querer “quase triplicar a área plantada de soja, nos próximos dez anos, no Mato Grosso”. Na opinião dos autores de *Máfia Verde 2*, além do artigo ter uma “linguagem arrogante que caracteriza os porta vozes dos grupos hegemônicos internacionais” (utilizada pelo autor do artigo, o jornalista Larry Rohter), o momento de sua publicação deve ser analisado no contexto da reunião da OMC (Organização Mundial do Comércio), no México, onde o Brasil em conjunto com outros 20 países se opôs as políticas de subsídios agrícolas dos Estados Unidos e da União Européia. Enfatizam ainda que o governador Blairo Maggi afirmou em resposta ao artigo que o havia interpretado como um “reflexo da concorrência” entre os produtores norte americanos e os brasileiros: “Eles têm de usar desses recursos para frear a produção do Brasil, que já é o maior exportador mundial de soja e será o maior produtor”⁸⁷ (Carrasco et al.;2006 p.125).

Outro artigo destacado como exemplo da “ofensiva midiática” (e que usou o governador Blairo Maggi como um “bode expiatório”) foi publicado na primeira página do jornal inglês *The Independent*, em 20/05/2005, com o título “O estupro da floresta...o homem por detrás disso”. Esse artigo teria sido uma resposta à divulgação pelo INPE (Instituto brasileiro de pesquisas espaciais), dos dados (2003-2004) sobre o aumento de desmatamento em maio daquele ano, que representava um aumento de 6,23% em relação ao período anterior, e na época⁸⁸, o segundo maior índice registrado desde o primeiro monitoramento, em 1988.

Ainda com relação aos dados sobre o desmatamento divulgados vários outros jornais internacionais se manifestaram. A BBC Brasil, por exemplo, lamentou que apesar dos altos índices de desmatamento a prioridade do governo continue a ser “o asfaltamento da rodovia que corta a Amazônia” (BR-163) com a justificativa de que a melhora da estrada “facilitará o escoamento da soja produzida no Mato Grosso, o principal produtor do cereal que impulsionou o

⁸⁶ Reportagem retirada do livro “Máfia verde 2: o ambientalismo como um novo colonialismo”

⁸⁷ O Estado de São Paulo, 22/09/2003 apud Carrasco et al 2006.

⁸⁸ Desde então Mato Grosso tem acumulado os maiores índices de desmatamento do país.

Brasil a se tornar um dos maiores exportadores e produtores mundiais de soja”. Dizem ainda que a estrada, no Mato Grosso, corta essencialmente fazendas, sendo “muito mais fácil ver vacas do que macacos-aranha de cara branca ou capivaras”. A respeito desse artigo Carrasco et al enfatiza que “ com todo o apreço pelos macacos aranha e capivaras, a conclusão de uma artéria de tal importância para o desenvolvimento da região não pode ficar condicionada por considerações ideológicas – ou zoológicas” (Carrasco et al.;2006 p.129).

Por último destacam o editorial do “indefectível” *The New York Times*, do dia 31/05/2005, “Amazônia em risco” que mais uma vez coloca na posição de “Judas ambiental” o governador-sojicultor Maggi. No artigo o jornal incita o governo Lula a se convencer e convencer “à oligarquia agrícola de seu país de que a floresta tropical não é uma *commodity* para ser explorada para o benefício privado” e que a solução para o problema ambiental estaria nas agências multilaterais de empréstimo que poderiam “condicionar futuros investimentos a práticas ambientais corretas” e na contínua pressão pública das organizações ambientalistas. Lamentando, Carrasco *et al.* afirma a respeito desse artigo que “para o NYT, assim como para a grande maioria dos iludidos pelo discurso verde, o crescimento econômico não pode estar acima da intocabilidade das matas, dos macacos-aranha e das capivaras. Tanto pior para o ser humano” (Carrasco et al.;2006 p.129).

É interessante notar que apesar dos autores do livro em questão classificarem inúmeros estudos, que chamam a atenção para o grande avanço da fronteira agrícola na região do cerrado e da Amazônia e o conseqüente aumento do desmatamento nessa região, de pseudocientíficos (tais como relatórios elaborados por ONGs citados no livro, os dados divulgados pelo INPE, etc.), os autores do livro *Máfia Verde 2* recorrem a “estudos científicos” para sustentarem a sua opinião de que não há uma relação direta entre a expansão da cultura da soja e o desmatamento.

Assim, de acordo com um estudo divulgado em 2005 pelo “insuspeito” IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), o rápido crescimento da cultura da soja não se dava à custa do desmatamento do Cerrado e da região Amazônica, pois segundo o estudo, a expansão da soja se daria em áreas de “pastagens degradadas”, já anteriormente abertas e que “tendem a ser muito bem situadas do ponto de vista logístico”, e não em áreas virgens onde não havia infra-estrutura necessária para tal cultivo. Conforme afirmou Gervásio Castro de Rezende, um dos autores do estudo, “É fácil demonizar a soja, mas três anos não seriam suficientes para todo esse protesto de

desmatamento. Isso é ignorância”⁸⁹. O pesquisador acrescentou que a pesquisa não excluiu a possibilidade de uso de áreas virgens, mas que em “escala modesta”, não justifica o forte crescimento da soja. Ainda segundo Rezende, o avanço da soja tem ocorrido principalmente no “nortão do Mato Grosso”, (área de atuação de muitas das ONGs tratadas por Carrasco et al), região que teria começado a ser desmatada desde a década de 70, com objetivo do governo militar de ocupar a região, e que agora ocorre “uma simbiose entre lavoura e pecuária”. Com relação à crença de que a expansão da soja contribuiria para a destruição da floresta amazônica Rezende diz que

É com base nesse receio que tem havido tanta resistência contra as melhorias de infraestrutura de acesso a áreas envolvendo a floresta amazônica e outras regiões sensíveis do ponto de vista ambiental. (...) É uma grande ilusão achar que, ao não se asfaltar a BR-163 está se preservando a floresta amazônica... Ao se procurar impedir o asfaltamento da BR-163, devido ao receio da expansão da soja, tudo o que se está conseguindo é, de fato, continuar viabilizando o atual uso predatório da terra⁹⁰, deixando de valer-se, essa política ambiental, de um importante aliado (Carrasco et al.; 2006 p.131-132).

Finalmente, como pode-se constatar através da análise de algumas das idéias presentes no livro *Máfia Verde 2*, os autores defendem arduamente a necessidade do “progresso e desenvolvimento” de todos os países, e este é visto como uma estágio “natural” no processo evolutivo da humanidade (tal desenvolvimento se daria através do crescimento da economia). Além disso, há a crença (que, pode-se dizer, é compartilhada pelos produtores de soja entrevistados no Mato Grosso) de que por trás das ONGs ambientalistas e dos seus propósitos de defender nossas florestas da “destruição”, há um interesse protecionista dos países ricos. Diante disso, todas as atitudes para a proteção do meio ambiente, vindo dessas organizações e dos seus “estudos científicos”, são desacreditadas e explicadas como defesa de interesses econômicos internacionais.

⁸⁹ Gazeta Mercantil, dia 8/03/2005. Retirado do livro *Máfia Verde 2*.

⁹⁰ Para o pesquisador agricultura predatória seria a “agricultura itinerante em pequena escala e na base do fogo, de baixo nível tecnológico, extração predatória de madeira e pastagens de baixa produtividade”.

Considerações Finais

Pretendo aqui apresentar algumas considerações finais a respeito da presente pesquisa. Não tenho a intenção de apresentar uma conclusão final, já que acredito que a presente pesquisa pode ser continuada e aprofundada em diferentes direções, mas sim quis introduzir alguns apontamentos que puderam ser obtidos com o andamento da pesquisa.

Primeiramente, pudemos verificar que a expansão da fronteira agrícola no Mato Grosso, especialmente a da soja, vem crescendo rapidamente nos últimos anos, e que, acompanhando esse crescimento tem se observado, através de estudos de órgãos oficiais como o INPE e o IBGE e de ONGs, um crescimento do desmatamento na região do cerrado e da floresta amazônica.

Através das entrevistas realizadas e das informações retiradas de pesquisas (IBGE) e de artigos em revistas e jornais notou-se que no Mato Grosso a agricultura da soja é realizada, mesmo por pequenos agricultores (300 ou 350 hectares), através do uso de tecnologia de ponta, mecanização, insumos e todos os demais recursos externos necessários para ampliar a produtividade.

Pudemos contatar através de Marx e de toda uma discussão traçada em torno da utilização da agricultura capitalista e da expansão das fronteiras, no capítulo II, que a agricultura moderna já foi amplamente criticada, principalmente por sua característica destruidora do solo. O crescimento dessa “agricultura moderna” no Mato Grosso, mesmo a altos custos ambientais, é justificado pelos produtores, pelo Estado e por simpatizantes defensores (ver capítulo IV) por causa da sua contribuição para o crescimento econômico e para o desenvolvimento do país – ao contribuir para o aumento do PIB, devido às exportações, e com relação aos municípios em questão, aumentando o IDH e a qualidade de vida da população. Entretanto, os atores sociais envolvidos possuem um ideal de crescimento econômico concentrado, ou seja, que não leva à distribuição, ou redistribuição da riqueza e da renda.

Através de Keith Thomas (1988) e seu amplo estudo das percepções de natureza na Inglaterra do início do período moderno, e de outros autores citados, pode-se notar que ao longo do tempo as representações sociais ou os “sentimentos” do homem com relação à natureza e aos seres do mundo Natural vão se transformando. Com relação às representações sociais de natureza obtidas através das entrevistas dos produtores de soja no Mato Grosso pode-se verificar que os atores sociais envolvidos percebem o bioma cerrado como um “mato”, de árvores “retorcidas”, um lugar

esteticamente feio e, portanto não digno de ser preservado. Dessa forma, a agricultura no cerrado que “abre o mato”, “limpa o mato”, é considerada por eles como uma atividade que beneficia a sociedade, ou conforme afirmou Boltansky, contribui para “bem comum”.

Assim, as áreas destinadas a serem preservadas devem ser aquelas onde as árvores são grandes e bonitas ou florestas, como na região Amazônica, região que, para aos produtores, não faz parte do Mato Grosso. Constata-se que a relação estabelecida entre a natureza e sua preservação (ou destruição) e um modo de se praticar a agricultura está diretamente relacionada com a percepção social que tais atores sociais possuem da natureza em que vivem – se ela é feia não é válida a preservação.

Pode-se observar que em resposta aos questionamentos de organizações nacionais e internacionais sobre a razão do desmatamento no estado, todo o setor produtivo mato-grossense se uniu e fundou uma ONG - chamada Instituto Ação Verde - tratado no primeiro item do capítulo IV. A organização é responsável por ações no sentido de “mostrar ao mundo” o que o “setor produtivo” do estado está fazendo pela natureza e, para amenizar o desmatamento, como por exemplo, a recuperação de margens de rios. A lógica de produção não é questionada, mas continuada pelos setores por ela responsáveis. Assim como verificado através de Boltansky, o capitalismo sempre encontra formas socialmente ou culturalmente criadas e legitimadas (algumas vezes, como neste caso, que é das organizações ambientalistas, criadas “contra” ele) para a continuação do seu eterno processo de acumulação. Ele não cria, ele se apropria de algo já criado. O Instituto Ação Verde pode, assim, ser compreendido sob a luz desse pensamento de Boltansky.

A agricultura moderna adotada como modelo de agricultura, no Mato Grosso, e a representação social de natureza apresentada pelos produtores pesquisados - ambos contribuindo para o desmedido aumento no desmatamento no estado - são corroborados e legitimados por um “novo” tipo de discurso que poderia ser chamado de anti-ambientalista. O discurso em questão, abordado no capítulo IV⁹¹, está presente no livro “Mafia Verde 2: ambientalismo como novo colonialismo”. O discurso apresentado no livro nos chama a atenção por ser um tipo de ideologia em que o homem aparece claramente separado da natureza, até mesmo opondo-se a ela, para dominá-la.

⁹¹ Os itens do capítulo IV que trataram diretamente do discurso apresentado no livro não esgotam a interessante discussão que futuramente poderá ser abordada em torno do livro referido. Tratamos apenas de questões relacionadas a presente pesquisa, tais como: o ambientalismo, agricultura e soja no Mato Grosso. O livro possui capítulos que abordam outras questões (tais como as reservas indigenistas, biotecnologia, infra-estrutura) sempre sob a perspectiva da ação de uma suposta “Mafia Verde”.

Segundo Carlos Walter Porto Gonçalves (2006) nem sempre a natureza foi representada dessa maneira como é nas sociedades modernas e contemporâneas, ou seja, dicotomizada e externa ao homem, pois para os pensadores gregos pré-socráticos, que criaram o conceito de *physis*, a natureza não se opõe “ao psíquico, ao anímico, ao espiritual”, mas é a

Totalidade do que se é. Ela pode ser apreendida em tudo o que acontece: na aurora, no crescimento das plantas, no nascimento de animais e homens (...) à *physis* pertencem o céu e a terra, a pedra, a planta, o animal e o homem, o acontecer humano como obra do homem e dos deuses e, sobretudo, pertencem à *physis* os próprios deuses. (...) Vale dizer que na base do conceito *physis* não está nossa experiência da natureza, pois a *physis* possibilita ao homem uma experiência totalmente outra que não a que temos face à natureza. Assim a *physis* compreende a totalidade daquilo que é; além dela nada há que possa merecer a investigação humana⁹² (Bornheim, G.; 1985 apud Gonçalves; 2006 p.29-31)

Conforme explica Gonçalves (2006), a idéia atual que temos de natureza começa a se afirmar com Platão e Aristóteles que passam a desprivilegiar “as pedras e animais” e a privilegiar “as idéias e os homens”, iniciando um processo de mudança do conceito da *physis*, de natureza, que foi acompanhado pela desqualificação dos pensadores anteriores, cujo pensamento passa a ser qualificado como “mítico e não filosófico”. Uma segunda influência destacada por Gonçalves como influenciadora do atual conceito de natureza foi a doutrina judaico- cristã (como bem podemos ter notado no discurso apresentado no Capítulo IV) ao dar grande dimensão à oposição homem-natureza e espírito-matéria – um Deus (em oposição aos vários deuses pré-socráticos) onipresente e onipotente cria o homem a sua imagem e semelhança. Esta criação – o homem – passa a ter o privilégio sobre todas as demais criaturas.

A oposição homem-natureza e espírito-matéria se completa, segundo Gonçalves (2006) com Descartes tornando-se central no pensamento moderno: o conhecimento adquire um aspecto cada vez mais pragmático (e utilitarista), e assim, a natureza passa a ser vista como um recurso; o homem passa a ser visto como o centro do mundo, “sujeito em oposição ao objeto, à natureza”. Esse homem “instrumentalizado” pela ciência “pode penetrar os mistérios da natureza e, assim torna-se senhor e possuidor na natureza” (Gonçalves; 2006 p. 33).

Finalmente, Gonçalves nos atenta para o fato que “a idéia de uma natureza objetiva e exterior ao homem, que pressupõe uma idéia de homem não-natural e fora da natureza, cristaliza-se com a civilização industrial inaugurada pelo capitalismo”, pois encontra nesse cenário a conjuntura ideal para o desenvolvimento prático da filosofia pragmática cartesiana: o homem

⁹² Bornheim, G.(1985) Os filósofos Pré-Socráticos. São Paulo: Cultrix opud Gonçalves, 2006.

como “senhor e possuidor” do mundo e capacitado pela técnica (ciência) a dominar a natureza (e outros homens).

Voltando ao pensamento tratado no capítulo IV, pode-se, em certa medida, chamá-lo de um discurso evolucionista, pois pressupõe a existência de uma linha de desenvolvimento/ evolução para o homem e a necessidade desse desenvolvimento. Dentro dessa perspectiva, o que não corresponde a esse desenvolvimento é visto como “primitivo”. Além disso, tal discurso é cartesiano, na medida em que acredita em um sistema científico por meio do qual se dará o desenvolvimento, sendo que os homens só conseguirão se desenvolver se dominarem a natureza (através da técnica).

Contata-se também que a agricultura sempre causou e sempre vai causar alguma transformação na terra, na natureza. O que tem que ser destacado é o fato de que com a moderna agricultura capitalista e seus recursos tecnológicos, a instrumentalização e a transformação da terra e da natureza alcançaram sua radicalização, podendo ocasionar modificações irreversíveis. A cultura da soja, produto que no mercado mundial se tornou uma importante commodity, reforça a estratégia do capital do uso de diversos recursos tecnológicos e “modernos” para o aumento da produtividade, além da perpétua extensão da área produzida. O resultado disso é o aumento significativo das áreas desmatadas no Mato Grosso.

Assim como afirma Martins, a ocupação territorial no Brasil atual é, para os ricos, um “território da conquista”, ou seja, ela se faz “em nome da propriedade privada, da relevância econômica da propriedade fundiária como fonte de renda territorial e como instrumento para obtenção de incentivos fiscais e subsídios públicos” (Martins, 2006). Tal afirmação pode ser considerada verdadeira no Mato Grosso ao avaliarmos a crescente expansão da fronteira agrícola para uma nova área “a ser conquistada” e através dos contínuos incentivos do Estado, mesmo à custa do desmatamento. Associado a isso temos ainda no Mato Grosso, contribuindo significativamente para a intensificação e agravamento do desmatamento no estado, a representação social que os produtores de soja possuem da natureza.

Tendo em vista que o fortalecimento do discurso apresentado pelos produtores de soja poderia legitimar um aumento da devastação ambiental e a desqualificar a atuação de grupos ambientalistas, a presente dissertação teve como propósito investigar tal discurso e suas repercussões práticas, assim como, a lógica, as contradições e as motivações que o fundamentam.

Espera-se com isso proporcionar mais elementos para futuras análises e suscitar novas reflexões acerca dessa importante temática.

ANEXOS

Anexo I - Roteiro das Entrevistas

1- Perfis e Trajetórias

- a) nome
 - b) estrutura familiar
 - c) região de origem
 - d) Exercia alguma produção rural anterior? Se sim, que tipo de cultivo? Onde?
 - e) Rede de relações (banco, produtores, associações).

2 - Lugar e Produção

- a) Porque a escolha do MT como lugar de cultivo e pelo produto cultivado (soja)?
- b) Quando começou a cultivar a terra já estava preparada ou teve muito trabalho no preparo? Que tipo de mão de obra utilizou nesse momento?
- c) Uso de tecnologias. Quais as tecnologias adotadas? O que motivou a escolha destas e não de outras?
- d) Quais os custos de produção?
- e) Relação com Estado. Você está satisfeito com as ações do Estado para o setor?
- f) Motivo de ter entrado para política e sua relação com a agricultura.
- g) Porque escolheu a agricultura e não a indústria?
- h) Você se considera um pioneiro?

3- A natureza

- a) Vocês já tiveram problemas com ambientalistas? Quais?
- b) Existe um projeto no senado, proposto pelo Senador Jonas Pinheiro, para retirar Mato Grosso da Amazônia Legal. Você acha o projeto consistente? Concorda com ele?
- c) Que implicações práticas a retirada do Mato Grosso da Amazônia Legal teria?
- d) Que tipos de solo ou ecossistema você considera mais férteis e próprios para a agricultura?

- e) Que tipo de semente você utiliza e considera mais adequada ao plantio?
- f) Existe uma hierarquia de ecossistemas? Se sim, quais são mais dignos de se preservar e quais não?
- g) Qual é a função da agricultura?
- h) O que acha do artigo 5º(parágrafo XXIII) da Constituição Federal que define a função social da propriedade rural?

Anexo II

Entrevistas: José Puppim (20/07/2007).

2- Perfil e Trajetórias

“Meu nome é José Puppim minha empresa agrícola é uma empresa familiar sou eu o detentor.

Minha região de origem é Maringá, Paraná. Minha formação é a de engenheiro industrial, cursei em São Paulo e vim pro MT, chegando aqui em 1981 embora com um histórico em Maringá onde toquei propriedades agrícolas junto com meus pais, antes exercia atividade de engenharia lá em São Paulo. Trabalhei, bati cartão – uma história muito bonita e envolvente que eu tenho muito orgulho.

Exerci então, como acabei de relatar essa atividade no Paraná, e que lá o cultivo era de soja, cultivo de café, cultivo de menta, hortelã, e nas regiões circunvizinhas de Maringá, Itambé, Campo mourão, Guaraçu, e hoje é considerado referencial nesses segmentos. Além de soja, eu exerci a pecuária lá no Paraná iniciando, e aqui no MT em seguida, onde eu trabalhando com muito desafio, porque é uma atividade desafiante mesmo, e só será elevada se nós mudarmos a sistemática, que é uma raridade no MT, mas que estamos mudando este cenário como vou relatar adiante nos itens que estão assim enumerados.

A filiação que eu possuo. Tem uma cooperativa que sou sócio, e que me dedico intensamente– a Cooperfibra – localizada em Campo verde, e também temos a Cooperbio que agora vai produzir o biodiesel e a entidade que nos dá cobertura.. no segmento ... a AMPA que todos os produtores do algodão estão assim filiados e que significa associação mato-grossense de produtores de algodão e, aliado a ela está o Instituto Algodão Social, que sou o presidente e que tem a finalidade de dar cobertura, orientação, dar normativas, ensinamentos e todo suporte necessário para que o agricultor, o empreendedor tenha um suporte e um entendimento das normativas do ministério do trabalho e envolvendo, nessa segunda etapa os ensinamentos básicos do meio ambiente e onde vai dar o selo “algodão social” às atividades que assim procederam corretamente com as orientações”.

2- Produção

“Mato Grosso na época de 1981 que vim pra cá, após uma peregrinação nos EUA. Antes de me casar, era engenheiro industrial trabalhei em São Paulo e fui para os Estados Unidos onde me estruturei nas minhas diferenças e nos meus questionamentos sobre a agricultura e lá vi um cenário muito positivo das grandes propriedades em destaque o milho e a soja. Me dediquei a soja pra essa região, região vasta, que foi minha referência, e não ao milho, pois se tratava de uma commodity que não tinha seu valor significativo aqui na região, e o transporte já era oneroso na época(milho).

Quando cheguei aqui na região encontrei a propriedade já aberta, uma propriedade que já tinha começado, uma propriedade de 8.500 hectares, que já estava plantando 2.000.

Pessoal da região, pessoal ribeirinhos, cuiabanos, como os natos assim dizem, não havia nessa localidade, não havia... Regiões aonde eu tive conhecimento haver essa população elas foram remanejadas, saíram dessas atividades, vieram para a cidade onde os familiares estavam. Lá tinham uma vida sub humana com a pecuária muito rudimentar... não cortavam a grama correta, e sim jogavam o cerrado...e a limpeza, pra conservar o gado, colocavam fogo, sistema muito arcaico e que não sobreviviam a esses parâmetros e critérios de produtividade. Na minha vinda pra cá essas áreas já haviam sido ocupadas pelos meus antecessores.

Quando vim pra cá se a terra já estava preparada e se tive muito trabalho? Sim, realmente... tudo aqui no Mato Grosso foi muito difícil muito oneroso, a estrutura para os empreendedores era muito precária, quer seja na mão de obra, quer seja nos maquinários, oficina...e tudo foi conseguido com muito trabalho, dedicação, muito suor, e a razão dos meus 33 anos, que eu cheguei aqui (idade de Cristo) e hoje eu com 57 anos dedicados intensamente a essa atividade.

Eu só consegui meus êxitos graças ao meu pai falecido há 2 meses, a minha determinação em vencer esses propósitos e a ajuda da minha esposa que me deu suporte.

Uso de tecnologias. “O Uso de tecnologias é um fato consumado na nossa atividade, que a gente só consegue sobreviver se usar tecnologia, por se tratar de uma commodity, que é globalizada, é regida pelos mercados internacionais, e para você estar inserido neste mercado você tem que estar com tecnologia de ponta, e assim terá condições de competir com nossos

amigos americanos, os argentinos e de outras localidades, caso contrário pereceremos seguramente”.

Custo de produção. “Hoje é muito complicado. Os custos de produção praticamente estão empatando... nossos níveis estão empatando pra trabalhar, entende, se você tiver um deslize seu número fica negativo. Trabalhando bem... como nos tivemos uma ferrugem, um fungo, teve um impacto significativo nas nossas contas, finanças...o custo da soja se elevou significativamente comprometendo nossa produtividade e logicamente o custo de produção. Anteriormente estávamos mais confortáveis, hoje temos que ser muito bons para nos empatarmos nesses desafios. Esperamos as pesquisas que falam pra mim sobre uma nova variedade que pode nos dar uma margem, uma segurança nesses custos.”

Relação com estado. “Sim, o estado poderia fazer muito mais pra nós, nossa logística atual esta altamente comprometedora, pois nossos produtos são relevantes. Reconheçamos o esforço que nosso governador Blairo esta fazendo, mas o conjunto esta prejudicando muito produtor. Por mais criativo que ele, seja o Estado poderia favorecer e dar mais subsídios para que o lucro seja inserido nesse processo do produtor”.

Organismos do Estado. “Para nós produtores o que tem nos auxiliado... são nossas associações de classe, a Famato que é um poder representativo, nos representa com grande significado; a associação dos produtores de algodão, a Associação dos produtores de soja, são os que tem falado e nos dado suporte nesses nossos questionamentos de preço, incentivo, enfim, nesse conjunto todo, porque outros órgãos não estão favorecendo o grande produtor. E logicamente como o cenário é estruturado no grande produtor, os menores são menos ainda, ou seja, não há clima para que isso aconteça... favorável aos pequenos também”.

Pergunta: Então você não se sente representado por nenhum órgão do governo, nenhum ministério?

JP: “Nenhum ministério. Todos esses ministérios eles são assim... não sei...dão um a imagem negativa para o grande empreendedor...da um sensação que nós incomodamos o desenvolvimento do MT e o desenvolvimento do Brasil.

Dá entendimento talvez também até que o grande produtor do MT seja um problema para o Estado, embora provocamos situações de serviço social, envolvimento, tudo para que isso seja fortalecido... e ficamos até triste porque nos entregamos ao processo produtivo e queremos que

todos sejam ganhadores...quer sejam os trabalhadores, quer seja o Estado, todo o conjunto. Que se assim for, todos nós seremos grandes”.

Porque a agricultura e não a indústria?

JP: “Eu tenho formação em engenharia industrial, conhecedor da indústria, sei suas limitações. Tenho formação na agricultura, meus pais foram agricultores fui criado dentro da fazenda. Na época falavam sítio...minha mãe muito trabalhadora, criava galinhas...até hoje tem essa tradição. Então, meu berço é a agricultura, a gente tem uma afinidade, a gente adora, a gente gosta, a gente vibra com aquela planta crescendo, e na hora da colheita. Até hoje os ensinamentos que eu prego aos meus comandados, a orientação, pois eu sou responsável por todas as ações que ali acontecem, é que a contemplação daquela planta que é o desafio que eu tenho com a fundação no MT que esta dando uma assessoria numa fazenda em Jacyara...

È uma mensagem que eu assino, pronuncio, e que é referencial...eu quero contemplar, eu quero ver, quero entender essa planta...porque que ela produziu pouco, porque ela produziu muito, eu quero entender. E isso é tão gratificante, tão enobrecedor, que contagia todos que estão no processo”.

Pioneiro. “Não digo que sou pioneiro. Eu sou trabalhador nato nesses processos desafiantes. Tudo o que é um desafio nós temos que ser enobrecido. Todos os desafios são trampolins para nossa eficiência. O desafio quando você tem ele em mente esse trampolim, você busca a eficiência e vira um guerreiro, um batalhador”.

O MT hoje esta numa mudança significativa no que era para as novas realidades, então todos os meus colegas são pioneiros...

Novas Fronteiras. “A pecuária é um dos grandes desafios que esta aí pra acontecer porque esta mudando de mão. Esta mudando para o agricultor. Então ele tem toda a sistemática de ração, de proteína, e outro desafio que é a rotação de cultura nas suas atividades. E a pecuária é um modelo econômico que se encaixa perfeitamente.

O algodão, por exemplo. Você tira a pluma e fica o caroço. Esse caroço, num processo que já está inserido no nosso segmento, se prensa - faz a prensagem - e retira-se o óleo. Tecnologias modernas retorno significativo em torno de 15% e esse óleo será transferido para um a indústria que recém implantamos que será inaugurada em outubro – Coperbio – que será onde

faremos o biodiesel usaremos em nossas máquinas. Teremos nesse processo produtivo o combustível que hoje está muito caro, em torno de um dólar.

Esse desafio da pecuária o produtor irá constituir o frigorífico... e vender o produto pronto para a comunidade europeia, sem intermediação. E nós com o algodão, os resíduos da soja (etc.) tudo isso será transformado em proteína vegetal, em proteína animal e será direcionado ao mercado consumidor europeu logicamente certificado... a procedência desse animal, então vamos ter um diferencial significativo”.

3- Agricultura e natureza

a) Vocês já tiveram problemas com ambientalistas? Quais?

“Sim, todo mato-grossense já teve problema com ambientalista, se não teve problema não é mato-grossense”.

b) Existe um projeto no Senado, proposto pelo Senador Jonas Pinheiro, para retirar o Mato Grosso da Amazônia Legal. Você acha o projeto consistente? Concorda com ele?

“Sim é uma realidade, nos praticamente não estamos na Amazônia isto é um entendimento segundo os ambientalistas. Eu concordo plenamente com o senador e dei votos para que isso acontecesse. Nós estamos mais alinhados com Goiás, com Mato Grosso do Sul, com a Bahia, que são nossas realidades.”

c) Que implicações práticas a retirada do Mato Grosso da Amazônia Legal teria?

“Nada implicaria...”

d) Que tipos de solo ou ecossistema você considera mais férteis e próprios para a agricultura?

“Os solos mais apropriados à agricultura são os solos argilosos, (...) a razão de que eles são abertos numa primeira instância, num primeiro momento, ficando os arenosos para uma segunda fase, a valorização da terra. É sabido que esses solos arenosos têm uma boa utilização para a pecuária embora tenha que ser muito bem preparado e sofre limitações na época de seca”.

e) Que tipo de semente você utiliza e considera mais adequada ao plantio?

“Hoje plantamos alguma coisa de semente transgênica de soja, o algodão ainda é muito fraco em transgenia, e plantamos as sementes normais que são variedades tem boa produtividade, boa performance, um resultado positivo”.

f) Existe uma hierarquia de ecossistemas? Se sim, quais são mais dignos de se preservar e quais não?

“Sim, os ecossistemas que deveríamos proteger são aqueles que não cultivamos para a agricultura, não está apto para esse fim. No caso aqui do MT o que deveria ser respeitado seria o Pantanal, um lugar muito prazeroso, bonito, gratificante, tem uma fauna e uma flora bem adequada. E as montanhas essa parte que não tem utilidade prática de mecanização, tem que ser conservadas”.

g) Qual é a função da agricultura?

A função que ela tem é a de produção de alimentos a preços que satisfaçam o consumidor, a qualidade que satisfaça o consumidor, e se tratar de uma commodity ela tem um preço globalizado e que tem que remunerar os investidores que estão na atividade, por se tratar de propriedades grandes, elas que alavancam toda a economia agrícola. A agricultura de subsistência não traz resultados significativos nesse cenário.

A agricultura é muito positiva nesse sentido, e o agricultor tem que trabalhar muito, hoje tem que muito eficiente, então a agricultura esta direcionada hoje a tecnologia de ponta e eficiência.

h) O que entende por uma agricultura moderna?

È uma agricultura como acabei de relatar. Uma agricultura de alta eficiência nos moldes que se trata máquinas modernas, profissionais competentes, sementes de qualidade, transgenia que é uma pratica que devemos adotar, seguir, introduzir com maior brevidade...já estamos com atraso em relações a nossos amigos de outras localidades os argentinos, americanos, europeus, indianos, chineses ...devemos trazer com brevidade essa prática da transgenia e deixar as picuinhas e certas reservas para traz.E, além disso, os herbicidas, toda essa tecnologia é bem vinda e devemos abraçar.

i) Em sua opinião a agricultura “agride” a natureza? Pode justificar a resposta?

Ela agride a natureza se não for tratada nos moldes econômicos respeitando as limitações que são impostas. Você trabalhando dentro dos parâmetros, ela é uma agricultura

sadia, saudável. E que seria bem vinda a biotecnologia que daria resultados significativos a nossa propriedade, os defensivos seriam diminuídos significativamente”.

j) O que acha do artigo 5º(parágrafo XXIII) da Constituição Federal que define a função social da propriedade rural?

“Uma realidade.Toda propriedade rural, toda indústria, toda propriedade ela é sócio econômica, isso só não vê quem não quiser ver. Ela tem a função social, mas ela não é social. Ela é socioeconômica porque quem esta lá quer ganhar dinheiro. Quem é que vai pagar?o governo? a Igreja? não vai pagar, não tem significativo nenhum função social... não existe... ela é socioeconômica...porque ela tem que trazer resultados pra depositar o fundo de garantia, para pagar salário do funcionário, tem que remunerar o investidor, o banco que financiou que acreditou nessa atividade...então ela é socioeconômica”.

Entrevista com Seu Giovane - Campo Verde (14/08/2007).

1-Perfis e Trajetórias

“Eu sou nascido em Minas, criado em Goiás e vim pro MT pra estudar, daí minha família ficou por aqui mesmo. A minha família é tradicional do meio rural, em Minas é assim. Tivemos esta tradição na nossa criação.

Lá era totalmente diferente, Eram pequenas áreas. Agricultura de subsistência.

Eu escolhi a soja porque foi à cultura que entrou primeiro no cerrado, né?Entrou em larga escala no estado. Talvez nem tanto por opção mais por necessidade de momento da economia e de mercado.

2 - Lugar e Produção

Custos. Na soja se tem mais ou menos uns 40% dos custos, uns 20% de insumos e o restante ficaria em mão de obra, colheita...

Eu planto 300 hectares, mas de soja mesmo 120 hectares. O resto é de algodão.”

Tecnologias. Plantio Direto, e plantio com plantadeiras, colheitas mecanizadas, que é a tecnologia que se usa para o cerrado.

Você está satisfeito com as ações do Estado para o setor?

Eu acho que esta ruim. Acho que tem que melhorar em termos de política agrícola

Fronteira. Cana de açúcar

3- A natureza

a) Você já teve problemas com ambientalistas? Quais?

Não.

b) Existe um projeto no senado, proposto pelo Senador Jonas Pinheiro, para retirar Mato Grosso da Amazônia Legal. Você acha o projeto consistente? Concorde com ele? Que implicações práticas a retirada do Mato Grosso da Amazônia Legal teria?

Não concordo. Acredito que boa parte de MT é dentro da Amazônia que é área de influencia da Amazônia.

d) Que tipos de solo ou ecossistema você considera mais férteis e próprios para a agricultura?

“Seria, na verdade, o solo de mata. O solo do cerrado é um solo que produz, mas você tem que trabalhar muito ele. O tipo que solo mais apropriado seria aquele solo lá do Paraná, de terra Roxa, bastante argilosa de fertilidade natural boa. Não é o caso nosso aqui do cerrado... Tem que trabalhar o solo, investir nele para que ele produza. De imediato você teria um solo produtivo nessas áreas de mata sem muito investimento, a não ser o desmate”.

e) Que tipo de semente você utiliza e considera mais adequada ao plantio?

“A semente de boa qualidade é a semente que já vem certificada do laboratório, semente fiscalizada...que agente chama...com poder de germinação bom, vigor bom

A gente procura semente nesse padrão aí, que seja fiscalizada pelo laboratório de análises de semente e também com bom poder de germinação”.

f) Existe uma hierarquia de ecossistemas? Se sim, quais são mais dignos de se preservar e quais não?

“Existe. As matas ciliares que são pequenos ecossistemas para nós aqui tem que ser preservadas. Apesar de que já tem muitos que já foram desmatados até chegar no leito do Rio. Mas a gente acha que esses ecossistemas tem que ser preservados. As áreas que não plantam tem que atentar para que venham abrigar a fauna e a flora diversificada e a nossa Amazônia. São ecossistemas que vem a ajudar nós. Se nos preservarmos as nascentes, as matas ciliares –

que tem muito ainda - e recuperar as que já foram desbravadas, a gente tem ainda um clima saudável para nós todos.”

g) Qual é a função da agricultura?

“A função da agricultura é produzir alimentos para o mundo, matar a fome do mundo. Essa é a grande tacada da agricultura é manter a sobrevivência do mundo. Sem ela nos não vamos sobreviver. Se está agredindo o meio ambiente ou não cabe a nós agricultores sermos conscientes e fiscalizarmos para que o mundo tenha alimento adequado mas que não agrida o meio ambiente.”

A agricultura agride a natureza?

Às vezes eu acredito que sim, Mas na maioria das áreas não agride, pelo contrário ela mantém a natureza. Nós estamos desenvolvendo o plantio direto...e isso já mudou demais...

Plantio direto é você não gradear a terra, voce usa

Isso vem ajudar na as raízes... esta destruindo o sôlo

Antes se gradeada, com grade, expõem o solo aos interperies do clima, e mata a microfauna do solo...melhora as condições do solo

Se bem plantado pelo contrário, não agride, preserva o meio ambiente.

O que é agricultura moderna?

“É uma agricultura que trabalha com tecnologia de produção, usando plantio direto, sem agredir o meio ambiente, produzindo de variedades produtivas, em pequenas áreas, e você condições as vezes dobrar sua produção utilizando tecnologia de produção, ou seja, com variedades produtivas, adubação mais equilibrada, plantio na época certa, colheita na época certa...então você teria aí uma agricultura bastante moderna em relação aquilo que se cultivava antes, manualmente, sem visar produtividade. Porque hoje se visa muito a produtividade, então por isso se está modernizando a cada dia as máquinas...”.

h)O que acha do artigo 5º(parágrafo XXIII) da Constituição Federal que define a função social da propriedade rural?

“Eu já ouvi falar desse artigo.

Mesmo produzindo você esta preservando a terra, pois você esta melhorando ela. No nosso caso então, que é cerrado, você pega um cerrado improdutivo e ele passa a ser produtivo. Então se você cultivar nele 10, 20, 50 anos a cada ano você estará acrescentando um pouco mais de matéria orgânica, de adubo, de nutrientes no solo, eu considero que você

estará preservando a terra e não destruindo...desde que utilize essa tecnologia que utilizamos hoje, que é o plantio direto sem agressão ao meio ambiente.

No geral, preservar ela é dar condições de produção sem destruí-la. É a cada ano você melhorar a terra”.

Transcrição da entrevista Seu Ricardo Roberto (Sapezal).

Trajetória

“Sou de família de agricultor, meu pai era analfabeto e queria dar colégio para os filhos. Meu pai saiu do Uruguai e vinha pra cidade comprar sal, comida, etc.

Largou tudo que tinha ali porco, casa, chiqueiro e foi para no Rio grande do sul, perto da cidade, entrou no mato com a ajuda do governo e deu estudo para os filhos. Meu pai teve 14 filhos e nos fomos crescendo e um tomando conta do outro, nós íamos pra roça como pai carpir, desmatar, e fazer comida para os outros, pão.

Eu queria estudar para padre, mas era gago, então fiquei na roça mesmo.

Mas aí pedi pra ele e fui, mas fiquei três anos lá, aí fui embora, e voltei pra casa do pai. Depois fui fazer admissão para escola rural e passei com 18 anos. Eu passava na beira da estrada e via aquelas fazendas bonitas e pensava que um dia eu ia ter uma fazenda.

Me formei professor rural, dei aula no primário, depois comecei faculdade de estudos sociais, ms não terminei pois não agüentava mais dar aula(...).Me formei técnico agrícola. Depois dei aula no ginásio.

Depois me casei (que é minha esposa ate hoje) e como eu tinha aquela ambição de ter uma fazenda vim pro Mato Grosso. Aqui no MT – foi governo militar que desenvolveu o Mato Grosso, não vamos tirar o mérito de ninguém, mas no tempo dos militares se dizia assim: Ocupar para não entregar.Não entregar para os americanos...

Meu sogro faleceu no sul e nós herdamos uma terra, nós vendemos aquela terra no RS e viemos para o MT, eu vim na frente com dois meninos, em 1980.

Eu calculo que sou o décimo morador de Sapezal que entrou naquela época. Meu vizinho mais próximo pro lado norte era 90 km, e era o primeiro e último vizinho pro norte.

Isso aqui era tudo cerrado, cidade ainda não existia, não tinha nada. Mas eu vim pra cá com aquela esperança de ter uma fazenda um dia, dar estudo pros filhos e no fim da vida ter um recurso sem depender de muito, não passar miséria.

Então, eu e minha esposa lutamos toda essa vida pra ter na velhice um recurso. Hoje tenho 62 anos, 26 que estou aqui em Sapezal. Cheguei aqui dia 7 de setembro às cinco horas da tarde trouxe cinco peão, para abrir e formar a fazenda. A terra aqui era tudo cerrado.

Porque escolha do MT?

Naquela época no sul terra era caro (...) e aqui comprava bastante terra. Nosso objetivo era ter terra para expandir e crescer. Compramos 2000 hectares de terra. Sofremos e ficamos 4 anos sem plantar nada pois o banco em Diamantino não financiava pois dizia que aqui era longe para ele financiar e que aqui ninguém ia plantar e ninguém ia colher.

Temos que dar muito valor pro Incra e pro governo militar. O governo abria estradas. Se você entrava numa terra do governo, devoluta, você podia abrir e vinha o Incra media e te tava o documento.

A minha mulher dava aula em Diamantino e, um dos chefes de Diamantino, a mulher dele era secretária de educação. E nós conversando um dia dizemos que não temos título, não tinha nada e o Incra ligou pra Brasília e mandou despachar naquele dia. Falaram com Brasília com radio amador. Não tinha telefone.

Então eu tive muita sorte.

O que o senhor planta hoje?

Eu planto soja (1000 ha), milho safrinha, arroz, feijão.

Que tecnologia que o senhor usa na produção?

Bom, eu tenho assistência agrônômica e planto conforme a instrução do agrônomo. Adubo, semente, correção do solo, fungicidas, preservando o meio ambiente, reserva legal tem. Tem mais área ainda pra abrir mas nos não vamos abrir, vamos preservar. Lá tem porco do mato, veado, onça, paca, cutia, lagartão, jacaré, sucuri, etc. E nós não caçamos.

Ações do governo federal.

È o cambio que nos esta matando, esta acabando com nós, esta apertando (...).Dinheiro para financiar tem, as regras são muito boas, mas na hora de vender não vale nada.

E nós não temos esperança no governo do Lula.

Algum órgão do governo.

O governo mais atrapalha que ajuda.

Fronteiras agrícolas. Vai perdurar a soja, não vai acabar nunca, o algodão não vai acabar, mas ó algodão só quem tem muito recurso para plantar; está vindo à cana novamente, e esta voltando pra ficar pro resto da vida por causa do álcool, do meio ambiente.

Por que a Soja

Eu queria criar gado, mas gado não deu... A soja porque é onde se tem recursos ...as trade, são multinacionais, dão muito dinheiro pra se plantar a Bungee, Cargil, a Amagi hoje ...elas precisam da soja e nos precisamos do dinheiro para plantar.

E o senhor já esta usando a semente trangênica?

Hoje eu ainda não estou usando, mas futuramente a gente vai ter que plantar... eu plantei o ano passado, é muito boa de trabalhar só que hoje aqui ninguém compra soja trangênica. Nós vendemos aqui para a Europa e eles preferem a soja convencional.

Agricultura e natureza

O senhor já teve problemas com ambientalistas?

Não. Não tem, isso não tem...os ambientalistas são pagos pelos americanos para nós não aumentarmos nossa produção de soja.

Existe um projeto no Senado, proposto pelo Senador Jonas Pinheiro, para retirar o Mato Grosso da Amazônia Legal. Você acha o projeto consistente? Concorda com ele?

È ótimo tem que tirar. Amazônia legal é só o Estado do Amazonas, e nós não somos Amazônia. Somos parte da bacia amazônica, mas não somos parte do mesmo ecossistema, florestas, é outro mundo, Mato Grosso é outro mundo do Amazonas, tem que tirar porque senão essas ONGs.....apesar de que hoje elas estão se unindo com a Aprosoja. Quem não pode ir contra se alia.

Essas coisas que dizem contra a soja daqui uns 4 ou 5 anos não vai mais existir. A Aprosoja quer reorganizar o MT a plantar soja e todo mundo preserva os rios. Esse negócios que os caras falam lá em cima de que a soja destrói é mentira não é verdade

d) Que tipos de solo ou ecossistema você considera mais férteis e próprios para a agricultura?

Os melhores solos são os argilosos, que tem mais argila. O mato grosso não é terra de agricultura, é mista, arenosa, mas tem que cuidar dela.

f) Existe uma hierarquia de ecossistemas? Se sim, quais são mais dignos de se preservar e quais não?

Bom, em MT tem que preservar as margens do rio, conservar os rios limpos, em Sapezal a maior parte preserva a reserva legal e a APP (área de preservação permanente). Deixar as áreas obrigatórias os 20% e respeitar isso aí. Se alguém desmatar um pouquinho mais, vamos reflorestar, essa é a obrigação nossa. Pois o MT todo é bom para plantar...

g) Qual é a função da agricultura?

È produzir alimento pro mundo. O mundo passa fome. Só que no caso da soja nós não comemos muita soja, não fomos educados pra isso. E também é erro do próprio governo, porque se quiser dar comida barata pra o povo manda estalar fabricas de transformação de soja. Esse mundo de soja vai pro estrangeiro...ninguém como soja com arroz...mas o governo deveria ter fabricas pra produzir comida pra esse povo aí comer.

h) O que entende por uma agricultura moderna?

È usar tecnologia e fazer produzir em menos áreas mais quantidade de produção. Com tecnologia numa mesma área e aumentar a produção em 20% ou 10%.

i) Na sua opinião a agricultura “agríde” a natureza? Pode justificar a resposta?

Não, agricultura é a salvação da natureza. Agricultura está tudo verde, tudo verde, bonito, verde e ajuda a natureza, olha quanto oxigênio produz nesse mundo aí de verde. Agríde coisa nenhuma. Agricultura é a salvação da natureza você tira aquele cerrado velho e seco, né?E aí esta tudo verde bonito, até dezembro, janeiro, uma exuberância...é uma beleza pra natureza.

Anexo III - Entrevista com o senhor Paulo Borges, engenheiro florestal, responsável pelo Instituto Ação Verde. Realizada dia 11/01/2008 na sede do Instituto na FIEMT (Federação das Indústrias de Mato Grosso).

Queria se o senhor falasse um pouco como surgiu a idéia de criação e idealização do Instituto Ação Verde.

O setor produtivo do estado tem uma grande preocupação com os produtos que estão sendo produzidos no estado, não só a soja, mas o Biodiesel, algodão, energia, carne, enfim, tudo o que se produz no Mato Grosso hoje, e MT é um dos maiores produtores do mundo em relação a alimentos, tem um peso muito grande.

Começaram a criar barreiras...Qual a forma que eles acharam para barrar isso? Começaram a criar algumas barreiras, principalmente nos países europeus, restrições aos produtos produzidos no Mato Grosso alegando, com base em informações distorcidas principalmente por algumas ONGs internacionais, de que tudo o que se é produzido aqui vem de uma fonte ambientalmente incorreta. Que o gado que se produz aqui é oriundo de um desmatamento clandestino, que a soja também, enfim... Qual foi o grande motivo que levou a constituição da ação desta ong? Bom, já quer existem ongs internacionais que vem aqui falar do que estamos falando de errado, vamos criar uma ong para saber o que estamos fazendo de bom, de certo.

Na realidade o Instituto Ação Verde nasceu como um contraponto às informações distorcidas que levam do Estado de Mato Grosso, e do país a respeito do que esta sendo feito aqui. Mas este contraponto não é simplesmente do boca a boca, mas com ações práticas, com projetos, buscando nossa sustentabilidade e fazendo com que Mato Grosso torne-se um estado, com o grande potencial que tem, um Estado que produza sim. A busca de tudo é pelo desenvolvimento sustentável. A nossa riqueza é enorme, (MT) é um dos poucos estados que tem os três biomas dentro dele, tanto pantanal, quanto cerrado como Amazônia. Se formos dividir isso 42% dos estado é de floresta amazônica, é considerado Amazônia legal, e os outros 52% é de cerrado e pantanal.

Só pra você ter uma idéia, Mato Grosso hoje com tudo o que ele produz, sendo o maior produtor em quase tudo, ele utiliza apenas 34% da área territorial do estado, dos 9 milhões e

poucos mil hectares que nós temos apenas 34 % encontra-se usados na produção. Nós temos 66% reservados no nosso estado, então é muito inconveniente o que se fala do nosso estado. Também Não podemos ser hipócritas a ponto de falar que não existe desmatamento ilegal, crimes ambientais absurdos, a ONG é contra tudo isso e vamos defender isso.

As oito instituições encabeçadas pela Aprosoja, pela Federação das Indústrias, que são talvez os dois maiores pesos no Instituto, resolveram se unir e chamaram as outras partes do setor produtivo (por exemplo, hoje, a nossa preocupação é com a madeira, a FIEMT absorve praticamente todos os sindicatos do setor florestal).

Eles se reuniram, entraram em contato com as outras instituições formadoras da Ação Verde: a FIEMT (federação das Indústrias), a FAMATO (Federação agropecuária de Mato Grosso), a Aprosoja (associação dos produtores de soja), a AMPA (do algodão), o Sindalcol (do álcool), Sipem (da madeira), Sincremat (geração, comércio e construção de energia) e a Acrimat (pecuária). Toda a diretoria da Ação verde é composta por um representante de cada instituição, o presidente da federação das Indústrias é o presidente da ONG, um dos diretores é o Glauber Leite, que é o presidente da Aprosoja, etc.

Enfim, cada instituição cedeu um membro para a diretoria da ONG. Eu sou o responsável técnico da instituição.

Essa diretoria se reúne sempre?

Se reúne uma vez por mês para traçarmos as diretrizes...vai ter agora no início de fevereiro a primeira reunião do ano, que o instituto esta desenvolvendo seus primeiros projetos. Nós temos um muito projeto ousado, um grande desafio que é recuperar e preservar 100% das matas ciliares dos principais rios do estado de Mato Grosso até 2020. Estamos começando agora com o rio Cuiabá, e só nesse rio vão ser plantados algo e torno de 10 milhões de mudas de árvores nativas. O objetivo é recuperar nas margens do Rio Cuiabá cerca de 2 mil hectares que encontra-se em áreas de preservação permanente degradadas. Todos esses projetos estão sendo apoiados com projetos de educação ambiental, por exemplo o Rio Cuiabá, são oito os municípios que utilizam diretamente a água do rio Cuiabá, então escolas destes oito municípios e empresários destes oito municípios vão fazer parte desse projeto de recuperação. Nós vamos envolver toda a comunidade desses municípios por que a idéia não é só plantar a arvore, vários exemplos mostram que não surte resultado esperado, mas é mudar um pouco a consciência

ambiental dessas pessoas dizendo que é possível sim continuar produzindo, continuar crescendo mas com sustentabilidade.

Vou falar um pouquinho da Aprosoja que talvez seja seu maior foco.

Cada instituição se preocupa além das ONG e se unir e criar essa ong, cada instituição esta fazendo a sua parte. Um exemplo é a Aprosoja lançou agora na última Conferencia das Nações Unidas, em Bali, o projeto “Soja mais Verde”. O que é esse projeto? Esta sendo feito um levantamento e já se tem dados preliminares de todas as propriedades dentro do MT que se produz soja. A situação atual de cada propriedade dessa com relação ao passivo ambiental. Através disso, desse censo, via imagem de satélite vamos ter em mãos algo em torno de 50 mil hectares ou 50 milhões, acho que é 50 mil hectares de APP (área de preservação permanente) degradadas dentro das áreas que se produzem soja.

Então a “Soja mais verde” o objetivo final fazer com que toda soja produzida dentro do estado de Mato Grosso seja oriunda de áreas sem passivo ambiental, áreas que estejam de acordo com a legislação ambiental vigente no estado, com relação principalmente as áreas de reserva legal, que todas devem ter, e as APP (áreas de preservação permanente) que não podem ser de forma alguma compensada, têm que ser recuperadas.

Muito interessante esse levantamento...

Então, hoje nós já temos catalogados todas as areas que produzem soja, todos os produtores de soja do estado de MT.

As outras instituições nesse projeto da “Soja mais Verde “...estão o pessoal da Aprosoja, a TNC (The Nature Conservation) e a Ação Verde, nós três estamos desenvolvendo este projeto, então o Instituto vai ser o porta voz de todas essas instituições, cada qual dentro da sua área...e fazendo um trabalho todos juntos pelo bem estar social da população mato-grossense...e esta levando a informação às pessoas que vêem o MT apenas como destruidor.

No caso desse levantamento por satélite, os produtores que chegaram a desmatar APP, é o Instituto Ação Verde que chega até eles e explica a situação?

Esse levantamento foi feito através de dados da Secretaria estadual de meio ambiente (SEMA). Aqui dentro do MT todas as áreas têm que ser licenciadas tem que fazer a LAU (Licenciamento ambiental único). Hoje 30% do estado, 30% das propriedades do MT já se

encontram licenciadas ou em processo de licenciamento, então esses dados preliminares são extraídos da SEMA e de uma empresa terceirizada a Tecnomapas, que fez o levantamento.

Querida que você me explicasse melhor essa questão da licença ambiental...

O que é a licença ambiental? É uma lei estadual que todo imóvel rural dentro do estado do MT independente de soja, ou se você planta cana, ou explora madeira...ou que você faz...essa propriedade tem que estar licenciada dentro do estado. O que é o licenciamento? É um inventário da sua propriedade...nós vamos levantar através de carta imagem tudo o que encontra-se dentro da sua propriedade.

Vamos supor que eu tenha uma área de 1000 hectares lá na região norte do estado, que pelo zoneamento está depois do paralelo 13 e é considerado Amazônia Legal. Hoje a lei diz que as áreas de floresta têm que ter 80 % de reserva legal e 20% apenas de produção.

Eu, proprietário dessa área, (1000 hectares) planto soja em 400 hectares da minha área. Nessa minha área correm alguns rios, alguns córregos e na hora em que eu contrato um profissional, um engenheiro florestal para elaborar a minha LAU, ele pega as coordenadas geográficas da minha propriedade, joga dentro de uma base imagem fornecida pelo INPE (Instituto Nacional de pesquisas espaciais) atualizada, e essa imagem de satélite vai me passar todo o retrato da minha propriedade... “Seu Paulo o senhor tem uma área de 1000 há e poderia derrubar 200ha, o senhor tem 400 abertos...então 200ha esta com problema. Dentro da mata ciliar as áreas de preservação permanente (APP) que é em torno dos rios, córregos, nascentes o senhor desmatou o senhor não protegeu...então o senhor tem x áreas de APP degradadas...”

Então esta bom, eu protocolo um projeto dentro da SEMA (de licenciamento). Para ela me fornecer o licenciamento eu tenho que me enquadrar na legislação atual. Então vou ter que fazer um PRAD (Projeto de recuperação de área degradada) que é o que os produtores de soja vão fazer nesse projeto “Soja Mais Verde”, em todas as propriedades...

A recuperação pode ocorrer simplesmente com regeneração natural ou com plantio (que é mais indicado para acelerar o processo de recuperação).

Com relação aos 200 hectares a mais que “eu” derrubei existe um impasse nisso tudo...até 1999 eu podia derrubar 50 % da minha área. A constituição mudou ou o código ambiental estadual mudou depois disso, então, existe uma briga com quem derrubou antes disso...

Mas enfim, se eu derrubei depois disso (depois de 1999) existe duas formas de resolver o problema. Ou eu planto em 200 hectares, coisa que ninguém faz (a minha área já é pequena...) ou então eu compenso essa reserva em uma outra área dentro da mesma microbacia (uma região próxima com as mesmas características de vegetação). Essas áreas podem ser dentro de unidades de conservação, que o estado demarca, e eu pago para o estado, o valor que eles cobram por hectares, para ele me ceder 200 hectares dessa unidade de conservação para eu compensar a minha área, ou eu posso comprar de um particular que só usa sua área para manejo, não derruba nada...pode vender pra eu compensar.

Existem produtores que não são cadastrados na APROSOJA....

Infelizmente, esse é um problema que nós vamos enfrentar pois existem muitos produtores não cadastrados na Aprosoja.

A nossa briga é que os países compradores não tenham restrições ao nosso produto. Nós vamos querer depois que o produto exportado ganhe um selo, uma certificação...e que esse produto seja bem aceito onde quer que ele vá...que é oriundo de uma área (ambientalmente correta).Agora, aqueles produtores que não se enquadrarem e que não quiserem se juntar a nós, e quiserem se manter na ilegalidade, não vão ter o selo...

Não tem como forçar a todos...um grande problema do estado também, que é uma preocupação e que nós vamos disseminar através de alguns projetos de educação ambiental a nível empresarial, é que nós estamos como uma consciência ambiental...mas tem gente muito longe pois o estado é muito grande, que não tem essa sensibilização. Nós somos sim capazes de dobrar a nossa produção com o que nós já temos abertos, desde que investimos em tecnologia, em pesquisa. Esse é o nosso grande desafio.

Você falou algo muito interessante, mas que contradiz o que os produtores que entrevistei falaram. Você falou que MT tem os três biomas...mas dos 9 produtores que entrevistei 8 são a favor de um projeto do Senador Jonas Pinheiro pra tirar o MT da Amazônia Legal. Eles não acreditam que existe o bioma Amazônia...

Eu fui engenheiro florestal e existe sim grande área de floresta. Mas o que acontece.Onde colocaram o paralelo 13 ainda existe muita coisa de cerrado pra frente. O fato de tirar MT da Amazônia legal é justamente uma forma de fazer com que o mundo lá fora não enxergue o MT

todo como sendo Amazônia. Este seria o objetivo, tirar o foco, não que deixe fazermos o que queremos aqui.

Existe talvez no nosso entendimento uma outra forma de você mudar esse foco com as ações que a Aprosoja esta fazendo.

(...) esta é uma opinião minha como profissional da área eu vejo e defendo esta tese de que a idéia de tirar o MT da Amazônia legal é tirar esse foco todo, essa represália que nós temos.

Mas se tirar vai aumentar a área aberta....

Teria que mudar toda a legislação. Mas eu não acredito nessa possibilidade de tirar a responsabilidade ambiental que cada um tem... Talvez essa porcentagem de 80% de reserva legal seja um grande entrave nisso tudo, porque hoje economicamente não é viável, vamos supor, se você comprar uma área de 1000 hectares de mato pra você simplesmente abrir 200 hectares pra produzir seja lá o que for, você não vai ter um retorno tão cedo, ou se vai ter esse retorno algum dia.

Então talvez essa porcentagem de 80% é excessiva. Foi criada para conter o desmatamento, mas isso é uma faca de dois gumes, pois a partir do momento em que eles proibiram aumentou o índice de desmatamento ilegal porque as pessoas deixaram de procurar os órgãos competentes para elaborar seus projetos... e eles não admitiam e não admitem que 80% da sua área tem que ser preservada. Então, essa tentativa do governo federal em frear o desmatamento no estado fez com que instigasse o desmatamento ilegal. Grandes partes do desmatamento no estado do MT são legais e são autorizados pelos órgãos competentes... existe sim desmatamento ilegal e gente desmatando porque o problema fundiário no estado é muito grande. Existem muitas áreas de posse, muitas áreas com documentos com problema, e as pessoas não procuram os órgãos sabem que não vão ser aprovados e desmatam. Esse desmatamento uma vez não autorizado é ilegal.

A porcentagem de preservação de 80 % é para os três biomas?

Não, 80% são para área de floresta amazônica. No Cerrado você pode derrubar 65%, 35% tem que ser reserva.

Então só no norte (do MT) mesmo é que são 80%...

Aí a briga pra tirar MT da Amazônia Legal, pois existem muitas áreas de cerrado além...e as pessoas se sentem prejudicadas...por exemplo, Lucas do rio verde, Sorriso, Nova mutum, que são grandes produtoras de soja, praticamente tudo ali era cerrado.

Então com esse paralelo 13, com essa Amazônia legal muitas áreas que eram cerrado ou matas de transição, que é um cerradinho um pouco mais alto, eles embargaram como floresta. Então essa é a briga, que se tire MT da Amazônia para que essas áreas possam ter o mesmo direito que as áreas de cerrado mesmo, que possam derrubar um pouco mais.

Os projetos parecem ser bastante consistentes...

Os projetos estão surgindo de pessoas diretamente ligadas ao problema, não é simplesmente uma ong formada por um grupo de ambientalistas que olha só um lado da moeda... a natureza ela é sim renovável desde que explorada corretamente dentro de técnicas, da legislação atual que existe dentro do país. A ação Verde se difere por ser uma ONG do setor produtivo do estado de MT. E ela vai mostrar que é possível sim continuar produzindo, MT além de ser agora o maior vamos tentar ser o melhor produtor de tudo, investindo sim em tecnologias, em educação ambiental e vamos em pouco tempo dobrar nossa capacidade de produção e tudo sendo produzido de uma fonte ecologicamente correta, sustentável e renovável.

São 50 mil hectares que estão dentro de APP, se cada um fizer a sua parte...mas nos vamos além disso. E depois sim, depois de tudo pronto nos vamos desafiar quem falar mal do MT...então, são com ações práticas que nos vamos ser contraponto a tudo o que se vem falando do estado.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Rodrigo A. B. (2003). “Os Agricultores tradicionais e a agronomia: a difícil compatibilidade dos modelos conceituais”. IN: COELHO, Maria de Fátima B; JÚNIOR, Plácido C; DOMBROSKI, Jéferson L. D. (Org). **Diversos olhares em Etnobiologia, Etnoecologia e Plantas Medicinais**. Cuiabá: Unicen.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve (2002). **El nuevo espíritu del capitalismo**. Akal Ediciones. Disponível em: <http://www.sindominio.net/unomada/boltanski/>

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean Claude; PASSERON, Jean Claude. (2004) **O ofício do Sociólogo**. Editora Vozes.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues.(1999) **O afeto da terra**. Brasília: Editora UNB.

CARRASCO, Lorenzo; COSTA, Nilder; PALACIOS, Silvia; LINO, GERALDO L.(2005) **Máfia Verde 2: Ambientalismo Novo Colonialismo**. Capax Dei: Rio de Janeiro.

DEAN, Warren (1996). **A ferro e fogo: A história da devastação da Mata Atlântica brasileira**. Companhia das Letras: São Paulo.

DELGADO, Guilherme. (2003) **Questão agrária n Brasil: perspectivas históricas e configuração atual**. INCRA: São Paulo.

ESCOBAR, ARTURO. (2005) Depois da natureza passos para uma Ecologia Política Antiessencialista. In: ALIMONDA, Hector; PARREIRA, Clélia (org) **Políticas Públicas Ambientais Latino Americanas**. Brasília: Flacso-Brasil, Editorial Abaré.

FLORIT, Luciano. (2004) **A Reinvenção Social do natural – Natureza e Agricultura no mundo contemporâneo**. Blumenau: Edifurb.

FOSTER, John Bellamy (2005). **Ecologia de Marx – materialismo e natureza**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro.

GIULIANI, Gian Mario. (1999) **A questão ecológica a indústria e o capitalismo**. Revista Raízes, Ano XVIII, No 19. Campina Grande: UFPB.

GLIESSMAN, Stephen R. (2001) **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Editora Universidade/ UFRGS.

GONÇALVES, CARLOS WALTER PORTO. (2006) **Os (des) caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Editora Contexto.

GUANZIROLI, C; ROMEIRO, A; BUAINAIN, A.M; DI SABBATO A; BITTENCOURT, G. (2001) **Agricultura familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Editora Garamond; FAO; MDA. Rio de Janeiro.

LEITE, SERGIO; PALMEIRA, MOACIR (1998). Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In: Santos, Raimundo; Costa, Luís Flavio Carvalho (orgs.). **Política e Reforma Agrária**. Mauad: Rio de Janeiro.

MALUF, R. S. Atribuindo sentido(s) ao desenvolvimento econômico. Rev. Estudos Sociedade e Agricultura: Rio de Janeiro. Nº 15, Out., 2000. p. 36-58.

MARTINS, José de Souza Martins “A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira”, In: NOVAIS, Fernando A; Schwarcz, Lilia Moritz (1998) *História da vida privada no Brasil: contraste de intimidade contemporânea*. São Paulo, Companhia das Letras.

MARX, KARL. (2006) **O Capital: crítica da economia política**. Volume 1, tomo I. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro.

MARX, KARL. (2001) In: **Coleção Grandes Cientistas Sociais**. Org: Florestan Fernandes. Editora Ática: São Paulo.

MAZOYER, MARCEL; ROUDART, LAURENCE.(1998) **História das Agriculturas do mundo – do neolítico às crises contemporâneas**. Instituto Piaget.

MARTINEZ ALIER, Joan. (2007) **O Ecologismo dos Pobres**. São Paulo: Contexto.

MONBEIG, Pierre. (1984) **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec

PÁDUA, José Augusto. (2002) “Artigo Base sobre a agricultura brasileira”. In: CAMARGO, Aspásia. CAPOBIANCO, João Paulo. OLIVEIRA, José Antônio Puppim (Organizadores). **“Meio Ambiente Brasil – avanços, obstáculos pós Rio – 92”**. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

PÁDUA, José Augusto. (2002) **Um sopro de Destruição – Pensamento político e Crítica Ambiental no Brasil Escravagista (1786-1888)**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

PÁDUA, José Augusto. (1998), **“Cultura Esgotadora: agricultura e destruição ambiental nas últimas décadas do Império”**. *Estudos Sociedade e Agricultura*, nº 11, pp.134-161.

Relatório **“Relação entre o cultivo da soja e o desmatamento – compreendendo a dinâmica”**, realizado por iniciativa do Grupo de Trabalho de Florestas, do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais e Desenvolvimento (FBOMS), 2004.

ROCHA, Betty Nogueira. (2006) **“Em qualquer chão sempre gaúcho – a multiterritorialidade do migrante gaúcho no Mato Grosso”** (dissertação de mestrado).

SAHLINS, Marshall.(2003) **Cultura e Razão Prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

SCHLESINGER, SERGIO (2006) **O grão que cresceu demais – a soja e seus impactos sobre a sociedade e o meio ambiente**. FASE: Rio de Janeiro.

SEN, Amartya (2000) **O desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras.

SECRETO, Verónica. (2006). **Capistrano de Abreu e J.F.Turner: a historiografia nacional e a história ambiental**. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. Vol.14, n.2.

SECRETO, Verónica. (2001) **Fronteiras em Movimento: o sudeste bonaerense e o oeste paulista na segunda metade do século XIX**. História Comparada. Tese Doutorado: Campinas.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. In: Santos, Milton; Becker, Bertha (2007) **Território e Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina.

TEIXEIRA, Carlos Correa. (1999) **Visões da Natureza – seringueiros e colonos em Rondônia**. São Paulo: Educ/ Fapesp.

TOMAS, Keith. (1988) **O Homem e o Mundo Natural – mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. São Paulo: Companhia das Letras.

VELHO, Otávio. (1979) **O capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo: Difel.

STEIN, Stanley J. (1990) **Vassouras – Um município brasileiro do café, 1850 -1900**. Editora Nova Fronteira.

WORSTER, Donald. (2003) **Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história**. *Ambiente e Sociedade*, Vol. VI pp.23-44.